

TRIBUNAL DE CONTAS

TC/011747/2018

Número do protocolo: 011747/2018

Data de autuação: 13/06/2018

Tipo: CONTAS ANUAIS DO MUNICIPIO

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO 2018

Interessado(s):

Procedência: P. M. DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Relator: JACKSON NOBRE VERAS

Procurador: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA



Zimbra**juarez.mesquita@tce.pi.gov.br**

Ofício TCE-PI

De : Juarez <juarez.mesquita@tce.pi.gov.br>

qua, 20 de out de 2021 13:49


Assunto : Ofício TCE-PI 2 anexos**Para :** prefeitura@lagoadobarro.pi.gov.br

Bom Dia,

Seguem anexos o Ofício nº 1.778/2021-GP e o Parecer Prévio nº 87/2021-SPC

Atenciosamente,

Juarez Mesquita Rodrigues de Araújo
Consultor de Controle Externo do TCE-PI
Matrícula 97737-3

 **Parecer Prévio 087-2021-SPC.pdf**
95 KB **Ofício 1778-2021.pdf**
140 KB

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Nesta data archive-se o processo nº T/011747/2018, tendo em vista que o mesmo já foi finalizado.

Sala da Seção de Arquivo/Divisão de Patrimônio e Lojista/Diretoria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 01 de junho de 2022.

(assinado digitalmente)

Luís Marinho de Sousa
Matricula nº. 02133-4
Técnico de Controle Externo

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - Luiz Marinho de Sousa - 01/06/2022 07:44:09



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo – Teresina-PI-
CEP:64018-900
Tel.: (86) 3215-3956 – Email: tce@tce.pi.gov.br



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Teresina, 28 de maio de 2021

Ao.....: Gab. Procuradora Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa
Órgão...: P. M. de Lagoa do Barro do Piauí
Assunto: Relatório do Contraditório

Exm^a Sr^a Procuradora,

Nesta data, faço estes autos conclusos e encaminho à Exm^a Sr^a Procuradora, o Processo TC – 011747/2018, referente à Prestação de Contas Anual – Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, relativo ao exercício de 2018, acompanhado de uma via do Relatório do Contraditório elaborado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM (peça nº 26), conforme Despacho (peça nº 25) para as providências cabíveis.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Auditor de Controle Externo
Diretor Substituto da DFAM



Estado do Piauí Ministério Público de Contas



TC/011747/18 – PM de Lagoa do Barro do Piauí – Contas de Governo – 2018

PARECER Nº 2021RM0067

Processo.....TC-011747/2018

Assunto.....Prestação de Contas do Exercício de 2018 – Contas de Governo

Interessado.....Município de Lagoa do Barro do Piauí

Prefeito.....Gilson Nunes de Sousa

Relator.....JACKSON NOBRE VERAS

Exmo. Senhor Relator,

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ. EXERCÍCIO DE 2018. Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado. Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na constituição estadual do Piauí/89. Despesa de Pessoal contabilizada indevidamente como Outros Serviços de Terceiros. **Parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas de governo.**

1. RELATÓRIO

Versam os autos levados em destaque sobre a prestação de contas do Município de **Lagoa do Barro do Piauí (contas de governo)**, atinentes ao exercício financeiro de **2018**.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do ente municipal, emitiu seu relatório preliminar acostado na peça 16 dos autos.

Assegurando a ampla defesa e o contraditório, procedeu-se à notificação do gestor (peças 19-21) e, uma vez instado a se manifestar, o Chefe do Executivo Municipal apresentou defesa tempestiva, conforme certidão à peça 22.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados à DFAM para análise do contraditório, cujas constatações da divisão técnica estão apontadas em relatório constante da peça 26.

É o relatório. Passa-se a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Deve-se apontar, inicialmente, que as situações relativas à distorção idade-série, acréscimo no saldo da Dívida Flutuante, assim como o não atendimento do Portal da Transparência, quanto às informações essenciais, obrigatórias e recomendadas, foram consideradas **sanadas** após a análise do contraditório efetuada pela DFAM.

Entretanto, os auditores da DFAM listaram as seguintes irregularidades após apuração das contas de governo do município que **persistiram** mesmo após contraditório:

a) Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado (item 1.1.3.1-A): a DFAM constatou os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 11.054.775,94, que corresponde a 56,30% da despesa fixada. Até a publicação do Decreto nº 31/2018 no dia 01/08/2018, o percentual apurado foi 31,99%, portanto, superior ao limite de 30% autorizado na LOA. Tendo em vista que a Lei nº 176/2018 somente foi publicada no dia 31/08/2018, tendo efeito a partir desta data, conclui-se que quando de sua edição o município já havia descumprido o percentual de 30% determinado pela LOA.

Em defesa, o gestor afirma que, ainda no mês de agosto elaborou e aprovou a Lei nº 176 de 29/08/2018 (Peça 23 - Fls. 14), que autorizou a abertura de novos créditos de até 30% além dos informados na LOA, com efeito *ex tunc* retroagindo a partir de 1º de agosto de 2018. Totalizando assim um valor de 60%, sanando assim a falha apontada no relatório.

Em análise, a DFAM observa que não foi anexada comprovação da publicação da Lei nº 176/18 pela defesa, bem como afirma a impossibilidade de acessar o site do Diário Oficial dos Municípios (DOM) para verificação de uma possível publicação da referida Lei. Acrescenta, também, que o limite de 30%, para abertura de créditos adicionais suplementares, autorizado na Lei Orçamentária Anual já tinha sido ultrapassado em 01/08/2018 com a abertura do Decreto do Executivo nº 31/2018 datado de 01/08/2018. Registra a DFAM que a Lei nº 176/18, autorizando uma nova suplementação de 30%, foi elaborada e aprovada em 29/08/2018. Portanto, ocorrência não sanada.

b) Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89: A DFAM constatou que os decretos foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja no prazo de 10 dias, a partir da conclusão do ato.

Lei/Decreto		Créditos Adicionais		Fonte de Recurso (R\$)			
Nº	Data	Discriminação	Valor R\$	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotação	Op. de Crédito
01/2018	02/01/2018	Suplementar	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
07/2018	02/01/2018	Suplementar	521.000,00	0,00	0,00	521.000,00	0,00
10/2018	01/02/2018	Suplementar	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
13/2018	01/02/2018	Suplementar	340.500,00	0,00	0,00	340.500,00	0,00
14/2018	01/03/2018	Suplementar	996.000,00	0,00	0,00	996.000,00	0,00
17/2018	02/04/2018	Suplementar	641.000,00	0,00	0,00	641.000,00	0,00
27/2018	17/04/2018	Especial	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00
21/2018	02/05/2018	Suplementar	908.500,00	0,00	0,00	908.500,00	0,00
26/2018	01/06/2018	Suplementar	505.000,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00
28/2018	02/07/2018	Suplementar	856.000,00	0,00	0,00	856.000,00	0,00
31/2018	01/08/2018	Suplementar	1.183.000,00	0,00	0,00	1.183.000,00	0,00
35/2018	03/09/2018	Suplementar	981.050,00	0,00	0,00	981.050,00	0,00
36/2018	01/10/2018	Suplementar	1.228.000,00	0,00	0,00	1.228.000,00	0,00
40/2018	01/11/2018	Suplementar	1.052.000,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00
49/2018	03/12/2018	Suplementar	1.512.725,94	0,00	0,00	1.512.725,94	0,00
TOTAL APURADO			11.274.775,94	0,00	0,00	11.274.775,94	0,00



Estado do Piauí Ministério Público de Contas



TC/011747/18 – PM de Lagoa do Barro do Piauí – Contas de Governo – 2018

A defesa alega que a publicação, ainda que extemporânea, é providência que foi realizada com base na primazia do Princípio da Publicidade, postulado de índole constitucional, facultando à Administração que os cidadãos possam verificar a regularidade dos seus atos. Informa, também, que correta é a aplicação do instituto da convalidação, como forma de corrigir vícios existentes em um ato, na qual não acarretaram lesão ao interesse público, nem prejuízos a terceiros e, cujos efeitos são retroativos (ex tunc) ao tempo de sua execução. Portanto, com a publicação dos decretos, afirma que a falha foi devidamente sanada, já que não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Em análise, a DFAM esclarece que a publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato poderia produzir seus efeitos, entendendo-se, dessa forma, que o mencionado vício implicou em ordenação de despesa não devidamente autorizada. Portanto, ocorrência não sanada.

c) Despesas contabilizadas indevidamente como serviços de terceiros – Pessoa Física (PF) e sem retenção e recolhimento dos encargos sociais: A DFAM constatou que despesas no montante de R\$ 176.588,20 foram indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), alterando significativamente o cálculo da despesa de pessoal, uma vez que a contabilização desses servidores (médico, técnicos de enfermagem, professor, motorista, zelador) deveriam ter sido contabilizados no elemento 319011 (vencimentos e vantagens fixas).

A defesa alega que conforme o próprio Relatório de fiscalização no período Jan/18 a dez/18, o Município atingiu o montante de 8.084.635,99 com despesa com pessoal, o índice encontrado no cálculo do TCE foi de 46,45% já com a soma das despesas que ele considera lançadas indevidamente no elemento 3.3.90.36 e que deveria estar no 3.1.90.11. Ainda que contabilizadas de maneira indevida, do montante de R\$ 176.588,20, não houve qualquer prejuízo à administração pública uma vez que o percentual encontrado está dentro do limite legal. Sobre o pedido de regularização da publicação dos relatórios da LRF, com as devidas correções, afirma não ser possível visto que o Balanço geral já foi encerrado, não sendo possível alterar dados de 2018 em pleno exercício de 2020, para evitar futuras divergências sobre lançamentos contábeis. Portanto, já que não há lesão ao orçamento público nem prejuízo a terceiros, pede a desconsideração da falha.

Em análise, a DFAM esclarece que a Divisão relaciona os pagamentos por Unidade Orçamentária, empenho e data de emissão revelando que os pagamentos ocorreram ao longo de todo o exercício. Por se tratar de atividade-fim desta prefeitura, os valores pagos deveriam ser contabilizados como Vencimentos e Vantagens Fixas e integrarem a base de cálculo do limite das Despesas do Poder Executivo. Assim, ocorrência não sanada.

Quanto à publicação dos relatórios da LRF com a inclusão dos valores das contratações acima apontadas, a DFAM entende que se faz desnecessária para este exercício, pois o valor já foi acrescido pelo Tribunal no cômputo do limite de despesa com pessoal. Assim, a regularização dessa ocorrência deve ocorrer em relação às contratações nos exercícios seguintes, observados os dispositivos da Constituição Federal ou Lei nº 8.745/1993, conforme o caso.

d) Indicador Máximo de 5% não aplicado no exercício do FUNDEB apresenta valor negativo: A DFAM informa o indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício”, apurado conforme o quadro abaixo, indicando que o ente descumpriu o disposto no art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007.

Indicadores do FUNDEB	Valor (R\$)
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB	0,00
(=) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)	0,00
Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)	4.038.143,52
Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	89,67
Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	19,77
Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2o, da Lei 11.494, de 20/06/2007)	(9,44)

Para detalhamento do quadro acima, acessar Peça 13.

A defesa alega que o Município utilizou o saldo de banco do exercício anterior no valor de R\$ 160.064,06, além de recursos extraorçamentários recolhidos no FUNDEB no montante de R\$ 186.941,44, referentes à receita extraorçamentária recolhidas de INSS.

Em análise, a DFAM informa que, tendo em vista que o art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007 determina que “os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” e que o § 2 determina que “Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional”, permanece não sanada a ocorrência.

e) IEGM - Índice De Efetividade Da Gestão Municipal: Após apuração das notas alcançadas nos referidos índices e aplicação da métrica de ponderação, metodologia de cálculo adotada nacionalmente, o Município é alocado em uma das 05 (cinco) faixas de resultado, conforme a seguir:

Notas	Faixa de Resultado*	Crítérios
A	Altamente Efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A.
B+	Muito Efetiva	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima.
B	Efetiva	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima.
C+	Em fase de Adequação	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima.
C	Baixo Nível de Adequação	IEGM menor ou igual a 49,99%.

* Efetividade geral na gestão municipal.

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos pelo Município de Lagoa do Barro do Piauí nos sete indicadores setoriais do IEGM Geral em comparação com os exercícios de 2016 e

2017. Ressalta-se que as respostas ao questionário fornecidas por este Município **foram validadas** pela equipe de fiscalização.

Indicador	Nota do Município 2016 (%)	Nota do Município 2017 (%)	Nota do Município 2018 (%)
IEGM-Geral	48	54	63
i-Amb	35	46	53
i-Cidade	30	30	30
i-Educ	45	52	63
i-Fiscal	67	65	72
i-Gov TI	34	40	49
i-Planejamento	25	33	39
i-Saúde	67	79	94

O Relatório de Fiscalização da DFAM apresenta as seguintes análises:

- **Dimensão Ambiente:** A nota do município evoluiu, passando da faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação) para faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação);
- **Dimensão Cidade:** A nota do município se repetiu nos três exercícios, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- **Dimensão Educação:** A nota do município apresentou uma pequena melhora, passando da faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação) em 2017 para faixa de resultado B (Efetiva) em 2018;
- **Dimensão Fiscal:** A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado B (Efetiva);
- **Dimensão Gov. TI:** A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- **Dimensão Planejamento:** A nota teve pequena melhora, no entanto permanece na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- **Dimensão Saúde:** A nota do município cresceu e está na faixa de resultado A (Altamente Efetiva).

A defesa alega que o Município atingiu no IEGM - Geral a nota 63, portanto classificação B, e trabalhando diuturnamente para atingir a classificação B+, destacando o i-saúde 94%, ieduc 63% e i-fiscal 72%, ressaltando evolução em todos os índices, com exceção no i-cidade que no ano de 2019 melhorou muito com a execução de várias obras de acessibilidade e iluminação de vias públicas.



Estado do Piauí Ministério Público de Contas



TC/011747/18 – PM de Lagoa do Barro do Piauí – Contas de Governo – 2018

Em análise, a DFAM observa que de sete indicadores (sem contar o IEGM-Geral), quando comparado ao primeiro ano de mandato, apenas o i-Cidade se manteve igual ao exercício de 2017. Porém, com a ascensão do i-Educ, i-Fiscal e, principalmente, do i-Saúde, houve uma melhoria no IEGM-Geral. Portanto, ocorrência parcialmente sanada.

3. CONCLUSÃO

Assim, este *Parquet* de Contas entende que as irregularidades apontadas pela DFAM que persistiram após a apresentação de defesa autorizam a emissão de **parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas de governo**.

Deste modo, o Ministério Público de Contas opina pela:

a) Emissão de **parecer prévio** recomendando a **aprovação com ressalvas** das contas de governo do Chefe do Executivo Municipal, **Sr. Gilson Nunes de Sousa**, referentes ao exercício de **2018**, com fulcro no art. 120 da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c o art. 32, §1º da Constituição Estadual;

b) Quanto às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), expedição de **recomendação** ao gestor, para que o município passe a contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município;

c) Quanto ao IEGM, expedição de **recomendação** para que o prefeito municipal empreenda esforços para que a cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir no mínimo a nota B (Efetiva) e consequentemente a melhora nas políticas públicas aos seus municípios.

É o parecer.

Teresina (PI), 09 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa
Procuradora do Ministério Público de Contas



RELATÓRIO DE VOTO

PROCESSO: TC/011747/2018

ÓRGÃO/ENTIDADE: Município de Lagoa do Barro do Piauí

ASSUNTO: Prestação de Contas de Governo do Exercício Financeiro de 2018

RESPONSÁVEL: Gilson Nunes de Sousa – Prefeito

RELATOR: Jackson Nobre Veras

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

ADVOGADO: Uanderson Ferreira da Silva – OAB/PI nº 5456 (procuração à fl. 09, peça 23).

Tratam os autos sobre a prestação de contas de governo do município de **Lagoa do Barro do Piauí**, referente ao exercício financeiro de 2018.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), após análise das informações e dos documentos que integram o processo de prestação de contas do município, emitiu seu relatório preliminar acostado à peça 16 dos autos.

Em observância aos postulados da ampla defesa e do contraditório, o prefeito municipal foi notificado (peças 19 a 21), apresentando sua defesa (peça nº 23) tempestivamente, conforme certidão à peça nº 22.

Na sequência, os autos foram encaminhados à DFAM, que apresentou suas conclusões no relatório do contraditório (peça 26), tendo constatado que remanesceram as seguintes ocorrências:

- a) Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado;
- b) Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual;
- c) Despesas contabilizadas indevidamente como serviços de terceiros – Pessoa Física (PF) e sem retenção e recolhimento dos encargos sociais;
- d) Indicador Máximo de 5% não aplicado no exercício do FUNDEB apresenta valor negativo.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gab. Cons. Subs. Jackson Nobre Veras



A DFAM considerou sanadas as situações relativas à distorção idade-série, acréscimo no saldo da Dívida Flutuante, assim como o não atendimento do Portal da Transparência, quanto às informações essenciais, obrigatórias e recomendadas.

Instado a manifestar-se, Ministério Público de Contas emitiu parecer (peça 28), tendo a procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa opinado pelo (a):

a) **Emissão de parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas** das Contas de Governo do chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. **Gilson Nunes de Sousa**, referentes ao exercício de 2018, com fulcro no art. 120 da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c o art. 32, §1º da Constituição Estadual;

b) Quanto às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), expedição de **recomendação** ao gestor, para que o município passe a contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município;

c) Quanto ao IEGM, expedição de **recomendação** para que o prefeito municipal empreenda esforços para que a cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir no mínimo a nota B (Efetiva) e conseqüentemente a melhora nas políticas públicas aos seus munícipes.

Este foi o Relatório do processo de prestação de contas de governo do Município de Lagoa do Barro do Piauí, exercício de 2018, estando, portanto, concluso para julgamento.

Teresina (PI), 17 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
JACKSON NOBRE VERAS
Conselheiro Substituto
Relator



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gab. Cons. Subs. Jackson Nobre Veras



DESPACHO

Trata-se de Processo de Prestação de Contas que encaminho à Secretaria da Primeira Câmara para inclusão em PAUTA.

PROCESSO: TC/011747/2018

ÓRGÃO/ENTIDADE: Município de Lagoa do Barro do Piauí

ASSUNTO: Prestação de Contas de Governo do Exercício Financeiro de 2018

RESPONSÁVEL: Gilson Nunes de Sousa – Prefeito

RELATOR: Jackson Nobre Veras

PROCURADORA: Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

ADVOGADO: Uanderson Ferreira da Silva – OAB/PI nº 5456 (procuração à fl. 09, peça 23).

Teresina (PI), 17 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS

Conselheiro Substituto

Relator



Estado do Piauí Tribunal de Contas

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

PRIMEIRA CÂMARA

Incluído na Pauta de Julgamento da Primeira Câmara nº 26 de 20/07/2021.

Secretaria da Primeira Câmara/Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 18 de junho de 2021.

(ASSINADO DIGITALMENTE)
Jean Carlos Andrade Soares
Secretário da Primeira Câmara



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



PROPOSTA DE VOTO

PROCESSO: TC/011747/2018

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 – CONTAS DE GOVERNO

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

GESTOR: GILSON NUNES DE SOUSA

RELATOR: JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

ADVOGADO: UANDERSON FERREIRA DA SILVA - OAB/PI 5456 (PROCURAÇÃO PEÇA 23, PAG. 09).

1 – RELATÓRIO

Cuidam os autos da prestação de contas do Município de Lagoa do Barro do Piauí (contas de governo), atinentes ao exercício financeiro de 2018.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do ente municipal, emitiu seu relatório preliminar acostado na peça 16 dos autos. Assegurando a ampla defesa e o contraditório, procedeu-se à notificação do gestor (peças 19-21) e, uma vez instado a se manifestar, o Chefe do Executivo Municipal apresentou defesa tempestiva, conforme certidão à peça 22.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados à DFAM para análise do contraditório, cujas constatações da divisão técnica estão apontadas em relatório constante da peça 26.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público emitiu parecer que repousa na Peça nº 28 deste caderno processual eletrônico.

É o que basta relatar.

VOTO

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do parecer ministerial, remanesceram as seguintes irregularidades:

a) Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado (item 1.1.3.1-A):

A DFAM constatou os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 11.054.775,94, que corresponde a 56,30% da despesa fixada. Até a publicação do



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



Decreto nº 31/2018 no dia 01/08/2018, o percentual apurado foi 31,99%, portanto, superior ao limite de 30% autorizado na LOA. Tendo em vista que a Lei nº 176/2018 somente foi publicada no dia 31/08/2018, tendo efeito a partir desta data, conclui-se que quando de sua edição o município já havia descumprido o percentual de 30% determinado pela LOA.

Em análise, a DFAM observa que não foi anexada comprovação da publicação da Lei nº 176/18 pela defesa, bem como afirma a impossibilidade de acessar o site do Diário Oficial dos Municípios (DOM) para verificação de uma possível publicação da referida Lei. Acrescenta, também, que o limite de 30%, para abertura de créditos adicionais suplementares, autorizado na Lei Orçamentária Anual já tinha sido ultrapassado em 01/08/2018 com a abertura do Decreto do Executivo nº 31/2018 datado de 01/08/2018. Registra a DFAM que a Lei nº 176/18, autorizando uma nova suplementação de 30%, foi elaborada e aprovada em 29/08/2018.

b) Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89:

A DFAM constatou que os decretos foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja no prazo de 10 dias, a partir da conclusão do ato.

Em análise, a DFAM esclarece que a publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato poderia produzir seus efeitos, entendendo-se, dessa forma, que o mencionado vício implicou em ordenação de despesa não devidamente autorizada.

c) Despesas contabilizadas indevidamente como serviços de terceiros – Pessoa Física (PF) e sem retenção e recolhimento dos encargos sociais:

A DFAM constatou que despesas no montante de R\$ 176.588,20 foram indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), alterando significativamente o cálculo da despesa de pessoal, uma vez que a contabilização desses servidores (médico, técnicos de enfermagem, professor, motorista, zelador) deveriam ter sido contabilizados no elemento 319011 (vencimentos e vantagens fixas).

d) Indicador Máximo de 5% não aplicado no exercício do FUNDEB apresenta valor negativo:

A DFAM informa o indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício, indicando que o ente descumpriu o disposto no art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007.

A defesa alega que o Município utilizou o saldo de banco do exercício anterior no valor de R\$ 160.064,06, além de recursos extraorçamentários recolhidos no FUNDEB no montante de R\$ 186.941,44, referentes à receita extraorçamentária recolhidas de INSS. Em análise, a DFAM informa que, tendo em vista que o art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007 determina que “os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” e que o § 2 determina que “Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional”, permanece não sanada a ocorrência.

e) IEGM - Índice De Efetividade Da Gestão Municipal:

Após apuração das notas alcançadas nos referidos índices e aplicação da métrica de ponderação, metodologia de cálculo adotada nacionalmente.

O Relatório de Fiscalização da DFAM apresenta as seguintes análises:

- Dimensão Ambiente: A nota do município evoluiu, passando da faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação) para faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação);
- Dimensão Cidade: A nota do município se repetiu nos três exercícios, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Educação: A nota do município apresentou uma pequena melhora, passando da faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação) em 2017 para faixa de resultado B (Efetiva) em 2018;
- Dimensão Fiscal: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado B (Efetiva);
- Dimensão Gov. TI: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Planejamento: A nota teve pequena melhora, no entanto permanece na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Saúde: A nota do município cresceu e está na faixa de resultado A (Altamente Efetiva).

Assim, em consonância do o Parquet de Contas este Relator entende que as irregularidades apontadas pela DFAM que persistiram após a apresentação de defesa autorizam a emissão de parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas de governo.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que as constatações do relatório preliminar não possuem gravidade suficiente para ensejar a reprovação das contas de Governo.

a) Emissão de parecer prévio recomendando a **aprovação com ressalvas** das **contas de governo** do Chefe do Executivo Municipal, Sr. Gilson Nunes de Sousa, referentes ao exercício de 2018, com fulcro no art. 120 da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c o art. 32, §1º da Constituição Estadual;

b) Quanto às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), expedição de recomendação ao gestor, para que o município passe a



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município;

c) Quanto ao IEGM, expedição de recomendação para que o prefeito municipal empreenda esforços para que a cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir no mínimo a nota B (Efetiva) e conseqüentemente a melhora nas políticas públicas aos seus munícipes.

Teresina (PI), 20 de Junho de 2021.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS
Conselheiro Substituto
Relator



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 26 DE 20 DE JULHO DE 2021.

DECISÃO Nº 544/2021. TC/011747/2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018). Relator: Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

QUANTO ÀS CONTAS DE GOVERNO:

PREFEITURA MUNICIPAL.

Prefeito: Gilson Nunes de Sousa. Advogado(s): Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) – (Procuração: fl. 09 da peça 23).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/22 da peça 16, o relatório de contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/07 da peça 26, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/06 da peça 28, a sustentação oral do Advogado Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/04 da peça 32, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a **aprovação com ressalvas**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **recomendação** (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), passe o município a contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município.

Decidiu a Primeira Câmara, também, unânime, pela **recomendação** (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante ao IEGM, empreenda esforços no sentido de que, em cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir, no mínimo, a nota B (Efetiva) e, conseqüentemente, a melhora nas políticas públicas aos seus munícipes.

Presentes: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em Exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procuradora Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

Sessão da Primeira Câmara, em Teresina, 20 de julho de 2021.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Jean Carlos Andrade Soares

Secretário da Primeira Câmara

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - JEAN CARLOS ANDRADE SOARES - 04/08/2021 10:43:43



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete do Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



PARECER PRÉVIO Nº 87/2021-SPC

PROCESSO: TC/011747/2018

DECISÃO Nº 544/2021

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018)

INTERESSADO: GILSON NUNES DE SOUSA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

ADVOGADO: UANDERSON FERREIRA DA SILVA (OAB/PI Nº 5.456) – (PROCURAÇÃO: FL. 09 DA PEÇA 23).

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PIAUÍ/89.

1. *A publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato poderia produzir seus efeitos;*

Sumário: Prestação de Contas de Governo. P. M. de Lagoa do Barro do Piauí-PI. Aprovação com ressalvas. Recomendações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/22 da peça 16, o relatório de contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/07 da peça 26, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/06 da peça 28, a sustentação oral do Advogado Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456), que se reportou às falhas apontadas, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/04 da peça 32, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a **aprovação com ressalvas**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela **recomendação** (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), passe o município a contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município.

Decidiu a Primeira Câmara, também, unânime, pela **recomendação** (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante ao IEGM, empreenda esforços no sentido de que, em cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir, no mínimo, a nota B (Efetiva) e, conseqüentemente, a melhora nas políticas públicas aos seus munícipes.

Presentes Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em Exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete do Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



Representante do Ministério Público de Contas presente: Procuradora Raissa Maria Rezende de Deus Barbosa.

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara, em Teresina, 20 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras

Relator

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).



Estado do Piauí Tribunal de Contas

PRIMEIRA CÂMARA – DESPACHO

TC/011747/2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018).

Assunto: Cumprimento de decisão.

À PRESIDÊNCIA DO TCE/PI:

Em razão de decisão exarada pelo **Colegiado da Primeira Câmara** no processo supramencionado, encaminham-se os autos para as providências cabíveis:

PARECER PRÉVIO TCE/PI Nº 87/2021-SPC (peça 34)
“Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela recomendação (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante às despesas indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), passe o município a contabilizar corretamente as despesas com os prestadores de serviços temporários, com o fim de não distorcer a realidade fiscal do município.”
“Decidiu a Primeira Câmara, também, unânime, pela recomendação (art. 82, X da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no DOE TCE/PI nº 13 de 23/01/14) ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI para que, no tocante ao IEGM, empreenda esforços no sentido de que, em cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir, no mínimo, a nota B (Efetiva) e, conseqüentemente, a melhora nas políticas públicas aos seus municípios.”

Secretaria da Primeira Câmara/Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí,
em Teresina, 13 de outubro de 2021.

(ASSINADO DIGITALMENTE)
Jean Carlos Andrade Soares
Secretário da Primeira Câmara

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).



**RELATÓRIO DAS CONTAS
DE GOVERNO MUNICIPAL
EXERCÍCIO 2018**



DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Processo	TC 011747/2018	Relatório Nº 112/2018
Assunto	Prestação de Contas do Exercício de 2018	
Interessado	Município de Lagoa do Barro do Piauí	Pop: 4523 hab. Coef. 0.6
PREFEITO	Gilson Nunes de Sousa	
Relator.....	Jackson Nobre Veras	
Procurador	Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa	

O **Município de Lagoa do Barro do Piauí**, sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal - CF, art. 31, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei nº 101/2000 - LRF, Constituição Estadual - PI, arts. 32 a 35, Resolução TCE nº 666/98 e Instrução Normativa TCE nº 09/2017 encaminhou para exame, através de seus gestores acima elencados, suas prestações de contas referentes ao **exercício de 2018**.

1 – ANÁLISE GERAL DO MUNICÍPIO

1.1 – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.1.1 – INGRESSO DE DOCUMENTOS

As informações relativas ao ingresso das peças orçamentárias:

Peça	Lei	Data da Publicação	Data de Entrega ao TCE	Prazo Legal	Dias de Atraso
Anexo de Metas Fiscais	158	04/07/2017	27/12/2017	15/01/2018	0
Anexo de Riscos Fiscais	158	04/07/2017	27/12/2017	15/01/2018	0
LDO	158	04/07/2017	27/12/2017	15/01/2018	0
LOA	164	14/12/2017	27/12/2017	15/01/2018	0
PPA	168	14/12/2017	27/12/2017	12/02/2018	0
Total					0
Média					0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96 e art. 12º da Instrução Normativa TCE nº 09/2017.

As informações apresentadas demonstram a situação da entrega das peças orçamentárias apurada no momento da geração deste Relatório, podendo sofrer alterações posteriores. Para quaisquer esclarecimentos ou regularizações deve-se buscar o setor competente deste Tribunal.

1.1.2 – PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 19.635.431,00 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais), apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal atendeu, dentre outros, aos princípios da unidade e universalidade orçamentárias, uma vez que consolida os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder Público Municipal.

1.1.3 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Foi autorizada, através do art. 4 da lei orçamentária anual, a abertura de créditos adicionais suplementares para o exercício em epígrafe, até o limite 30,00% da despesa fixada. Este percentual **foi alterado para 60% pela Lei nº 176/2018**, de 29/08/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM no dia **31/08/2018**, Edição nº MMMDCLII (peça 15 fl. 12).



Objetivando melhor atender às necessidades do orçamento em execução, a administração municipal, no decorrer do período financeiro ora analisado, procedeu, através da abertura de créditos adicionais, as alterações no seu plano inicial na ordem de R\$ 11.274.775,94 (onze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), conforme demonstrativo a seguir:

Lei/Decreto		Créditos Adicionais		Fonte de Recurso (R\$)			
Nº	Data	Discriminação	Valor R\$	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotação	Op. de Crédito
01/2018	02/01/2018	Suplementar	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
07/2018	02/01/2018	Suplementar	521.000,00	0,00	0,00	521.000,00	0,00
10/2018	01/02/2018	Suplementar	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
13/2018	01/02/2018	Suplementar	340.500,00	0,00	0,00	340.500,00	0,00
14/2018	01/03/2018	Suplementar	996.000,00	0,00	0,00	996.000,00	0,00
17/2018	02/04/2018	Suplementar	641.000,00	0,00	0,00	641.000,00	0,00
27/2018	17/04/2018	Especial	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00
21/2018	02/05/2018	Suplementar	908.500,00	0,00	0,00	908.500,00	0,00
26/2018	01/06/2018	Suplementar	505.000,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00
28/2018	02/07/2018	Suplementar	856.000,00	0,00	0,00	856.000,00	0,00
31/2018	01/08/2018	Suplementar	1.183.000,00	0,00	0,00	1.183.000,00	0,00
35/2018	03/09/2018	Suplementar	981.050,00	0,00	0,00	981.050,00	0,00
36/2018	01/10/2018	Suplementar	1.228.000,00	0,00	0,00	1.228.000,00	0,00
40/2018	01/11/2018	Suplementar	1.052.000,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00
49/2018	03/12/2018	Suplementar	1.512.725,94	0,00	0,00	1.512.725,94	0,00
TOTAL APURADO			11.274.775,94	0,00	0,00	11.274.775,94	0,00

Os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 11.054.775,94 (onze milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), que corresponde a 56,30% da despesa fixada. Até a publicação do Decreto nº 31/2018 no dia 01/08/2018, o percentual apurado foi 31,99%, portanto, superior ao limite de 30% autorizado na LOA.

Tendo em vista que a Lei nº 176/2018 somente foi publicada no dia 31/08/2018, tendo efeito a partir desta data, conclui-se que quando de sua edição o município já havia descumprido o percentual de 30% determinado pela LOA.

1.1.3.1 – DA ANÁLISE DO QUADRO ACIMA FORAM CONSTATADAS AS SEGUINTE OCORRÊNCIAS:

A) ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES SUPERIOR DO LIMITE AUTORIZADO

Foram abertos créditos adicionais suplementares em valor superior ao limite estipulado pela Lei Orçamentária. O limite legal era de 30,00% da despesa fixada, enquanto que o percentual apurado foi de 31,99%.

A Orientação Jurisprudencial nº 25/2013 dispõe: “Constitui grave infração a norma legal, nos termos do art. 167, V da CF/88, abertura de créditos adicionais suplementares em valor superior ao limite estipulado pela Lei Orçamentária Anual ou sem a indicação dos recursos correspondentes”.

B) PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PIAUÍ/89

O Diário Oficial dos Municípios, por determinação do art. 28, caput, II, c/c parágrafo único, da Constituição Estadual do Piauí é o meio adequado para se realizar as publicações oficiais do município. Ressalte-se que embora conste publicação no Diário Oficial dos Municípios de Decretos do município de **Lagoa do Barro do Piauí, os decretos de número 01, 07, 10, 14, 17 e 27** foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja no prazo de 10 dias, a partir da conclusão do ato. Ver peça 15 fls. 2 a 11.



1.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeito Municipal: Gilson Nunes de Sousa
Período do Mandato: 01/01 - 31/12/2018
Responsável Contábil: Gislana Portela Lima Martins
Controlador: Maria Dias Ribeiro

1.2.1 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

O **Prefeito Municipal**, responsável pelo envio da prestação de contas mensal, apresentou ao Tribunal de Contas, a referida documentação, nos prazos indicados:

Período	Prazo Legal	Sagres-Contábil		Sagres Folha		Média Atraso
		Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	
Janeiro	18/05/2018	18/05/2018	0	15/10/2018	0	0
Fevereiro	25/05/2018	25/05/2018	0	16/10/2018	0	0
Março	08/06/2018	08/06/2018	0	16/10/2018	0	0
Abril	02/07/2018	28/06/2018	0	16/10/2018	0	0
Mai	31/07/2018	31/07/2018	0	16/10/2018	0	0
Junho	31/08/2018	09/08/2018	0	16/10/2018	0	0
Julho	01/10/2018	19/09/2018	0	16/10/2018	0	0
Agosto	05/11/2018	17/10/2018	0	17/10/2018	0	0
Setembro	30/11/2018	26/10/2018	0	26/10/2018	0	0
Outubro	02/01/2019	05/12/2018	0	04/12/2018	0	0
Novembro	01/02/2019	22/01/2019	0	23/01/2019	0	0
Dezembro	07/03/2019	27/02/2019	0	22/02/2019	0	0
M13	01/04/2019	Não se aplica		28/02/2019	0	0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96 e art. 12º da Instrução Normativa TCE nº 09/2017.

As informações apresentadas demonstram as situações das entregas das prestações de contas mensais apuradas no momento da geração deste Relatório, podendo sofrer alterações posteriores. Para quaisquer esclarecimentos ou regularizações deve-se buscar o setor competente deste Tribunal.

O Prefeito da P.M. de Lagoa do Barro do Piauí, Sr Gilson Nunes de Sousa, enviou Ofício nº 234, de 09/10/2018, protocolado sob 019209/2018, no dia 10/10/2018, solicitando o cancelamento do **Sagres Folha, dos meses de janeiro a julho de 2018**, tendo sido atendido o pedido no dia 10/10/2018. As prestações de contas foram **enviadas dentro do prazo** estabelecido pela IN TCE nº 09/2017.

1.2.2 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Descrição da Peça	Prazo Legal	Data de Entrega ao TCE	Dias de Atraso
Arquivo da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS gerado a partir do programa gerador, acompanhado do recibo	01/04/2019	01/04/2019	0
Balanco Financeiro	01/04/2019	01/04/2019	0
Balanco orçamentário	01/04/2019	01/04/2019	0
Balanco patrimonial.	01/04/2019	01/04/2019	0
Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Comprovante de entrega de uma via do balanço geral à Câmara Municipal, com a identificação legível do recebedor.	01/04/2019	01/04/2019	0
Declaração de imposto de renda do prefeito e do cônjuge, bem assim de pessoa jurídica da qual seja diretor - ano calendário que antecedeu	01/04/2019	01/04/2019	0



o exercício financeiro correspondente ao balanço geral			
Demonstração da dívida ativa.	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstração da dívida fluante (Anexo 17 da Lei N° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstração da dívida fundada interna (Anexo 16 da Lei n° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstração das variações patrimoniais	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstração dos fluxos de caixa	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo consolidado das receitas segundo cat. econômica, origem, espécie, desdobramentos e tipo, e as despesas segundo cat. econômicas, natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa na mesma formatação do Anexo 2 da Lei 4.320/64	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo da despesa por função, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei n° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	01/04/2019	07/03/2019	0
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	01/04/2019	07/03/2019	0
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	01/04/2019	07/03/2019	0
Demonstrativo das receitas e das despesas segundo as categorias econômicas (Anexo 1 da Lei n° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo de despesa por órgãos e funções (Anexo 9 da Lei n° 4.320/64),	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo dos créditos adicionais	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	01/04/2019	01/04/2019	0
Demonstrativo sintético das contas integrantes do ativo imobilizado e intangível com identificação do saldo inicial, das aquisições, das incorporações e das baixas ocorridas no exercício	01/04/2019	01/04/2019	0
Notas explicativas às demonstrações contábeis	01/04/2019	01/04/2019	0
Parecer do órgão central do sistema de controle interno, com identificação e assinatura do controlador.	01/04/2019	01/04/2019	0
Programa de trabalho (Anexo 6 da Lei n° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Programa de trabalho de governo – demonstrativo de função, programas por projetos e atividades (Anexo 7 da Lei n° 4.320/64).	01/04/2019	01/04/2019	0
Relação de pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais da qual conste origem da ação, valor e data de pagamento.	01/04/2019	01/04/2019	0
Relação de Restos a Pagar	01/04/2019	01/04/2019	0
Relação discriminada, com localização, das obras realizadas no exercício e da aquisição de equipamentos, veículos, máquinas, motores e do material permanente, com respectivos valores.	01/04/2019	01/04/2019	0
Relatório circunstanciado das atividades financeiras e econômicas realizadas durante o exercício	01/04/2019	01/04/2019	0
Sagres Contábil Ajustes (M13)	01/04/2019	20/03/2019	0
Sagres Contábil Encerramento (M14)	01/04/2019	20/03/2019	0
Termo de conferência da conta caixa.	01/04/2019	01/04/2019	0
Total			0
Média de Atraso			0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso IV, CE/89 e Instrução Normativa TCE nº 09/2017, art. 4º.

As informações apresentadas demonstram a situação da entrega da prestação de contas apurada no momento da geração deste Relatório, podendo sofrer alterações posteriores. Para quaisquer esclarecimentos ou regularizações deve-se buscar o setor competente deste Tribunal.

1.2.3 – RECEITAS

1.2.3.1 – RECEITA TOTAL ARRECADADA

A Receita Total Arrecadada foi de R\$ 18.102.116,30 (dezoito milhões, cento e dois mil, cento e dezesseis reais e trinta centavos), correspondendo a 92,19% em relação à receita



prevista, representando um *déficit* de R\$ 1.533.314,70 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e quatorze reais e setenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Especificação	Valor (R\$)
Receita Total Prevista	19.635.431,00
(-) Receita Total Arrecadada	18.102.116,30
= Déficit	1.533.314,70

Obs.: Informações consolidadas.

1.2.3.2 – RECEITA POR CATEGORIA E SUBCATEGORIA ECONÔMICAS

A seguir são apresentadas as receitas totais previstas e arrecadadas por categoria e subcategoria econômicas, com as respectivas participações absoluta e relativa na receita total.

Discriminação	Receita Prevista(A)		Receita Arrecadada(B)		% B/A
	Valor	%	Valor	%	
Corrente	17.923.632,00	91,28	18.906.247,93	104,44	105,48
Tributária	850.000,00	4,33	3.779.166,39	20,88	444,61
Contribuição	150.000,00	0,76	35.111,53	0,19	23,41
Patrimonial	206.097,00	1,05	37.088,66	0,20	18,00
Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	12.002,00	0,06	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	16.673.383,00	84,91	15.025.828,98	83,01	90,12
Outras Receitas Correntes	32.150,00	0,16	29.052,37	0,16	90,37
Capital	3.142.174,00	16,00	696.875,00	3,85	22,18
Operação de Crédito	53.584,00	0,27	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	53.584,00	0,27	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	3.035.006,00	15,46	696.875,00	3,85	22,96
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita	1.430.375,00	7,28	1.501.006,63	8,29	104,94
Total	19.635.431,00	100,00	18.102.116,30	100,00	92,19

Obs.: Informações consolidadas.

Fonte: Anexo 10 (comparativo da receita da orçada com a arrecadada).

1.2.3.3 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida do Município, apurada no exercício, foi de R\$ 17.405.241,30 (dezessete milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta centavos), segundo demonstrativo:

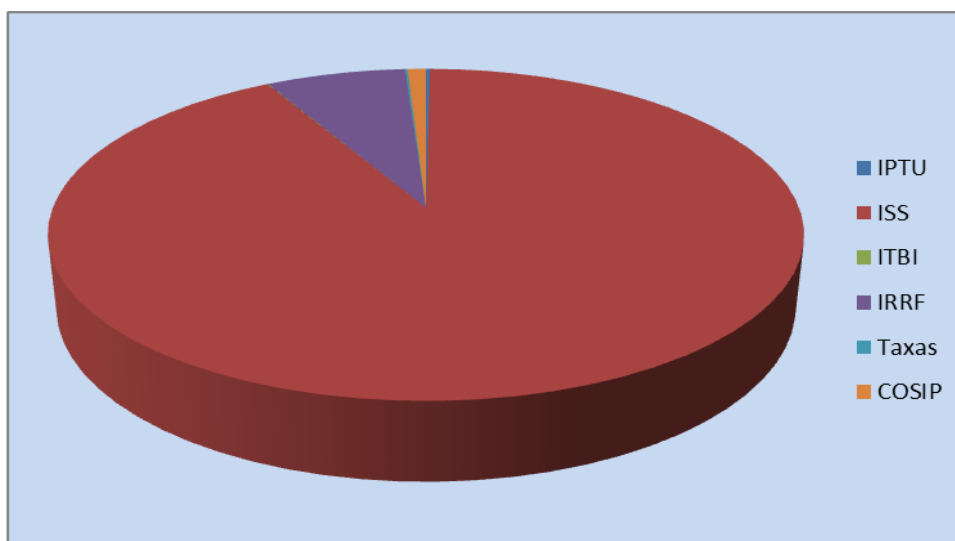
Especificação	Arrecadada (R\$)
Receita Corrente Total	18.906.247,93
(-) Contribuição dos servidores de previdência própria	0,00
(-) Compensação entre sistemas de previdência	0,00
(-) Dedução do FUNDEB	1.501.006,63
(=) Total da Receita Corrente Líquida	17.405.241,30

Obs.: Informações consolidadas.

1.2.3.4 – RECEITA TRIBUTÁRIA E COSIP

O somatório da Receita Tributária Arrecadada com a COSIP foi de R\$ 3.814.277,92 (três milhões, oitocentos e quatorze mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), correspondendo a 381,43% em relação à Receita Tributária Atualizada, representando um *superávit* de R\$ 2.814.277,92 (dois milhões, oitocentos e quatorze mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Receita Tributária e COSIP	(A) Atualizada (R\$)	(B) Arrecadada (R\$)	% (B/A)
Receita Tributária	850.000,00	3.779.166,39	444,61
Impostos	775.000,00	3.774.462,74	487,03
IPTU	80.000,00	7.885,89	9,86
ISS	400.000,00	3.498.184,16	874,55
ITBI	35.000,00	1.068,96	3,05
IRRF	260.000,00	267.323,73	102,82
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	40.000,00	4.703,65	11,76
Contribuição de Melhoria	35.000,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	150.000,00	35.111,53	23,41
Total	1.000.000,00	3.814.277,92	381,43



O comportamento da receita tributária arrecadada do município nos últimos 04 (quatro) exercícios em relação à receita efetiva arrecadada, bem como à receita total arrecadada foi o demonstrado abaixo:

Exercício	(A) Receita Tributária Arrecadada (R\$)	(B) Receita Efetiva (R\$)	% (A/B)	Receita Total Arrecadada (R\$)
2015	229.594,78	6.991.383,41	3,28	11.090.182,73
2016	357.690,79	8.242.920,86	4,34	12.743.329,31
2017	961.836,75	8.619.827,72	11,16	13.683.251,28
2018	3.779.166,39	11.952.084,98	31,62	18.102.116,30

1.2.3.5 – RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

O total da receita proveniente de impostos e transferências arrecadado no exercício foi de R\$ 11.893.233,43 (onze milhões, oitocentos e noventa e três mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), conforme demonstrativo:

Receita de Impostos e Transferências	Atualizada (R\$)	Arrecadada (R\$)
Receitas de Impostos	775.000,00	3.774.462,74
IPTU	80.000,00	7.885,89
ISS	400.000,00	3.498.184,16
ITBI	35.000,00	1.068,96
IRRF	260.000,00	267.323,73
Outros Impostos	0,00	0,00
Transferência da União	7.042.408,00	7.257.719,23
FPM	6.992.408,00	7.252.289,44
ITR	25.000,00	4.284,51
IOF sobre Ouro	0,00	0,00



ICMS Desoneração	25.000,00	1.145,28
Transferência do Estado	615.000,00	861.051,46
ICMS	600.000,00	832.345,78
IPVA	12.000,00	28.454,39
IPI Exportações	3.000,00	251,29
Outras Receitas	0,00	0,00
Receita da Dív. Ativa Trib. de Impostos	0,00	0,00
Multas e Juros de mora de Impostos	0,00	0,00
Total	8.432.408,00	11.893.233,43

Fonte: Anexo 10 (comparativo da receita da orçada com a arrecadada).

1.2.4 – DESPESAS

1.2.4.1 – DESPESA TOTAL EMPENHADA

A Despesa Empenhada Total atingiu o montante de R\$ 18.941.825,35 (dezoito milhões, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), que corresponde a 96,47%, em relação à fixada, representando uma economia orçamentária de R\$ 693.605,65 (seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Descrição	Valor (R\$)
Autorização Final	19.635.431,00
(-) Execução Final	18.941.825,35
(=) Economia Orçamentária	693.605,65

Obs.: Informações consolidadas.

1.2.4.2 – DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

O cálculo do limite dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, está assim demonstrado:

Limite Mínimo de 25% das Receitas de Impostos e Transferências em MDE	Valor (R\$)
Receitas Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)	11.893.233,43
(+) Despesas com Educação Infantil (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)	434.380,42
(+) Despesas com Ensino Fundamental (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)	5.418.401,93
(=) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)	5.852.782,35
(-) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	1.242.534,09
(-) Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB no Exercício	938.431,37
(-) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB até o Bimestre	0,00
(-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	0,00
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00
(-) Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos Com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00
(-) Despesas Pagas no Fundeb que Excederam as Disponibilidades Financeiras do Fundeb	348.294,34
(=) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)	2.529.259,80
Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)	5.852.782,35
Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)	2.529.259,80
(=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B - C)	3.323.522,55
Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)	11.893.233,43
Total das Despesas para fins de Limite (D)	3.323.522,55
Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de MDE % (D/A)	27,94

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 4 da Peça 13.



Confrontando-se o total das despesas em ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino acima, com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, **27,94%, cumprindo**, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 212, da Constituição Federal.

1.2.4.3 – DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com as ações e serviços públicos de saúde do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 198 da Constituição Federal, combinado com o art. 77, III, do ADCT, estão assim demonstrados:

Limite Mínimo de 15% das Receitas de Impostos e Transferências em ASPS	Valor (R\$)
Receitas para apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS (A)	11.308.205,16
(+) Despesas Correntes	3.881.903,90
(+) Despesas de Capital	539.890,43
(=) Total das Despesas com Saúde (B)	4.421.794,33
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00
(-) Despesa com Assistência à Saúde que Não Atende ao Princípio de Acesso Universal	0,00
(-) Despesas Custeadas com Outros Recursos	2.630.525,42
(-) Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.497.368,46
(-) Recursos de Operações de Crédito	0,00
(-) Outros Recursos	133.156,96
(-) Outras Ações e Serviços Não Computados (incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 4º da Lei Complementar nº 141/2012)	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício Sem Disponibilidade Financeira	0,00
(-) Despesas Custeadas Com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Ações e Serviços de Saúde em Exercícios Anteriores	0,00
(=) Total das Despesas com Saúde Não Computadas (C)	2.630.525,42
Total das Despesas com Saúde (B)	4.421.794,33
Total das Despesas com Saúde Não Computadas (C)	2.630.525,42
(=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B – C)	1.791.268,91
Receitas para apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS (A)	11.308.205,16
Total das Despesas para fins de Limite (D)	1.791.268,91
Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de ASPS % (D/A)	15,84
Valor referente à diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional [D – (15% x A)]	95.038,16

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 3 da Peça 14.

Confrontando-se o total das despesas em ações e serviços públicos de saúde acima, com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, **15,84%, cumprindo**, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 198, combinado com art. 77, III, ADCT, da Constituição Federal.

1.2.4.4 – GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme evidenciado em demonstrativo abaixo, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.308.743,17 (três milhões, trezentos e oito mil, setecentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), representando 89,67% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, cumprindo o estabelecido no art. 60, § 5º do ADCT e no art. 22º, da Lei Federal nº 11.494/07.

(A) Recursos FUNDEB	(B) Gastos com Magistério	%(B/A)
3.689.849,18	3.308.743,17	89,67



1.2.4.5 – DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

O montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, no exercício, foi R\$ 8.084.635,99 (oito milhões, oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), a seguir discriminado:

DESPESA COM PESSOAL	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.284.902,26	0,00
Pessoal Ativo	8.108.314,06	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.288.379,21	0,00
Obrigações Patronais	819.934,85	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	176.588,20	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	200.266,27	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	200.266,27	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.084.635,99	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.405.241,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	8.084.635,99	46,45
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.398.830,30	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	8.928.888,79	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.458.947,27	48,60

Ressalte-se que o Poder Executivo **cumpriu o limite legal** normatizado pelo art. 20, III, b, da LC 101/2000 - LRF.

1.2.4.5.1 DESPESAS CONTABILIZADAS INDEVIDAMENTE COMO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF

Após análise do SAGRES Contábil, constatou-se que despesas no montante de **R\$ 176.588,20** foram indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), alterando significativamente o cálculo da despesa de pessoal, uma vez que a contabilização desses servidores (médico, técnicos de enfermagem, professor, motorista, zelador) **os quais deveriam ter sido contabilizados no elemento 319011 (vencimentos e vantagens fixas)**. Peça 15 fls. 13 a 50.

Pede-se que o gestor comprove a regularização da publicação dos relatórios da LRF, com as devidas correções.



Cabe ao gestor a responsabilização pelas informações prestadas, conforme determina o art. 1º, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa TCE nº 09/2017:

Art. 1º Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais serão obrigados a prestar contas e a submeter os demais atos de gestão a este Tribunal, na forma e nos prazos estabelecidos nesta resolução.

§ 1º Os titulares dos Poderes e os gestores dos Consórcios Públicos e dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS serão responsáveis pelo envio das prestações de contas, salvo nos casos específicos previstos nesta resolução.

§ 2º Os dados e as informações prestados terão caráter declaratório, cujo teor será de inteira responsabilidade do titular do Poder ou do gestor do Consórcio Público ou do Regime Próprio de Previdência Social, conforme o caso.

1.2.4.6 – REPASSE PARA CÂMARA MUNICIPAL

Constatou-se que o Poder Executivo repassou para a Câmara Municipal, no período analisado, o montante de R\$ 603.194,28 (seiscentos e três mil, cento e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos), que corresponde a 7,00% da receita efetiva do município no exercício anterior, que foi de R\$ 8.619.827,72 (oito milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos). Portanto, o prefeito municipal cumpriu o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de até 7,00% não ferindo, conseqüentemente, o disposto no § 2º, I, do mesmo artigo.

1.2.5 – FUNDEB

1.2.5.1 – CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB

Durante o exercício, o município contribuiu para a formação do FUNDEB com 20,00% das receitas discriminadas a seguir, representando o montante de R\$ 1.501.006,63 (um milhão, quinhentos e um mil e seis reais e sessenta e três centavos), conforme quadro:

Descrição	Valor (R\$)	Contribuição Compulsória (R\$)
FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.667.261,17	1.333.451,96
ICMS	832.345,78	166.468,92
ICMS-Desoneração – L.C. No 87/2016	1.145,28	228,96
IPI-Exportação	251,29	0,00
IPVA	28.454,39	0,00
ITR	4.284,51	856,79
Total	7.533.742,42	1.501.006,63

1.2.5.2 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

O município recebeu, no exercício, recursos do FUNDEB, no montante de R\$ 3.689.849,18 (três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), composto da seguinte forma:

Descrição	Valor (R\$)
(+) Transferências de Recursos do FUNDEB (A)	2.743.540,72
(+) Complementação da União ao FUNDEB	938.431,37
(+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.877,09
(=) Receitas Recebidas do FUNDEB	3.689.849,18
(-) Contribuição Compulsória (B)	1.501.006,63
(=) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (A-B)	1.242.534,09

* Ganho do FUNDEB calculado conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª Edição. Para detalhamento do quadro acima, acessar Peça13.



1.2.5.3 – DESPESAS DO FUNDEB

Foram executadas, no exercício, despesas relacionadas ao FUNDEB, no montante de R\$ 4.038.143,52 (quatro milhões, trinta e oito mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), detalhadas da seguinte forma:

Descrição	Valor (R\$)
Despesas com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (FUNDEB 60%)	3.308.743,17
Despesas com a educação básica não relacionadas no item anterior (FUNDEB 40%)	729.400,35
(=) Total das Despesas do FUNDEB (C)	4.038.143,52

Para detalhamento do quadro acima, acessar Peça 13.

1.2.5.4 – INDICADORES E LIMITES DO FUNDEB

Para fins de apuração do limite mínimo de 60% destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, e comparação com o limite máximo de 40% destinado ao pagamento de outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segue detalhamento das deduções para cálculo dos referidos limites e seus respectivos indicadores percentuais, além dos recursos não aplicados no exercício a serem executados nos termos do art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007:

Indicadores do FUNDEB	Valor (R\$)
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB	0,00
(=) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)	0,00
Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)	4.038.143,52
Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	89,67
Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	19,77
Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007)	(9,44)

Para detalhamento do quadro acima, acessar Peça 13.

O indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício”, apurado conforme o quadro acima, apresenta valor negativo, indicando que o ente pode possuir Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB e/ou Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB não informados corretamente nas prestações de contas enviadas a este Tribunal.

1.2.6 – IEGM - ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O IEGM consiste em um índice, de aferição contínua, que proporciona a avaliação da gestão governamental através de sete indicadores setoriais nas áreas de: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Proteção dos Cidadãos e Governança de Tecnologia da Informação.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM é utilizado para aferir a qualidade dos gastos públicos no âmbito municipal através da avaliação das políticas e atividades implementadas pelos gestores dos municípios. Por meio deste indicador é possível promover análises das contas públicas com foco no planejamento das ações relacionadas às necessidades da sociedade.

Através das análises periódicas destes sete índices temáticos é possível avaliar se os objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isto, oferecer elementos relevantes para contribuir e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo e pela própria sociedade, além de auxiliar o gestor na consolidação do planejamento, reavaliação de prioridades e correção do direcionamento da agenda pública.

Os dados são obtidos mediante auto avaliação dos municípios, por meio do preenchimento pelos jurisdicionados de questionário disponibilizado eletronicamente para os entes envolvidos. Em seguida é designada equipe de fiscalização para validar as respostas, através de inspeções *in loco*.

Após apuração das notas alcançadas nos sete índices temáticos e aplicação da métrica de ponderação, metodologia de cálculo adotada nacionalmente, o Município é alocado em uma das cinco faixas de resultado, conforme a seguir:

Notas	Faixa de Resultado*	Crítérios
A	Altamente Efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A.
B+	Muito Efetiva	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima.
B	Efetiva	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima.
C+	Em fase de Adequação	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima.
C	Baixo Nível de Adequação	IEGM menor ou igual a 49,99%.

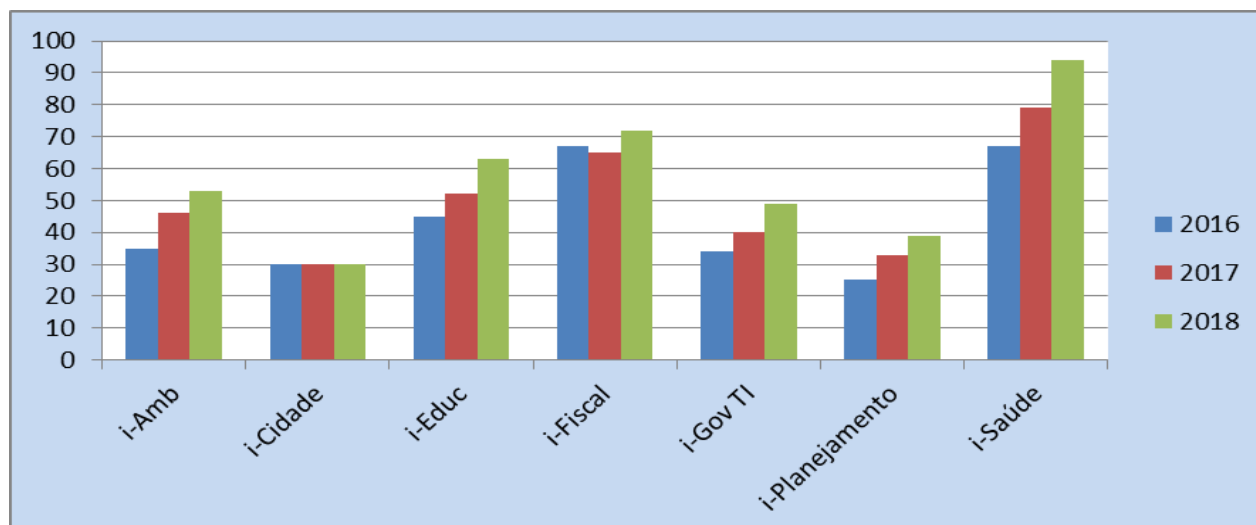
* Efetividade geral na gestão municipal.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em observância ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2016 celebrado entre esta Corte e o Instituto Rui Barbosa, aplicou o questionário nos municípios (as respostas referem-se ao exercício de 2018).

Foram realizadas inspeções *in loco* para validação em 159 dos 224 municípios que responderam o questionário. Foram validadas 10 questões da dimensão Saúde, 12 questões da dimensão Educação e 1 questão da dimensão Planejamento, conforme orientação da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon). **O município não fez parte da amostra de validação.**

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos pelo Município de Lagoa do Barro do Piauí nos sete indicadores setoriais do IEGM Geral em comparação com os exercícios de 2016 e 2017.

Indicador	Nota do Município 2016 (%)	Nota do Município 2017 (%)	Nota do Município 2018 (%)
IEGM-Geral	48	54	63
i-Amb	35	46	53
i-Cidade	30	30	30
i-Educ	45	52	63
i-Fiscal	67	65	72
i-Gov TI	34	40	49
i-Planejamento	25	33	39
i-Saúde	67	79	94



- Dimensão Ambiente: A nota do município evoluiu, passando da faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação) para faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação);
- Dimensão Cidade: A nota do município se repetiu nos três exercícios, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Educação: A nota do município apresentou uma pequena melhora, passando da faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação) em 2017 para faixa de resultado B (Efetiva) em 2018;
- Dimensão Fiscal: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado B (Efetiva);
- Dimensão Gov. TI: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Planejamento: a nota teve pequena melhora, no entanto permanece na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Saúde: a nota do município cresceu e está na faixa de resultado A (Altamente Efetiva).

1.2.7 – DISTORÇÃO IDADE SÉRIE

O Indicador de Taxa de Distorção Idade-Série permite avaliar o percentual de alunos que tem dois ou mais anos de idade acima do recomendado em determinada série.

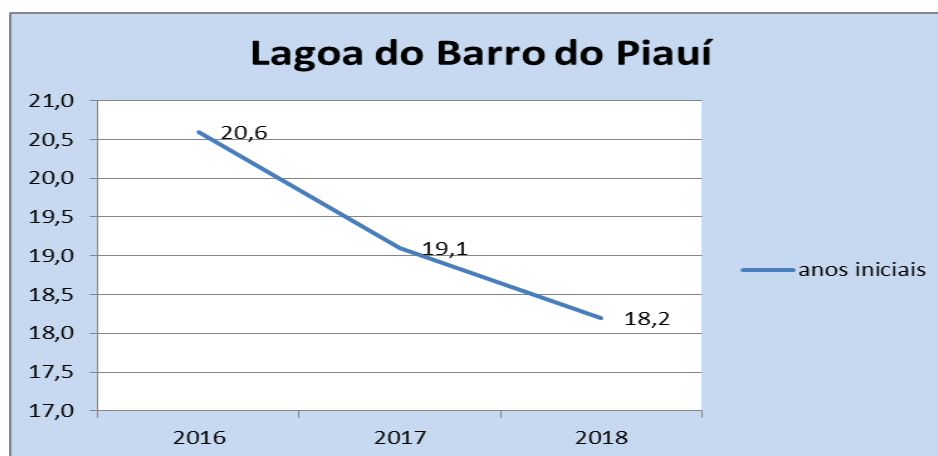
A Lei 9.394/1996 determina que a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano de ensino fundamental e concluir a etapa aos 14.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar, por meio da captura de todas as informações das matrículas com respectivas idades.

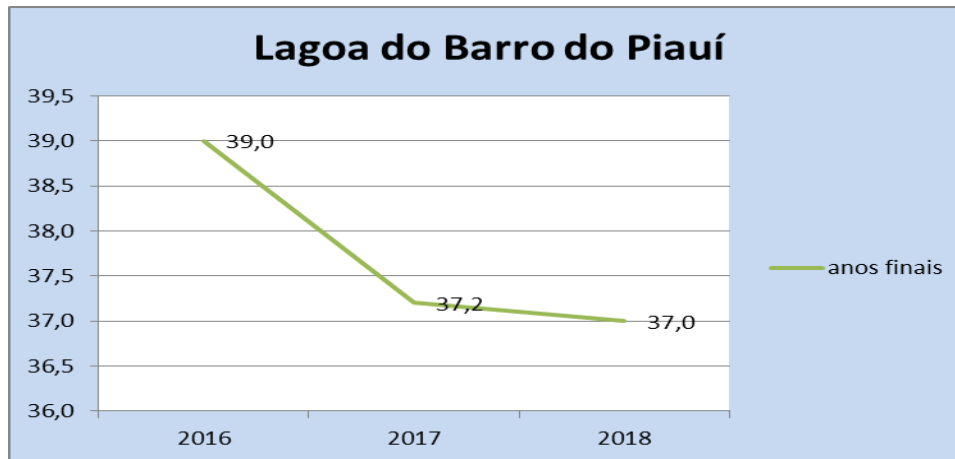
Os seguintes dados da P. M. de Lagoa do Barro do Piauí foram coletados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

MUNICÍPIO	2016		2017		2018	
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Lagoa do Barro do Piauí	20,6	39,0	19,1	37,2	18,2	37,0

(<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>):



O indicador da distorção idade-série nos anos iniciais (4ª Série/5º Ano) entre os anos 2016 e 2018 caiu mostrando uma melhora no número de alunos com idade acima do recomendado por série.



O indicador aponta que a distorção idade-série nos anos finais (8ª Série/9º Ano) permaneceu em percentual elevado nos anos de 2016 a 2018, o que demonstra ausência de ações para diminuir essa distorção.

1.2.8 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO

As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64 foram alteradas pela Portaria STN/MF nº 495/2017, de 6/6/2017, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016, de 22/12/2016 e Portaria nº 840/2016, de 21/12/2016 e estão apresentadas em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

1.2.8.1 – CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS

Através da análise das peças que compõem o balanço geral do município, foi constatada a devida consolidação dos valores referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as entidades compreendidas no orçamento municipal para o exercício em referência.

1.2.8.1.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Peça 3.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA				
Títulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Saldo c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	16.493.257,00	18.014.361,12	17.405.241,30	(609.119,82)
RECEITA TRIBUTÁRIA	850.000,00	3.886.500,00	3.779.166,39	(107.333,61)
Impostos	775.000,00	3.811.500,00	3.774.462,74	(37.037,26)
Taxas	40.000,00	40.000,00	4.703,65	(35.296,35)
Contribuições de Melhoria	35.000,00	35.000,00	0,00	(35.000,00)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	35.200,00	35.111,53	(88,47)
Contribuição de Iluminação Pública	150.000,00	35.200,00	35.111,53	(88,47)
RECEITA PATRIMONIAL	206.097,00	176.097,00	37.088,66	(139.008,34)
Receita de Valores Mobiliários	176.097,00	176.097,00	37.088,66	(139.008,34)
Outras Receitas Patrimoniais	30.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	12.002,00	12.002,00	0,00	(12.002,00)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.243.008,00	13.861.112,12	13.524.822,35	(336.289,77)
Transferências Intergovernamentais	15.243.008,00	13.861.112,12	13.524.822,35	(336.289,77)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.150,00	43.450,00	29.052,37	(14.397,63)
Indenizações e Restituições	20.000,00	31.300,00	21.023,75	(10.276,25)



Receitas Correntes Diversas	12.150,00	12.150,00	8.028,62	(4.121,38)
RECEITAS DE CAPITAL	3.142.174,00	1.671.069,88	696.875,00	(974.194,88)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.584,00	53.584,00	0,00	(53.584,00)
Operações de Crédito Internas	28.584,00	28.584,00	0,00	(28.584,00)
Operações de Crédito Externas	25.000,00	25.000,00	0,00	(25.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	53.584,00	53.584,00	0,00	(53.584,00)
Alienação de Bens Imóveis	53.584,00	53.584,00	0,00	(53.584,00)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.035.006,00	1.563.901,88	696.875,00	(867.026,88)
Transferências Intergovernamentais	3.035.006,00	1.563.901,88	696.875,00	(867.026,88)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	19.635.431,00	19.685.431,00	18.102.116,30	(1.583.314,70)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	19.635.431,00	19.685.431,00	18.102.116,30	(1.583.314,70)
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	839.709,05	0,00
TOTAL (V) = (III)	19.635.431,00	19.685.431,00	18.941.825,35	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA						
Títulos	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	15.502.105,00	17.617.185,78	17.064.125,98	16.978.326,67	16.387.387,63	553.059,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.711.828,00	8.698.343,12	8.533.851,60	8.533.851,60	8.321.649,64	164.491,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.436,00	336,00	0,00	0,00	0,00	336,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.775.841,00	8.918.506,66	8.530.274,38	8.444.475,07	8.065.737,99	388.232,28
DESPESAS DE CAPITAL	3.306.664,00	2.018.245,22	1.877.699,37	1.797.699,37	1.734.028,46	140.545,85
INVESTIMENTOS	3.142.174,00	1.919.699,73	1.780.737,88	1.700.737,88	1.637.066,97	138.961,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.584,00	1.584,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	110.906,00	96.961,49	96.961,49	96.961,49	96.961,49	0,00
RÉSERVA DE CONTINGÊNCIA	824.662,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	19.633.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	19.633.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65
TOTAL (X) = (VIII + IX)	19.633.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65

1.2.8.1.2 – DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Peça 2.

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	18.102.116,30	13.683.251,28	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	18.941.825,35	13.675.169,95
Ordinária	10.560.717,40	8.762.865,78	Ordinária	10.821.665,76	7.933.577,22
Vinculada	7.541.398,90	6.313.424,23	Vinculada	8.120.159,59	5.741.592,73
Recursos Vinculados à Educação	4.109.249,18	3.855.840,21	Recursos Vinculados à Educação	4.761.195,02	3.578.219,76
Recursos Vinculados à Saúde	2.393.093,90	2.043.291,92	Recursos Vinculados à Saúde	2.630.525,42	1.732.669,65
Recursos Vinculados à Seguridade Social	454.573,16	414.292,10	Recursos Vinculados à Seguridade Social	488.446,77	343.280,57
Outras Destinações de Recursos	584.482,66	0,00	Outras Destinações de Recursos	239.992,38	87.422,75
(-) Deduções da Receita	0,00	1.393.038,73			
Ordinária	0,00	1.393.038,73			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	4.239.522,29	2.168.513,15	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	4.239.522,29	2.168.513,15
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.239.522,29	2.168.513,15	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.239.522,29	2.168.513,15
RECEBIMENTOS EXTRA-	2.676.801,15	2.125.064,27	PAGAMENTOS EXTRA-	2.180.972,60	1.111.864,98
ORÇAMENTÁRIOS			ORÇAMENTÁRIOS		



ORÇAMENTÁRIOS (III)			(VIII)		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	654.609,95	758.703,12	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	535.978,32	18.054,97
Inscrição de Restos a Pagar Não-Processados	165.799,31	106.388,51	Pagamentos de restos a Pagar Não-Processados	94.678,28	0,00
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados	1.856.391,89	1.259.972,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.550.316,00	1.093.810,01
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	1.572.041,66	550.761,04	SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.228.161,16	1.572.041,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.572.041,66	550.761,04	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.228.161,16	1.572.041,66
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	26.590.481,40	18.527.589,74	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	26.590.481,40	18.527.589,74

1.2.8.1.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Peça 4.

BALANÇO PATRIMONIAL					
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior	Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.345.610,68	2.845.566,24	PASSIVO CIRCULANTE	1.546.016,55	1.326.780,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.228.161,16	1.572.041,66	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	212.201,96	484.498,66
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	457.867,00	288.344,38
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	3,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	875.947,59	553.934,39
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	117.449,52	1.273.524,58			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	11.709.524,35	10.008.786,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	34.000,00	13.469,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	34.000,00	13.469,16
Imobilizado	11.709.524,35	10.008.786,47			
Bens Móveis	4.297.642,31	4.017.629,20			
Bens Imóveis	7.411.882,04	5.991.157,27	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.475.118,48	11.514.106,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultados Acumulados	11.475.118,48	11.514.106,12
(-) Amortização Acumulada de Marcas, direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultado do Exercício	(38.987,64)	1.991.230,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	11.514.106,12	9.527.851,45
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(4.976,00)
TOTAL	13.055.135,03	12.854.352,71	TOTAL	13.055.135,03	12.854.355,71
Os ativos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelo seus valores totais:					
ATIVO FINANCEIRO	1.345.515,68	1.673.458,87	PASSIVO FINANCEIRO	1.712.326,09	1.433.165,94
ATIVO PERMANENTE	11.709.619,35	11.180.893,84	PASSIVO PERMANENTE	34.000,00	13.469,16
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	11.308.808,94	11.407.717,61
No quadro referente às compensações são incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio:					
TOTAL	13.055.135,03	12.854.352,71	TOTAL	13.055.135,03	12.854.352,71



1.2.8.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Peça 11.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
Títulos	Valores
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.594.587,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.779.166,39
Impostos	3.774.462,74
Taxas	4.703,65
CONTRIBUIÇÕES	35.111,53
Contribuição de Iluminação Pública	35.111,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	44.296,06
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.088,66
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financeiras-Consolidação	7.207,40
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.461.219,64
Transferências Intragovernamentais	4.239.522,29
Transferências Intergovernamentais	14.221.697,35
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	274.793,82
Ganho com Desincorporação de Passivos	221.405,71
Diversas Variações patrimoniais Aumentativas	53.388,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.633.575,08
PESSOAL E ENCARGOS	8.617.343,93
Remuneração a Pessoal	7.636.799,21
Encargos Patronais	980.544,72
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	8.337.839,03
Uso de material de consumo	2.821.323,53
Serviços	5.516.515,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	63.137,43
Juros e Encargos de Mora	21.930,03
Variações Monetárias e Cambiais	34.000,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.207,40
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.239.522,29
Transferências Intragovernamentais	4.239.522,29
TRIBUTÁRIAS	170.289,29
Contribuições	170.289,29
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.205.443,11
Premiações	9.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.196.443,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(38.987,64)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	
Títulos	Valores
Incorporação de Ativos	1.700.737,88
Desincorporação de Passivos	96.961,49

1.2.8.1.5 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna demonstra a movimentação dos compromissos assumidos pelo Poder Público Municipal que repercutirão no Patrimônio Público, por mais de um exercício financeiro, incluindo as operações de crédito a longo prazo e os débitos consolidados. Peça 9

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Lei (Nº e Data)	Qtd	Valor da Emissão	Saldo Anterior em Circulação	Emissão	Resgate	Qtd	Valor
ENTIDADES CREDORAS Contribuições ao RGPS – débito parcelado			14.469,16	117.492,33	96.961,49		34.000,00
TOTAL			13.469,16	117.492,33	96.961,49		34.000,00



1.2.8.1.6 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A movimentação ocorrida na Dívida Flutuante, ou Administrativa, do município, no exercício em questão, é demonstrada através deste anexo contábil. Peça 8

Títulos	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Movimento no Exercício (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
		Inscrição (R\$)	Baixa (R\$)	
Restos a Pagar	879.231,55	820.409,26	863.262,31	836.378,50
Serviços de Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	553.934,39	1.679.657,37	1.357.644,17	875.947,59
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Diversos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.433.165,94	2.500.066,63	2.220.906,48	1.712.326,09

1.2.8.1.6.1 ACRÉSCIMO NO SALDO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Comparando-se os saldos da Dívida Flutuante, constantes no Documentação Web (R\$ 320.419,71 - exercício 2016) e os apresentados neste relatório, constata-se que ela teve um aumento de 13%. Pede-se esclarecimento ao gestor.



Estado do Piauí
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ
C.N.P.J: 41.522.301/0001-62
PRESTAÇÃO GERAL DE CONTAS
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO GERAL

Página: 1
LEI 4.320/64
ANEXO 17
14ª Competência/2016
R\$ 1,00

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO P/O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	142.667,19	1.434.661,81	1.289.104,18	288.224,82
CONSIGNACOES	142.667,19	1.426.661,81	1.281.104,18	288.224,82
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	0,00	87.039,06	-87.039,06
INSS	130.604,44	521.819,14	214.274,24	438.149,34
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	18,00	0,00	1.836,28	-1.818,28
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	17.063,88	143.951,51	146.536,54	14.478,85
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	38.019,85	0,00	38.019,85
ISS	847,17	28.727,97	29.614,76	-39,62
PENSAO ALIMENTICIA	11.070,85	14.331,75	16.635,64	8.766,96
RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.368,12	1.849,68	1.411,92	1.805,88
RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-17.732,61	673.862,11	779.755,74	-123.626,24
OUTROS CONSIGNATARIOS	-572,66	4.099,80	4.000,00	-472,86
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00
RESTOS A PAGAR	870.369,14	32.194,89	870.369,14	32.194,89
Exercícios Anteriores	870.369,14	0,00	870.369,14	0,00
Processados	870.369,14	0,00	870.369,14	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Exercício	0,00	32.194,89	0,00	32.194,89
Processados	0,00	32.194,89	0,00	32.194,89
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS -->	1.013.036,33	1.466.856,70	2.159.473,32	320.419,71

1.2.9 – AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO-PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O portal institucional de transparência do município foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019.

Conforme o disposto no art. 10 da IN nº 01/2019, os índices de transparência apurados nos termos desta Instrução Normativa, e que forem informados em processos instaurados no TCE/PI em data anterior à vigência desta norma, terão caráter informativo e pedagógico.

A P.M. de Lagoa do Barro do Piauí obteve a nota 75,18% enquadrando-se na faixa de resultado ELEVADO.



Faixa de Resultado	Critérios
Elevado	igual ou superior a 75%
Mediano	igual ou superior a 50% e inferior a 75%
Deficiente	igual ou superior a 25% e inferior a 50%
Crítico	superior a 0% e inferior a 25%
Inexistente	igual a 0%

Segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019, o portal institucional de transparência do município de **Lagoa do Barro do Piauí** (<http://lagoadobarro.pi.gov.br>) foi analisado em 18/02/2019 (Check List – Peça 15 fls. 51 a 81), onde há que se ressaltar ao não atendimento do Portal da Transparência, quanto as seguintes informações essenciais, obrigatórias e recomendadas:

- Informações Institucionais (itens 2.1, 2.2 e 2.6);
- Receita (item 4.7)
- Despesa (item 5.9);
- Recursos Humanos (item 6.7);
- Diárias (item 7.9);
- Licitações, Dispensas, Inexigibilidades (itens 8.8 e 8.10);
- Contratos (itens 9.4);
- Relatório de Gestão Fiscal (itens 10.1 e 10.2);
- Serviço de informação ao cidadão e-SIC (itens 12.6 e 12.7)
- Acessibilidade (itens 13.1);
- Instrumentos da Gestão Fiscal e do Planejamento: (item 15.7);
- Relatório referente à transparência da gestão fiscal (itens 16.1 a 16.4);
- Boas Práticas (itens 17.1 a 17.4).



2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

2.1 – RESUMO DOS LIMITES LEGAIS E DAS OCORRÊNCIAS

BASES PARA CÁLCULOS DOS LIMITES LEGAIS		
ESPECIFICAÇÃO	SIGLA	VALOR (R\$)
Receita Efetiva do Exercício Anterior	(REEA)	8.619.827,72
Receita Efetiva do Exercício	(REE)	11.952.084,98
Receita Corrente Líquida	(RCL)	17.405.241,30
Receita de Impostos e Transferências	(RIT)	11.893.233,43
Recursos Recebidos pelo FUNDEB	(RRF)	3.689.849,18
Repasse da Câmara (Valor informado pela Câmara)	(RC)	603.194,28
Previsão da Receita	(PR)	19.635.431,00

PODER EXECUTIVO CONTAS DE GOVERNO			
ITEM DO RELATÓRIO	SITUAÇÃO ENCONTRADA	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
1.1.3.1 A)	Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado		
1.1.3.1 B)	Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89		
1.2.4.5.1	Despesa contabilizada indevidamente como Outros Serviços de Terceiros – PF, quando o correto seria a contabilização como Vencimentos e Vantagens Fixas.		
1.2.5.4	O indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício” do FUNDEB apurado apresenta valor negativo		
1.2.6	Avaliação IEGM: Dimensão Ambiente: A nota do município evoluiu, passando da faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação) para faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação); Dimensão Cidade: A nota do município se repetiu nos três exercícios permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação); Dimensão Gov. TI: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação); Dimensão Planejamento: a nota teve pequena melhora, no entanto permanece na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação).		
1.2.7	Distorção Idade Série: Anos Iniciais – 18,2% - Anos Finais – 37%		
1.2.8.1.6.1	Acréscimo no saldo da Dívida Flutuante		
1.2.9	Avaliação – Portal da Transparência - (Resultado Elevado com anota 75,18%)		
1.1.3	Abertura de créditos adicionais suplementares superior ao limite autorizado	31,99	30,00
1.2.4.2	Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino superior ao limite legal	27,94	25,00
1.2.4.3	Gasto com ações e serviços de saúde superior ao limite legal	15,84	15,00
1.2.4.4	Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB superior ao limite legal	89,67	60,00
1.2.4.5	Despesas com pessoal do Poder Executivo até o limite legal	45,45	54,00
1.2.4.6	Repasse da prefeitura para a Câmara Municipal até o limite autorizado	7,00	7,00



3 – CONCLUSÃO

Diante do trabalho aqui relatado, a **Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal** considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior e coloca-se à disposição do Sr. Relator Jackson Nobre Veras para os esclarecimentos que se fizerem necessários e, assim também, se a douta Câmara de Vereadores tiver conhecimento de fatos ou de documentos que alterem estas conclusões, poderá encaminhá-los a este Tribunal para que seja procedido o devido reexame.

É o Relatório.

Teresina (PI), 20 de Fevereiro de 2020.

(assinado digitalmente)

Cintia Roberta Silveira Reis Albuquerque
Auditor de Controle Externo

VISTO:

(assinado digitalmente)

Sandra Maria de Oliveira Saraiva
Chefe da DFAM - I Divisão Técnica

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Diretor da DFAM



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Teresina, 20 de fevereiro de 2020

Ao.....: Gab. Jackson Nobre Veras
Órgão...: P. M. de Lagoa do Barro do Piauí
Assunto: Relatório de Análise para citação

Exmº Sr. Relator,

Nesta data, faço estes autos, Processo TC – 011747/2018, referente à Prestação de Contas Anual – Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí relativo ao exercício de 2018, conclusos ao Exmº Sr. Relator, acompanhado de uma via do Relatório de Análise elaborado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM (peça nº 16) para citar o Responsável Municipal e as demais providências cabíveis, conforme demonstrativo abaixo:

Para Citar:

- Sr. Gilson Nunes de Sousa.....: - Prefeito Municipal

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Auditor de Controle Externo
Diretor da DFAM



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



DESPACHO

À Diretoria Processual

Para que, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, norteadores da Administração Pública, bem como, solicito que Vossa Senhoria proceda à **execução da notificação** através dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos, com Aviso de Recebimento – AR, para citação dos seguintes:

Para Citar:

- Sr. Gilson Nunes de Sousa.....: - Prefeito Municipal

conforme informação presente à peça 20, para que tome ciência do processo de **Prestação de Contas de Governo do Município de Lagoa do Barro, exercício 2018**, que tramita perante este Tribunal, sob o nº. **TC/011747/2018**, como também, para que formalize sua defesa das falhas apontadas pelo Relatório da DFAM, apresentando a documentação que entenda necessária, durante um prazo de **30 (trinta) dias improrrogáveis**, contados da juntada do AR aos autos, como determina o art. 269 da Resolução TCE/PI nº 13/2011 – Regimento Interno, sob pena de ser considerado revel, passando os prazos a correr independentemente de sua intimação, como dispõe o art. 142, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica nº 5.888/09, desta Corte de Contas.

Ademais, caso a defesa seja entregue tempestivamente a este Tribunal pelo (a) gestor (a), ficará a Diretoria Executiva autorizada a fazer a sua juntada aos autos, como também, caso a justificativa seja enviada intempestivamente, ficará a Diretoria Processual autorizada a fazer a sua devolução.

Teresina, 21 de fevereiro de 2020.

(Assinado Digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS
Conselheiro Substituto
Relator

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ –
JACKSON NOBRE VERAS**

Proc. TC/011747/2018

Município de Lagoa do Barro do Piauí – PI

Processos de prestação de contas - Contas de Governo - Exercício de 2018

Procurador: Raissa Maria Rezende de Deus Barbosa

GILSON NUNES DE SOUSA, gestor do município de Lagoa do Barro do Piauí-PI, no exercício financeiro de 2018, já devidamente qualificado nos autos do processo acima epigrafado, através de seu advogado, *in fine* firmado, procuração anexa (**Doc. 01**), com endereço profissional na Rua Hugo Napoleão, n.º 775, bairro Jóquei Clube, Teresina – Piauí, local indicado para receber intimações e notificações e através do e-mail: uandersonferreira@yahoo.com.br, vem, à presença de Vossa Excelência, com o devido respeito, com fulcro no art. 5º, incisos LIV, LV da CF/88 e art. 336 do RITCEPI apresentar **DEFESA ESCRITA** acerca dos fatos apontados no Relatório da DFAM, referente aos Processos de Prestação de contas, exercício 2018.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, destacar os pontos positivos gravados no relatório da Divisão Técnica desta Colenda corte de Contas, quanto ao cumprimento de índices constitucionais, conforme se demonstra de forma resumida na tabela abaixo, para uma melhor visualização:

Limites Legais	Limite Constatado	Limite Legal
Abertura de créditos adicionais inferior ao limite máximo	57,42	60,00

Gastos com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino superior ao limite legal	27,94	25,00
Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde superior ao limite legal	15,84	15,00
Gastos com os profissionais do magistério/FUNDEB superior ao limite legal	89,67	60,00
Despesas com o pessoal do Poder Executivo até o limite legal	45,45	54,00
Repasse da Prefeitura para a Câmara Municipal até o limite autorizado	7,00	7,00

As notas de avaliação do Município no IEGM apresentaram melhoras em 7 dos 8 índices, com destaque para as dimensões em SAÚDE que atingiu uma efetividade de 94% sendo classificado como Altamente Efetiva, além disso a gestão municipal não apresentou nenhum atraso na entrega das prestações de contas mensal e anual exigidas por este Tribunal.

Em relação as poucas falhas apontadas, estas serão esclarecidas de forma codificada tal qual está no relatório da DFAM, sendo que os documentos que servirão de respaldo estão estabelecidos em forma de ANEXOS devidamente numerados.

II- DA TEMPESTIVIDADE

Consoante consta nos autos, o Requerido fora citado para que no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da juntada do Aviso de Recebimento ao processo, apresentasse sua defesa acerca das ocorrências apontadas no relatório Técnico da DFAM, constante no Processo TC/011747/2018.

Tendo em vista, que a juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos ocorreu no dia 20/04/2020, o início da contagem do prazo iniciou-se em 04 de maio de 2020, segunda-feira, destaca-se que diante da situação de pandemia pela Covid-19 vários feriados foram antecipados sendo eles o dia do Piauí antecipado para o dia 15/05/2020, Nossa Senhora da Conceição para o dia 22/05/2020 e Corpus Christi para o dia 29/05/2020.

Assim, finda-se o prazo para defesa em **17 de junho de 2020**, quarta-feira, sendo a presente Defesa, portanto, **inteiramente tempestiva.**

III – DO MÉRITO

1.1.3 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

1.1.3.1 – DA ANÁLISE DO QUADRO ACIMA FORAM CONSTATADAS AS SEGUINTE Ocorrências:

A) ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES SUPERIOR DO LIMITE AUTORIZADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ		
LIMITE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018		
VALOR ORÇAMENTO 2018	19.635.431,00	100%
PERCENTUAL APURADO	11.274.775,94	57,42%
LIMITE AUTORIZADO ORÇAMENTO	5.890.629,30	30%
LEI Nº 176/2018 EM 31/08/2018	5.890.629,30	30%
LIMITE MÁXIMO AUTORIZADO	11.781.258,60	60%

Em seu relatório de fiscalização este Tribunal apurou o percentual de 31,99% de créditos suplementares abertos até o mês de agosto/2018, entretanto ainda no mês de agosto gestão municipal elaborou e aprovou **Lei n. 176 de 29/08/2018 (doc. 02)**, que autorizou a abertura de novos créditos de até 30% além dos informados na LOA, com efeitos *ex tunc* retroagindo a partir de 1º de agosto de 2018. Totalizando assim um valor de 60%, sanando assim a falha apontada no relatório.

Até o fim do exercício financeiro de 2018 o município abriu novos créditos suplementares que chegaram ao montante de **R\$ 11.274.775,94** (onze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), o que representa 57,42% do valor do orçamento, valor este abaixo dos 60% permitidos no orçamento anual, portanto cumpriu o os limites legais.

Ressalta-se que a necessidade de readequação do orçamento decorreu de superávit financeiro e não de anulação de dotações decorrentes da elevação da receita tributária, como advento da instalação dos parques de geração de energia eólica, fato público e notório que dispensa juntada de documentos probatórios.

Com efeito, a DFAM verificou que a receita tributária do Município evoluiu de **R\$ 961.836,75 em 2017, para R\$ 3.779.166,39, em 2018**, sendo inevitável a alteração no orçamento por superávit financeiro. Outrossim, não há que se falar em falta de planejamento orçamentário, uma vez que estes recursos foram arrecadados de forma inesperada e sem nenhum precedente fático capaz de motivar aos técnicos do município o registro desta receita ainda em abril de 2017, quando elaborada a LDO.

B) PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PIAUÍ/89

A publicação, ainda que extemporânea, é providência que foi realizada com base na primazia do princípio da publicidade, postulado de índole constitucional, facultando a administração que os cidadãos possam verificar a regularidade de seus atos.

No caso, aplicamos a convalidação. Como sabido, a convalidação é uma forma de corrigir vício existentes em um ato ilegal, na qual não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros. Frisa-se os efeitos da convalidação são retroativos (ex tunc) ao tempo de sua execução.

Portanto, com a publicação dos decretos, a falha foi devidamente sanada. Já que não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

1.2.4.5.1 – DESPESAS CONTABILIZADAS INDEVIDAMENTE COMO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PF

Conforme o próprio Relatório de fiscalização no período: Jan/18 a dez/18 o Município atingiu o montante de 8.084.635,99 (oito milhões, oitenta e quatro mil, seiscientos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos) com despesa com pessoal, o índice encontrado no cálculo do TCE foi de 46,45% já com a soma das despesas que ele considera lançadas indevidamente no elemento 3.3.90.36 e que deveria estar no 3.1.90.11.

Ainda que contabilizadas de maneira indevida, do montante de R\$ 176.588,20 não houve qualquer prejuízo a administração pública uma vez que o percentual encontrado está dentro do limite legal.

Entretanto, conforme apurado pela DFAM o município atingiu o índice de 45,90% porque houve uma dedução da receita corrente líquida do valor recebido de emendas individuais de R\$ 126.402,00 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e dois reais). Refazendo o cálculo o índice com o valor a mais de pessoal R\$ 176.588,20 e a dedução na RCL de R\$ 126.402,00 encontramos o índice de 46,58% valor também dentro do limite legal.

Sobre o pedido de regularização da publicação dos relatórios da LRF, com as devidas correções, não é possível visto que o Balanço Geral já foi encerrado, não é possível alterar dados de 2018 em pleno exercício de 2020, para evitar futuras divergências sobre lançamentos contábeis

Portanto, já que não há lesão ao orçamento público nem prejuízo a terceiros, pede-se a desconsideração da falha.

1.2.5.4 – INDICADORES E LIMITES DO FUNDEB

Em seu relatório os técnicos apontam que o município possui restos a pagar correspondentes a 9,44% que não foram informados corretamente nas prestações de contas enviadas a este tribunal.

160.064,06	saldo anterior
3.689.849,18	receita orçamentária
1.114.829,04	receita extra - orçamentária
4.964.742,28	TOTAL DE RECEITA (A)
924.618,44	(-) despesa extra orçamentária
4.038.489,26	(-) despesa orçamentária
4.963.107,70	TOTAL DE DESPESA (B)
1.634,58	SALDO BANCO (A-B)

Conforme pode ser observado no demonstrativo acima e no balancete do mês de dezembro, o Município utilizou o saldo de banco do exercício anterior no Valor R\$ 160.064,06 (cento e sessenta mil, sessenta e quatro reais e seis centavos), além de recursos extra orçamentários recolhidos no FUNDEB no montante de R\$186.941,44 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos), referentes a Receita extraorçamentária recolhidas de INSS conforme tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	SALDO ATUAL
INSS 40%	31.322,75	11.024,15	20.298,60
INSS 60%	315.598,01	139.181,00	176.417,01
TOTAL			196.715,61

O município de fato possui restos a pagar no exercício de 2018, isso se deve a uma reestruturação e readequação do sistema ensino público municipal, reestruturação esta que já vem produzindo efeitos de maneira notável como demonstra o IEGM geral que apresentou uma melhora de quase 10% em relação ao ano anterior, com destaque para a educação que cresceu 11% sendo classificada como efetiva.

Destaca-se que a Lei complementar 101/2000 em seu artigo 42 caput autoriza a inscrição de restos a pagar desde que não seja no último ano de mandato, o que não se aplica ao exercício financeiro de 2018 uma vez que é apenas o segundo ano de um mandato de quatro anos.

Ademais, estes investimentos foram necessários e estão quitados no ano de 2019.

1.2.6 EGM - ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O Município atingiu no IEGM – Geral a nota 63, portanto classificação B, e trabalhando diuturnamente para atingir a classificação B+, destacando o i-saúde 94%, i-educ 63% e i-fiscal 72%, ressaltando evolução em todos os índices, com exceção no i-cidade que no ano de 2019 melhorou muito com a execução de várias obras de acessibilidade e iluminação de vias públicas.

1.2.7 – DISTORÇÃO IDADE SÉRIE

Neste item o gestor encontra-se acima da média dos demais municípios, mas trabalhando para melhorar ainda mais, sendo que nas séries iniciais teve uma evolução mais acentuada, assim no planejamento de 2020 o foco foi reduzir em ambas as séries, mas com intensidade nas séries finais, sendo que em 2019 houve uma evolução, portanto pode-se afirmar que a gestão municipal está no caminho certo.

1.2.8.1.6.1 – ACRÉSCIMO NO SALDO DA DIVÍDA FLUTUANTE

No relatório de fiscalização emitido pelos técnicos desse tribunal, aponta-se que houve um aumento da dívida fluante do município, acréscimo este que será esclarecido a seguir.

O aumentos foram provocados, por inscrição de Restos a Pagar Processados e Não processados, referentes ao valor de 820.919,49 (oitocentos e vinte mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos), conforme tabela a seguir:

TÍTULOS	SALDOS P/ O PERÍODO SEGUINTE	
	2016	2018
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS	32.194,89	654.609,95
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS		166.309,54
TOTAIS	32.194,89	820.919,49

Contudo, conforme demonstrativo (**doc. 05**) o município possui saldo bancário suficiente para cobrir o pagamento deste valor.

1.2.9 – AVALIAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O município OBTEVE CLASSIFICAÇÃO MÁXIMA EM TRANSPARÊNCIA SENDO ENQUADRADO NO RESULTADO ELEVADO, ponto positivo de destaque.

III- DO PEDIDO

Diante o exposto, REQUER a **APROVAÇÃO** do Processo de Fiscalização das contas da Prefeitura Municipal do Município Lagoa do Barro -PI, referente ao exercício financeiro de 2018, haja vista que as falhas apontadas no relatório da DFAM foram todas devidamente esclarecidas e/ou justificadas com a presente defesa, remanescendo falhas meramente formais que não possuem o condão de macular as contas prestadas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Teresina-PI, 16 de Junho de 2020.

**UANDERSON FERREIRA
DA SILVA**

Assinado de forma digital por
UANDERSON FERREIRA DA SILVA
Dados: 2020.06.16 17:53:57 -03'00'

UANDERSON FERREIRA DA SILVA
Adv. OAB/PI n.º 5456

DOCUMENTO 01

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

GILSON NUNES DE SOUSA, brasileiro, casado, servidor público, inscrita no CPF nº 966.508.853-04 e RG 2.244.918 SSP/PI, residente e domiciliada na Rua Hermenegilda Maria de Jesus, nº 18, bairro: Betel, cep: 64.768-000, Lagoa do Barro - PI.

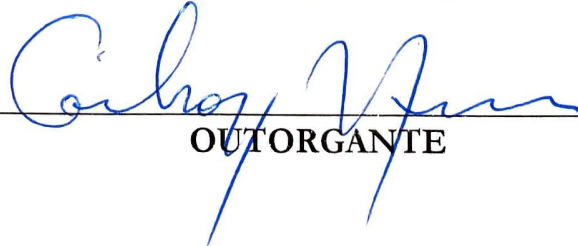
OUTORGADOS:

UANDERSON FERREIRA DA SILVA, OAB/PI 5456, regularmente inscritos na seccional piauiense da Ordem dos Advogados do Brasil, com endereço profissional, na Rua: Hugo Napoleão, nº 775, Jóquei Clube, Teresina-PI.

PODERES:

Para atuação judicial e extrajudicial, em especial os inerentes a cláusula "*Ad Judicia et extra*", afim de que possam atuar em qualquer Juízo, Tribunal, órgãos ou instâncias administrativas, agindo em seu nome isoladamente ou em conjunto, podendo tudo fazer, requererem, praticarem, assinarem, conferindo-lhe ainda poderes especiais para receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, fazer acordo, desistir, transigir, receber notificações e demais intimações, interpor todas as ações e recursos contra quem de direito e defendê-la nas contrárias, produzir e requerer provas, variar de ações, podendo, outrossim, substabelecer uma ou mais vezes e o substabelecido em outro, com ou sem reservas de poderes, total ou parcialmente, revogar substabelecimento e, finalmente praticar todos os atos em direito permitidos e necessários para o fiel cumprimento do presente mandato, mesmo que careçam de poderes especiais que nesta pareçam omissos, dando tudo por bom firme e valioso.

Teresina (PI), 15 de Junho de 2020.



OUTORGANTE

DOCUMENTO 02

113 e 1.1.3.1.1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 164 /2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

EMENTA: Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Lagoa do Barro do Piauí - Piauí para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ/PI, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ - PIAUÍ, para o Exercício Financeiro de 2018, estima a Receita em R\$ 19.635.431,00 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e trinta e um reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências dos Governos Federal e Estadual e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, relacionadas no anexo 2 (dois), com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	16.493.257,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	850.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	206.097,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.002,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.673.383,00
(-) DEDUÇÕES DAS TRANSF. CORRENTES	-1.430.375,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.150,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.142.174,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	53.584,00
ALIENAÇÃO DE BENS	53.584,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.035.006,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	19.635.431,00



Avenida 29 de Abril, 34, Centro. Prédio Adelino Rodrigues Neto
Lagoa do Barro do Piauí/PI - CEP: 64768-000. CNPJ: 41.522.301/0001-62
Fones: (89) 3498-0099 / 3498-0130 / 99406-1255
Email: prefeitura@lagoadobarro.pi.gov.br



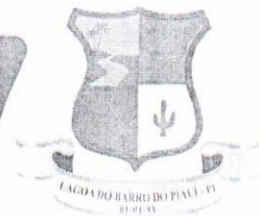
Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação constante dos anexos 2 (Natureza da Despesa) e 6 (Programa de Trabalho do Governo), que apresentam a sua composição por órgãos e categorias econômicas, conforme os desdobramentos:

DESPESAS POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL	856.100,00
GABINETE DO PREFEITO	623.300,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	1.076.560,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6.955.998,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	3.766.043,00
SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.841.130,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	540.100,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CIDADANIA E TRABALHO	1.177.038,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	974.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	824.662,00
TOTAL	19.635.431,00

DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

LEGISLATIVO	856.100,00
ADMINISTRAÇÃO	1.433.118,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.177.038,00
SAÚDE	3.766.043,00
EDUCAÇÃO	6.955.998,00
CULTURA	795.300,00
URBANISMO	1.134.176,00
HABITAÇÃO	92.900,00
SANEAMENTO	1.218.054,00
GESTÃO AMBIENTAL	30.500,00
AGRICULTURA	509.600,00
ENERGIA	212.400,00
TRANSPORTE	192.100,00
DESPORTO E LAZER	179.200,00
ENCARGOS ESPECIAIS	258.242,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	824.662,00
TOTAL	19.635.431,00



DESPESAS CORRENTES	15.504.105,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.711.828,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.436,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.775.841,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.306.664,00
INVESTIMENTOS	3.142.174,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.584,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	110.906,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	824.662,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	824.662,00
TOTAL	19.635.431,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado:

I - A abrir créditos suplementares, mediante utilização dos recursos definidos na legislação em vigor, até o limite correspondente a 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta lei.

II - A realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada nesta Lei.

III - A proceder ao desdobramento dos projetos especiais de acordo com as exigências estabelecidas pelo Ministério ou órgão subordinado concedente de recursos financeiros a título de convênio.

IV - A criar por decreto subprojetos e sub-atividades, elementos de despesas, sempre que houver conveniência administrativa ou de controle na execução do orçamento anual.

V - A ajustar a programação dos fundos especiais detalhados ao nível de sub-elemento de despesa.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2018.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2017.

GILSON NUNES DE SOUSA
Prefeito Municipal



LEI Nº 176, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Lagoa do Barro do Piauí acima do já aprovado no Orçamento - Programa Vigente do exercício de 2018 para o fim a que se destina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ/PI, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Suplementar à Lei do Orçamento Vigente nº 164/2017 em até 30% (trinta por cento) acima do já aprovado da respectiva Lei.

Art. 2º - O valor de que trata a Presente Lei se destina ao reforço de dotação de créditos orçamentários que se tornaram insuficientes.

Art. 3º - Os recursos financeiros, destinados ao reforço de dotações mencionados no artigo anterior, serão oriundos de anulação parcial ou total de dotações já existentes, uma vez que já passaram por uma revisão do planejamento em que foi constatada sua impossibilidade de execução ou, em último caso por excesso de arrecadação ou superávit financeiro.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor no exercício financeiro de 2018, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2018.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário. Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 29 de agosto de 2018.


GILSON NUNES DE SOUSA
Prefeito Municipal

DOCUMENTO 03

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

LAGOA DO BARRO DO PIAUI - CNPJ: 41.522.301/0001-62

ANEXO XXXVII

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	477.072,37	499.252,10	642.796,11	733.255,10	593.645,80	578.364,34	748.274,45	649.791,39	570.475,86	798.268,20	657.980,75	1.159.137,59	8.108.314,06	0,00
Pessoal Ativo	477.072,37	499.252,10	642.796,11	733.255,10	593.645,80	578.364,34	748.274,45	649.791,39	570.475,86	798.268,20	657.980,75	1.159.137,59	8.108.314,06	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	470.223,64	499.252,10	574.724,36	733.255,10	531.816,29	533.318,61	553.696,27	559.385,36	561.604,88	563.375,15	567.738,12	1.139.989,33	7.288.379,21	0,00
Obrigações Patronais	6.848,73	0,00	68.071,75	0,00	61.829,51	45.045,73	194.578,18	90.406,03	8.870,98	234.893,05	90.242,63	19.148,26	819.934,85	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	177.452,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.452,26	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	177.452,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.452,26	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	477.072,37	499.252,10	642.796,11	555.802,84	593.645,80	578.364,34	748.274,45	649.791,39	570.475,86	798.268,20	657.980,75	1.159.137,59	7.930.861,80	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.405.241,30	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	126.402,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	17.278.839,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	7.930.861,80	45,90
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.330.573,22	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.864.044,56	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.397.515,90	48,60

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

GILSON NUNES DE SOUSA
966.508.853-04
PREFEITO

MARIA DIAS RIBEIRO
894.891.283-68
CONTROLADORA

GISLANA PORTELA LIMA MATINS
354.052.523-87
CONTADORA - CRC 6137/O-6/PI

TOMAZ SOUSA DE AQUINO
040.544.894-51
TESOUREIRO

DOCUMENTO 04

**FUNDO MUN.DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

41.522.301/0001-62

Exercício: 2018

1.254.

1 of 1

BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2018 DESPESA PAGA

RECEITA	PERIODO	TOTAL	DESPESA	PERIODO	TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	328.646,75	3.689.849,18	ORÇAMENTÁRIA	659.006,71	4.038.489,26
RECEITAS CORRENTES	328.646,75	3.689.849,18	01 Legislativa		
13 RECEITA PATRIMONIAL	441,40	7.877,09	04 Administração		
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	328.205,35	3.681.972,09	08 Assistência Social		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	138.976,62	1.114.829,04	10 Saúde		
DEVEDORES DIVERSOS	7.207,40	155.539,91	12 Educação	659.006,71	4.038.489,26
9038 DESPESA A REGULARIZAR FUNDEB	7.207,40	154.239,80	13 Cultura		
9021 SALARIO FAMILIA		1.300,11	15 Urbanismo		
CONSIGNACOES	131.769,22	959.289,13	16 Habitação		
9028 INSS FUNDEB 40%	3.742,11	31.322,75	17 Saneamento		
9029 PENSÃO ALIMENTICIA	2.226,51	18.357,36	18 Gestão Ambiental		
9016 IRRF FUNDEB	39.419,94	134.611,70	20 Agricultura		
9017 INSS FUNDEB 60%	48.850,57	315.598,01	25 Energia		
9019 EMPRESTIMO CONSIGNADO CEF	30.206,74	382.254,49	26 Transporte		
9020 EMPRESTIMO CONSIGNADO BB	7.323,35	63.116,22	27 Desporto e Lazer		
9061 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		14.028,60	28 Encargos Especiais		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	99 Reserva de Contingência		
Total ->	467.623,37	4.804.678,22	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	83.701,99	924.618,44
=> SALDO ANTERIOR	276.719,91	160.064,06	DEVEDORES DIVERSOS	4.525,45	162.308,11
BANCO CONTA APLICAÇÃO	276.719,91	160.064,06	9038 DESPESA A REGULARIZAR FUNDEB		153.635,86
Total SALDO ANTERIOR	276.719,91	160.064,06	9021 SALARIO FAMILIA	221,97	2.912,20
TOTAL DA RECEITA	744.343,28	4.964.742,28	9022 SALARIO MATERNIDADE	4.303,48	5.760,05
			RESTOS A PAGAR	0,00	14.032,63
			8003 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		14.032,63
			CONSIGNACOES	79.176,54	748.277,70
			9028 INSS FUNDEB 40%		11.024,15
			9029 PENSÃO ALIMENTICIA	2.226,51	18.357,36
			9016 IRRF FUNDEB	39.419,94	135.056,39
			9017 INSS FUNDEB 60%		139.181,00
			9019 EMPRESTIMO CONSIGNADO CEF	30.206,74	381.990,53
			9020 EMPRESTIMO CONSIGNADO BB	7.323,35	62.668,27
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
			Total ->	742.708,70	4.963.107,70
			SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.634,58	1.634,58
			BANCO CONTA APLICAÇÃO	1.634,58	1.634,58
			Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.634,58	1.634,58
			TOTAL DA DESPESA	744.343,28	4.964.742,28

SANDRA COELHO AMORIM COSTA
815.477.813-00
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
354.052.523-87
CONTADORA CRC:6137/O-6/PI

DOCUMENTO 05

1.28.18.1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

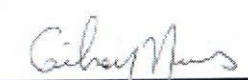
Dezembro(31/12/2018)

1 of 1

Exercicio de 2018

CONSOLIDADO

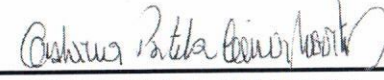
TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2016	14.139,92	0,00	0,00	0,00	0,00	14.139,92
EXERCÍCIO 2017	758.703,12	0,00	757.384,03	0,00	0,00	1.319,09
EXERCÍCIO 2018	0,00	654.609,95	0,00	0,00	0,00	654.609,95
Sub-total	772.843,04	654.609,95	757.384,03	0,00	0,00	670.068,96
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2017	106.388,51	0,00	105.878,28	0,00	0,00	510,23
EXERCÍCIO 2018	0,00	165.799,31	0,00	0,00	0,00	165.799,31
Sub-total	106.388,51	165.799,31	105.878,28	0,00	0,00	166.309,54
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	630.123,25	665.587,07	332.051,98	0,00	0,00	963.658,34
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	32.714,65	202.539,88	227.794,66	0,00	0,00	7.459,87
ISS	733,86	15.945,10	14.179,94	0,00	0,00	2.499,02
PENSAO ALIMENTICIA	8.766,96	18.357,36	18.357,36	0,00	0,00	8.766,96
RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.978,63	32.081,13	23.205,83	0,00	0,00	10.853,93
RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-122.101,89	685.973,26	682.880,83	0,00	0,00	-119.009,46
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.164,14	59.173,57	59.173,57	0,00	0,00	1.164,14
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	536,79	0,00	0,00	0,00	0,00	536,79
Sub-total	553.934,39	1.679.657,37	1.357.644,17	0,00	0,00	875.947,59
TOTAL	1.433.165,94	2.500.066,63	2.220.906,48	0,00	0,00	1.712.326,09



 GILSON NUNES DE SOUSA
 PREFEITO
 966.508.853-04



 MARIA DIAS RIBEIRO
 CONTROLADORA
 894.891.283-68



 GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
 CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
 354.052.523-87

NOTAS EXPLICATIVAS:

A diferença no valor de R\$ 7.207,40, refere-se a contribuições sindical retida e cancelada na entidade Fundeb e inscrita e paga na entida prefeitura.

*
*



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

41522301/0001-62

Exercício: 2018

CONSOLIDADO

1 of 2

BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2018
DESPESA EMPENHADA

RECEITA	PERIODO	TOTAL	DESPESA	PERIODO	TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	2.040.045,80	18.102.116,30	ORÇAMENTÁRIA	2.940.417,33	18.941.825,35
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>2.196.731,22</u>	<u>18.906.247,93</u>	01 Legislativa	603.194,28	603.194,28
11 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 1	406.594,75	3.779.166,39	04 Administração	278.978,61	3.056.707,46
12 CONTRIBUIÇÕES	35.111,53	35.111,53	08 Assistência Social	87.496,94	975.623,07
13 RECEITA PATRIMONIAL	2.661,61	37.088,66	10 Saúde	734.466,43	4.421.794,33
16 RECEITA DE SERVIÇOS			12 Educação	986.261,23	6.581.456,55
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.752.184,80	15.025.828,98	13 Cultura	14.645,30	477.579,35
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178,53	29.052,37	15 Urbanismo	97.674,74	2.007.159,39
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>0,00</u>	<u>696.875,00</u>	16 Habitação		
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO			17 Saneamento	19.104,60	101.680,84
22 ALIENAÇÃO DE BENS			18 Gestão Ambiental		
24 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		696.875,00	20 Agricultura	7.255,00	89.744,09
<u>DEDUÇÕES</u>	<u>-156.685,42</u>	<u>-1.501.006,63</u>	25 Energia	33.477,64	171.098,40
90 (R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-156.685,42	-1.501.006,63	26 Transporte	103.450,12	157.937,31
<u>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>1.613.410,64</u>	<u>13.385.561,20</u>	27 Desporto e Lazer		29.682,67
DESPESA ORÇAM. DO EXERCÍCIO A PAGAR	563.271,80	7.330.108,67	28 Encargos Especiais	24.412,44	268.167,61
ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES	-38.145,00	-39.820,00	99 Reserva de Contingência		
<u>DEVEDORES DIVERSOS</u>	<u>15.836,83</u>	<u>222.535,96</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.770.718,31	12.889.732,65
9007 SALARIO FAMILIA	933,42	6.581,61	EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS	739.091,78	6.470.629,41
9014 SALARIO FAMILIA	187,71	917,58	ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERI		-750,00
9024 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	2.777,10	39.355,08	<u>DEVEDORES DIVERSOS</u>	<u>23.548,29</u>	<u>240.023,16</u>
9025 SALARIO FAMILIA		5.031,51	9007 SALARIO FAMILIA	1.866,84	12.356,94
9036 DESPESA A REGULARIZAR FMS		646,50	9014 SALARIO FAMILIA	187,71	1.659,48
9038 DESPESA A REGULARIZAR FUNDEB	7.207,40	154.239,80	9024 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	2.777,10	40.904,97
9058 SALARIO FAMILIA FME		2.124,77	9025 SALARIO FAMILIA	343,71	5.782,35
9021 SALARIO FAMILIA		1.300,11	9036 DESPESA A REGULARIZAR FMS		637,00
9037 DESPESA A REGULARIZAR ADM		7.607,80	9038 DESPESA A REGULARIZAR FUNDEB		153.635,86
9063 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VIN	217,56	217,56	9058 SALARIO FAMILIA FME	216,87	2.343,27
9049 ARRECADADO COSIP SOBRE RESPONSABIL	4.513,64	4.513,64	9021 SALARIO FAMILIA	221,97	2.912,20
<u>CONSIGNACOES</u>	<u>297.515,36</u>	<u>1.633.214,28</u>	9037 DESPESA A REGULARIZAR ADM	7.424,96	7.607,88
9001 INSS - SEGURADOS	18.108,63	112.137,48	9063 DESPESA A REGULARIZAR	6.205,65	6.423,21
9002 IRRF FMS	12.279,36	53.830,39	9022 SALARIO MATERNIDADE	4.303,82	5.760,05
9009 IRRF FMS	230,03	1.677,47	<u>RESTOS A PAGAR</u>	<u>0,00</u>	<u>630.656,60</u>
9054 ISS FME	285,45	3.601,79	8001 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		237.484,76
9003 INSS FVS	30.128,00	128.130,16	8002 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		74.964,30
9010 INSS FMS	2.447,11	17.643,61	8003 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		14.032,63
9023 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	2.642,22	54.990,62	8005 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		187.036,91
9004 ISS FMS	511,44	7.379,61	8007 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		17.018,60
9011 ISS FMS	371,15	3.357,31	8008 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		5.589,04
9040 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.297,74	2.525,49	8009 RESTOS PROCESSADOS		80.405,47
9005 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	14.862,00	82.545,98	8010 RESTOS N PROCESSADOS		10.124,94
9006 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	4.872,94	24.640,76	<u>CONSIGNACOES</u>	<u>233.146,59</u>	<u>1.309.651,19</u>
9059 EMPRESTIMO CONSIGNADO BB	295,76	3.425,32	9001 INSS - SEGURADOS		73.255,84
9027 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	2.847,88	7.113,81	9002 IRRF FMS	52.487,27	78.640,48
9028 INSS FUNDEB 40%	3.742,11	31.322,75	9009 IRRF FMS	286,54	1.677,47
9044 ISS		1.606,39	9054 ISS FME	827,09	3.601,79
9029 PENSÃO ALIMENTICIA	2.226,51	18.357,36	9003 INSS FMS	10.250,92	65.174,51
9047 SALARIO FAMILIA CAMARA	761,04	761,04	9010 INSS FMS	923,11	10.387,07
9016 IRRF FUNDEB	39.419,94	134.611,70	9023 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	2.642,22	56.035,27
9064 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VIN	59.173,57	59.173,57	9004 ISS FMS	2.366,64	7.164,33
9017 INSS FUNDEB 60%	48.850,57	315.598,01	9011 ISS FMS	371,15	3.413,82
9019 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	30.206,74	382.254,49	9040 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		10.923,09
9057 INSS FME	9.994,13	60.755,06	9005 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	13.119,30	80.800,28
9020 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	7.323,35	63.116,22	9006 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	4.347,28	24.681,90
9056 EMPRESTIMO CONSIGNADO CEF FME	2.055,77	35.003,14	9059 EMPRESTIMO CONSIGNADO BB	295,76	3.252,85
9060 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL FME	988,27	1.205,83	9027 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	140,42	4.041,31
9061 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		14.028,60	9028 INSS FUNDEB 40%		11.024,15
9055 IRRF FME	1.593,65	12.420,32	9029 PENSÃO ALIMENTICIA	2.226,51	18.357,36
<u>TRANSFERÊNCIA ENTRE ENTIDADES</u>	<u>774.931,65</u>	<u>4.239.522,29</u>	9047 SALARIO FAMILIA CAMARA	761,04	761,04
7001 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUN	50.266,19	603.194,28	9016 IRRF FUNDEB	39.419,94	135.056,39
			9064 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES	59.173,57	59.173,57
			9017 INSS FUNDEB 60%		139.181,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

41522301/0001-62
CONSOLIDADO

Exercício: 2018

2 of 2

BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2018 DESPESA EMPENHADA

RECEITA	PERÍODO	TOTAL	DESPESA	PERÍODO	TOTAL
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.613.410,64	13.385.561,20	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.770.718,31	12.889.732,65
TRANSFERÊNCIA ENTRE ENTIDADES	774.931,65	4.239.522,29	CONSIGNAÇÕES	233.146,59	1.309.651,19
7002 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUN	381.108,33	1.758.005,19	9019 EMPRESTIMO CONSIGUINADO CEF	30.206,74	381.990,53
7003 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUN	28.187,17	244.866,51	9057 INSS FME		33.029,41
7005 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUN	315.369,96	1.633.456,31	9020 EMPRESTIMO CONSIGUINADO BB	7.323,35	62.668,27
Total ->	3.653.456,44	31.487.677,50	9056 EMPRESTIMO CONSIGNADO CEF FME	2.055,77	31.905,11
=> SALDO ANTERIOR	2.285.840,36	1.572.041,66	9060 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL FME		1.034,03
CAIXA	447,44	447,44	9055 IRRF FME	3.921,97	12.420,32
BANCO CONTA MOVIMENTO	562.549,01	276.178,87	TRANSFERÊNCIA ENTRE ENTIDADES	774.931,65	4.239.522,29
BANCO CONTA APLICAÇÃO	1.722.843,91	1.260.064,82	7001 REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA MUN	50.266,19	603.194,28
BANCO CONTA VINCULADA		35.350,53	7002 REPASSE CONCEDIDO A FUNDO MUNI	381.108,33	1.758.005,19
Total SALDO ANTERIOR	2.285.840,36	1.572.041,66	7003 REPASSE CONCEDIDO A FUNDO MUNI	28.187,17	244.866,51
TOTAL DA RECEITA	5.939.296,80	33.059.719,16	7005 REPASSE CONCEDIDO A FUNDO MUNI	315.369,96	1.633.456,31
			Total ->	4.711.135,64	31.831.558,00
			SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.228.161,16	1.228.161,16
			CAIXA	447,44	447,44
			BANCO CONTA MOVIMENTO	12.783,43	12.783,43
			BANCO CONTA APLICAÇÃO	1.214.930,29	1.214.930,29
			Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.228.161,16	1.228.161,16
			TOTAL DA DESPESA	5.939.296,80	33.059.719,16

GILSON NUNES DE SOUSA
966.508.853-04
PREFEITO

GISLANA BORTELA LIMA MARTINS
354.052.523-87
CONTADORA CRC:6137/O-6/PI



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
SS/DCP – Divisão de Comunicação Processual



Folha de Informação ou Despacho

Proc. TC/011747/2018.

DESPACHO

Encaminhe-se ao Gabinete do Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras, para conhecimento da Certidão (Peça 22).

SS/DCP – Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, Teresina, 30 de julho de 2020.

Assinado digitalmente

Jurandir Gomes Marques
Chefe da Divisão de Comunicação Processual



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gabinete Conselheiro Substituto
Jackson Nobre Veras



DESPACHO

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM) para análise da justificativa do gestor constante na Peça nº 23.

Ademais, que sejam os autos enviados ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.

Teresina, 31 de julho de 2020.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS
Conselheiro Substituto
Relator



**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Processo **011747/2018** **Relatório de Contraditório**
Assunto..... Prestação de Contas Anual – Contas de Governo – Exercício **2018**
Interessado Município de **Lagoa do Barro**
Prefeito Gilson Nunes de Sousa
Relator Jackson Nobre Veras
Procurador..... Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

1. RELATÓRIO

Trata-se da Prestação de Contas Anual – Contas de Governo - do Município de **Lagoa do Barro**, referente ao **exercício financeiro de 2018**.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM deste Tribunal, após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do Ente Municipal, demonstrou, no relatório preliminar (Peça 16), o que segue:

O Prefeito Municipal **cumpriu** os seguintes limites legais/constitucionais, descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino superior ao limite legal	27,94	25,00
Gasto com ações e serviços de saúde superior ao limite legal	15,84	15,00
Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB superior ao limite legal	89,67	60,00
Despesas com pessoal do Poder Executivo até o limite legal	45,45	54,00
Repasse da prefeitura para a Câmara Municipal até o limite autorizado	7,00	7,00

Entretanto, foram apontadas ocorrências, que se encontram sintetizadas nos subitens especificados mais adiante.

Em observância aos postulados da ampla defesa e do contraditório, o Prefeito Municipal foi citado, tendo apresentado suas justificativas, em tempo hábil, perante esta Corte de Contas (peça 23), conforme certidão expedida por este Tribunal de Contas (Peça 22).

2. EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

Do confronto entre o relatório produzido pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (peça 16) e a defesa apresentada pelo Prefeito Municipal (peça 23), têm-se as seguintes constatações:

2.1 Abertura de créditos suplementares superior ao limite autorizado (item 1.1.3.1-A): Os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 11.054.775,94 (onze milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), que corresponde a 56,30% da despesa fixada. Até a publicação do Decreto nº 31/2018 no dia 01/08/2018, o percentual apurado foi 31,99%, portanto, superior ao limite de 30% autorizado na LOA. Tendo em vista que a Lei nº 176/2018



somente foi publicada no dia 31/08/2018, tendo efeito a partir desta data, conclui-se que quando de sua edição o município já havia descumprido o percentual de 30% determinado pela LOA.

Defesa (fls. 03 da peça 23): Alega que, ainda no mês de agosto gestão municipal elaborou e aprovou Lei nº 176 de 29/08/2018 (Peça 23 - Fls. 14), que autorizou a abertura de novos créditos de até 30% além dos informados na LOA, com efeito *ex tunc* retroagindo a partir de 1º de agosto de 2018. Totalizando assim um valor de 60%, sanando assim a falha apontada no relatório.

Análise: Tendo em vista não ter sido anexada comprovação da publicação da Lei nº 176/18 pela Defesa, bem como na impossibilidade de acessar o site do Diário Oficial dos Municípios (DOM) para verificação de uma possível publicação da referida Lei acrescenta-se, também, que o limite de 30%, para abertura de créditos adicionais suplementares, autorizado na Lei Orçamentária Anual já tinha sido ultrapassado em 01/08/2018 com a abertura do Decreto do Executivo nº 31/2018 datado de 01/08/2018. Registra-se que a Lei nº 176/18, autorizando uma nova suplementação de 30%, foi elaborada e aprovada em 29/08/2018. **Ocorrência não sanada.**

2.2 Publicação dos Decretos Fora do Prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89 (item 1.1.3.1-B): O Diário Oficial dos Municípios, por determinação do art. 28, caput, II, c/c parágrafo único, da Constituição Estadual do Piauí é o meio adequado para se realizar as publicações oficiais do município. Ressalte-se que embora conste publicação no Diário Oficial dos Municípios de Decretos do município de **Lagoa do Barro do Piauí, os decretos de número 01, 07, 10, 14, 17 e 27** foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja no prazo de 10 dias, a partir da conclusão do ato.

Lei/Decreto		Créditos Adicionais		Fonte de Recurso (R\$)			
Nº	Data	Discriminação	Valor R\$	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotação	Op. de Crédito
01/2018	02/01/2018	Suplementar	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
07/2018	02/01/2018	Suplementar	521.000,00	0,00	0,00	521.000,00	0,00
10/2018	01/02/2018	Suplementar	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
13/2018	01/02/2018	Suplementar	340.500,00	0,00	0,00	340.500,00	0,00
14/2018	01/03/2018	Suplementar	996.000,00	0,00	0,00	996.000,00	0,00
17/2018	02/04/2018	Suplementar	641.000,00	0,00	0,00	641.000,00	0,00
27/2018	17/04/2018	Especial	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00
21/2018	02/05/2018	Suplementar	908.500,00	0,00	0,00	908.500,00	0,00
26/2018	01/06/2018	Suplementar	505.000,00	0,00	0,00	505.000,00	0,00
28/2018	02/07/2018	Suplementar	856.000,00	0,00	0,00	856.000,00	0,00
31/2018	01/08/2018	Suplementar	1.183.000,00	0,00	0,00	1.183.000,00	0,00
35/2018	03/09/2018	Suplementar	981.050,00	0,00	0,00	981.050,00	0,00
36/2018	01/10/2018	Suplementar	1.228.000,00	0,00	0,00	1.228.000,00	0,00
40/2018	01/11/2018	Suplementar	1.052.000,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00
49/2018	03/12/2018	Suplementar	1.512.725,94	0,00	0,00	1.512.725,94	0,00
TOTAL APURADO			11.274.775,94	0,00	0,00	11.274.775,94	0,00

Defesa (fls. 04 da peça 23): Alega que a publicação, ainda que extemporânea, é providência que foi realizada com base na primazia do princípio da publicidade, postulado de índole constitucional, facultando a administração que os cidadãos possam verificar a regularidade de seus atos. No caso, aplicamos a convalidação. Como sabido, a convalidação é uma forma de corrigir vício existente em um ato ilegal, na qual não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros. Frisa-se os efeitos da convalidação são retroativos (ex tunc) ao tempo de sua execução. Portanto, com a publicação dos decretos, a falha foi devidamente sanada. Já que não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.



Análise: A publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato poderia produzir seus efeitos, entendendo-se, dessa forma, que o mencionado vício implicou em ordenação de despesa não devidamente autorizada.

Resta, portanto, configurado o descumprimento do prazo de 10 dias previsto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89. **Ocorrência não sanada.**

2.3 Despesas contabilizadas indevidamente como Outros Serviços de Terceiros - PF (item 1.2.4.5.1): Após análise do SAGRES Contábil, constatou-se que despesas no montante de **R\$ 176.588,20** foram indevidamente classificadas como outros serviços de terceiros (339036), alterando significativamente o cálculo da despesa de pessoal, uma vez que a contabilização desses servidores (médico, técnicos de enfermagem, professor, motorista, zelador) **os quais deveriam ter sido contabilizados no elemento 319011 (vencimentos e vantagens fixas).**

Pede-se que o gestor comprove a regularização da publicação dos relatórios da LRF, com as devidas correções.

Cabe ao gestor a responsabilização pelas informações prestadas, conforme determina o art. 1º, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa TCE nº 09/2017:

Art. 1º Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais serão obrigados a prestar contas submeter os demais atos de gestão a este Tribunal, na forma e nos prazos estabelecidos nesta resolução.

§ 1º Os titulares dos Poderes e os gestores dos Consórcios Públicos e dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS serão responsáveis pelo envio das prestações de contas, salvo nos casos específicos previstos nesta resolução.

§ 2º Os dados e as informações prestados terão caráter declaratório, cujo teor será de inteira responsabilidade do titular do Poder ou do gestor do Consórcio Público ou do Regime Próprio de Previdência Social, conforme o caso.

Defesa (fls. 04 da peça 23): Alega que conforme o próprio Relatório de fiscalização no período: Jan/18 a dez/18 o Município atingiu o montante de 8.084.635,99 (oito milhões, oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos) com despesa com pessoal, o índice encontrado no cálculo do TCE foi de 46,45% já com a soma das despesas que ele considera lançadas indevidamente no elemento 3.3.90.36 e que deveria estar no 3.1.90.11. Ainda que contabilizadas de maneira indevida, do montante de R\$ 176.588,20 não houve qualquer prejuízo à administração pública uma vez que o percentual encontrado está dentro do limite legal. Sobre o pedido de regularização da publicação dos relatórios da LRF, com as devidas correções, não é possível visto que o Balanço geral já foi encerrado, não é possível alterar dados de 2018 em pleno exercício de 2020, para evitar futuras divergências sobre lançamentos contábeis. Portanto, já que não há lesão ao orçamento público nem prejuízo a terceiros, pede-se a desconsideração da falha.

Análise: A DFAM relaciona os pagamentos por Unidade Orçamentária, empenho e data de emissão revelando que os pagamentos ocorreram ao longo de todo o exercício. Por se tratar de atividade-fim desta prefeitura, os valores pagos deveriam ser contabilizados como Vencimentos e Vantagens Fixas e integrarem a base de cálculo do limite das Despesas do Poder Executivo. **Ocorrência não sanada.**

Quanto à publicação dos relatórios da LRF com a inclusão dos valores das contratações acima apontadas, se faz desnecessária para este exercício, pois o valor já foi acrescido pelo Tribunal no cômputo do limite de despesa com pessoal. Assim, a regularização dessa ocorrência deve ocorrer em relação às contratações nos exercícios seguintes, observados os dispositivos da Constituição Federal ou Lei nº 8.745/1993, conforme o caso.



2.4 Indicador do FUNDEB – “Máximo de 5% não aplicado no exercício” do FUNDEB apurado apresenta valor negativo (item 1.2.5.4): O indicador “Máximo de 5% não aplicado no exercício”, apurado conforme o quadro abaixo, indicando que o ente **descumpriu** o disposto no art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007.

Indicadores do FUNDEB	Valor (R\$)
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB	0,00
(=) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)	0,00
Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)	4.038.143,52
Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	89,67
Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	19,77
Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2o, da Lei 11.494, de 20/06/2007)	(9,44)

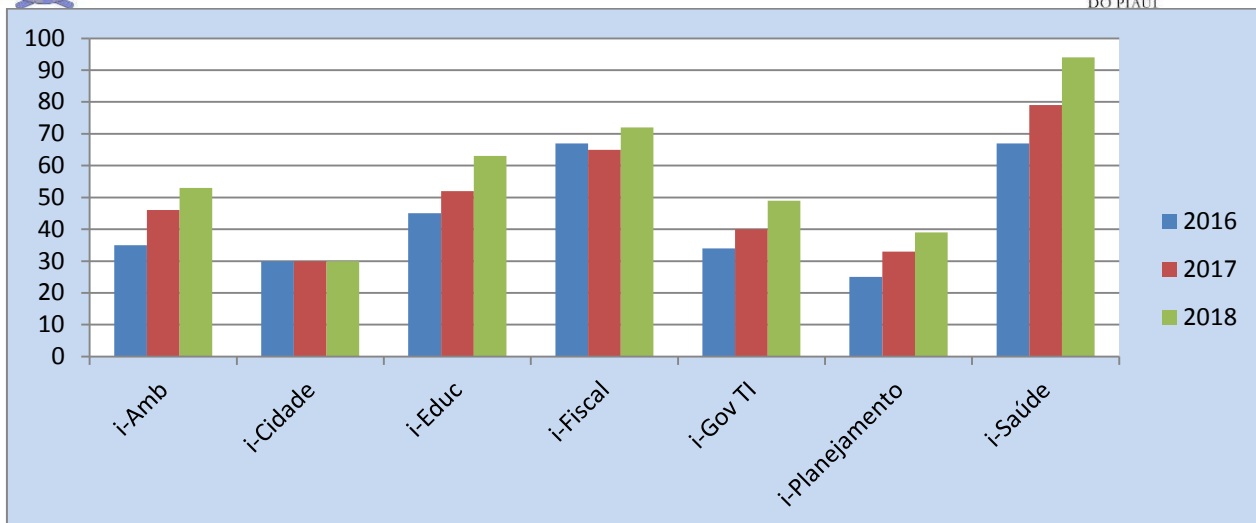
Para detalhamento do quadro acima, acessar Peça 13.

Defesa (fls. 05 da peça 23): Alega que o Município utilizou o saldo de banco do exercício anterior no valor de R\$ 160.064,06 (Cento e sessenta mil, sessenta e quatro reais, seis centavos), além de recursos extraorçamentários recolhidos no FUNDEB no montante de R\$ 186.941,44 (Cento e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais, quarenta e quatro centavos), referentes à receita extraorçamentária recolhidas de INSS.

Análise: Tendo em vista que o art. 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007 determina que *“os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”* e que o § 2 determina que *“Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional”* considera-se como **não sanada a ocorrência.**

2.5 Análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM): A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos pelo Município de Lagoa do Barro do Piauí nos sete indicadores setoriais do IEGM Geral em comparação com os exercícios de 2016 e 2017. Ressalta-se que as respostas ao questionário fornecidas por este Município **foram validadas** pela equipe de fiscalização.

Indicador	Nota do Município 2016 (%)	Nota do Município 2017 (%)	Nota do Município 2018 (%)
IEGM-Geral	48	54	63
i-Amb	35	46	53
i-Cidade	30	30	30
i-Educ	45	52	63
i-Fiscal	67	65	72
i-Gov TI	34	40	49
i-Planejamento	25	33	39
i-Saúde	67	79	94



- Dimensão Ambiente: A nota do município evoluiu, passando da faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação) para faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação);
- Dimensão Cidade: A nota do município se repetiu nos três exercícios, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Educação: A nota do município apresentou uma pequena melhora, passando da faixa de resultado C+ (Em fase de Adequação) em 2017 para faixa de resultado B (Efetiva) em 2018;
- Dimensão Fiscal: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado B (Efetiva);
- Dimensão Gov. TI: A nota do município evoluiu, permanecendo na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Planejamento: A nota teve pequena melhora, no entanto permanece na faixa de resultado C (Baixo Nível de Adequação);
- Dimensão Saúde: A nota do município cresceu e está na faixa de resultado A (Altamente Efetiva).

Defesa: Alega que o Município atingiu no IEGM - Geral a nota 63, portanto classificação B, e trabalhando diuturnamente para atingir a classificação B+, destacando o i-saúde 94%, i-educ 63% e i-fiscal 72%, ressaltando evolução em todos os índices, com exceção no i-cidade que no ano de 2019 melhorou muito com a execução de várias obras de acessibilidade e iluminação de vias públicas.

Análise: De sete indicadores (sem conta o IEGM-Geral), quando comparado ao primeiro ano de mandato, apenas o i-Cidade se manteve igual ao exercício de 2017. Porém, com a ascensão do i-Educ, i-Fiscal e, principalmente, do i-Saúde houve uma melhoria no IEGM-Geral. **Ocorrência parcialmente sanada.**

2.6 Distorção Idade-Série: O Indicador de Taxa de Distorção Idade-Série permite avaliar o percentual de alunos que tem dois ou mais anos de idade acima do recomendado em determinada série. Os dados coletados da **P. M. de Lagoa do Barro do Piauí** foram os seguintes:

MUNICÍPIO	2016		2017		2018	
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Lagoa do Barro do Piauí	20,6	39,0	19,1	37,2	18,2	37,0



Observa-se nos anos iniciais (4ª Série/5º Ano), que o indicador da distorção idade-série nos anos iniciais (4ª Série/5º Ano) entre os anos 2016 e 2018 caiu mostrando uma melhora no número de alunos com idade acima do recomendado por série.

Já nos anos finais (8ª Série/9º Ano), o indicador aponta que a distorção idade-série permaneceu em percentual elevado nos anos de 2016 a 2018, o que demonstra ausência de ações para diminuir essa distorção.

Defesa: Alega que o gestor encontra-se acima da média dos demais municípios, mas trabalhando para melhorar ainda mais, sendo que nas séries iniciais teve uma evolução mais acentuada, assim no planejamento de 2020 o foco foi reduzir em ambas as séries, mas com intensidade nas séries finais, sendo que em 2019 houve uma evolução, portanto pode-se afirmar que a gestão municipal está no caminho certo.

Análise: Verifica-se que houve queda na distorção série x idade nos anos iniciais e finais. Ocorrência sanada.

2.7 Acréscimo no saldo da Dívida Flutuante (item 1.2.8.1.6.1): Comparando-se os saldos da Dívida Flutuante, constantes no Documentação Web (R\$ 320.419,71 - exercício 2016) e os apresentados neste relatório, constata-se que ela teve um aumento de 13%.

Defesa: Alega que os aumentos foram provocados, por inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados, referentes ao valor de 820.919,49 (Oitocentos e vinte mil novecentos e dezenove reais, quarenta e nove centavos). Contudo, conforme demonstrativo o município possui saldo bancário para cobrir o pagamento deste valor.

Análise: A composição da Dívida Flutuante não se restringe, apenas, aos saldos Restos a Pagar Processados (R\$ 670.068,96) e Restos a Pagar Não Processados (R\$ 166.309,54), uma vez que também consta o saldo de R\$ 875.947,59 abrigado em Depósitos e Consignações. **Ocorrência sanada.**

2.8 Avaliação do Portal da Transparência do município (item 1.2.9): O portal institucional de transparência do município foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019. A P.M. de Lagoa do Barro obteve a nota **75,18%** enquadrando-se na faixa de resultado **ELEVADO**.

Da análise procedida, há que se ressaltar ao **não atendimento** do Portal da Transparência, quanto às seguintes informações essenciais, obrigatórias e recomendadas:

- Informações Institucionais (itens 2.1, 2.2 e 2.6);
- Receita (item 4.7)
- Despesa (item 5.9);
- Recursos Humanos (item 6.7);
- Diárias (item 7.9);
- Licitações, Dispensas, Inexigibilidades (itens 8.8 e 8.10);
- Contratos (itens 9.4);
- Relatório de Gestão Fiscal (itens 10.1 e 10.2);
- Serviço de informação ao cidadão e-SIC (itens 12.6 e 12.7)
- Acessibilidade (itens 13.1);
- Instrumentos da Gestão Fiscal e do Planejamento: (item 15.7);
- Relatório referente à transparência da gestão fiscal (itens 16.1 a 16.4);
- Boas Práticas (itens 17.1 a 17.4).



Estado do Piauí
Tribunal de Contas

Processo
TC/011747/2018
Pendente de apreciação



Defesa (fls. 06 da peça 23): O gestor afirma que o município OBTEVE CLASSIFICAÇÃO MÁXIMA EM TRANSPARÊNCIA SENDO ENQUADRADO NO RESULTADO ELEVADO, ponto positivo de destaque.

Análise: Considerando a nota obtida pelo município, entende-se sanada a ocorrência.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considera-se o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior.

É o Relatório.

Teresina(Pi), 28 de maio de 2021.

(assinado digitalmente)
Geraldo Simião Nepomuceno Filho
Auditor de Controle Externo

VISTO:

(assinado digitalmente)
Ednize Oliveira Costa Lages
Auditora de Controle Externo
Chefe da II Divisão Técnica - DFAM

(assinado digitalmente)
Vilmar Barros Miranda
Diretor Substituto da DFAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

1 of 1


TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO				SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2016	14.139,92	0,00	0,00	0,00	0,00	14.139,92
EXERCÍCIO 2017	758.703,12	0,00	757.384,03	0,00	0,00	1.319,09
EXERCÍCIO 2018	0,00	654.609,95	0,00	0,00	0,00	654.609,95
Sub-total	772.843,04	654.609,95	757.384,03	0,00	0,00	670.068,96
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2017	106.388,51	0,00	105.878,28	0,00	0,00	510,23
EXERCÍCIO 2018	0,00	165.799,31	0,00	0,00	0,00	165.799,31
Sub-total	106.388,51	165.799,31	105.878,28	0,00	0,00	166.309,54
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	630.123,25	665.587,07	332.051,98	0,00	0,00	963.658,34
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	32.714,65	202.539,88	227.794,66	0,00	0,00	7.459,87
ISS	733,86	15.945,10	14.179,94	0,00	0,00	2.499,02
PENSAO ALIMENTICIA	8.766,96	18.357,36	18.357,36	0,00	0,00	8.766,96
RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.978,63	32.081,13	23.205,83*	0,00	0,00	10.853,93
RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-122.101,89	685.973,26	682.880,83	0,00	0,00	-119.009,46
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.164,14	59.173,57	59.173,57	0,00	0,00	1.164,14
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	536,79	0,00	0,00	0,00	0,00	536,79
Sub-total	553.934,39	1.679.657,37	1.357.644,17	0,00	0,00	875.947,59
T O T A L	1.433.165,94	2.500.066,63	2.220.906,48	0,00	0,00	1.712.326,09



 GILSON NUNES DE SOUSA
 PREFEITO
 966.508.853-04



 MARIA DIAS RIBEIRO
 CONTROLADORA
 894.891.283-68



 GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
 CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
 354.052.523-87

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:36

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:54

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:29

A diferença no valor de R\$ 7.207,40, refere-se a contribuições sindical retida e cancelada na entidade Fundeb e inscrita e paga na entida prefeitura.

*

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

1 of 1

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
ENTIDADES CREDORAS					
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO	13.469,16	117.492,33	0,00	96.961,49	34.000,00
Sub-total	13.469,16	117.492,33	0,00	96.961,49	34.000,00
TOTAL	13.469,16	117.492,33	0,00	96.961,49	34.000,00

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:33

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:50

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:50

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:50

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:50

PREFEITO
966.508.853-04

CONTROLADORA
894.891.283-68

CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro(31/12/2018)

1 of 3

Exercício de 2018

CONSOLIDADO

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		23.500.513,83	18.063.175,80
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	3.880.418,95	1.088.822,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	13.524.822,35	13.545.867,45
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		6.095.272,53	3.428.485,79
Ingressos Extra-orçamentários		1.855.750,24	1.259.972,64
Transferências Financeiras Recebidas		4.239.522,29	2.168.513,15
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		22.735.736,74	16.750.908,13
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	16.946.540,10	12.095.546,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	0,00	1.393.038,73
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		5.789.196,64	3.262.323,16
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.549.674,35	1.093.810,01
Transferências Financeiras Concedidas		4.239.522,29	2.168.513,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		764.777,09	1.312.267,67

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.708.571,10	646.890,92
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.708.571,10	646.890,92
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-1.708.571,10	-646.890,92


FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		696.875,00	441.600,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		696.875,00	441.600,00
DESEMBOLSOS		96.961,49	85.696,13
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		96.961,49	85.696,13
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		599.913,51	355.903,87

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		1.572.041,66	550.761,04
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-343.880,50	1.021.280,62
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.228.161,16	1.572.041,66



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO

966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA

894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI

354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

2 of 3

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - 1FC

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	3.779.166,39	961.836,75
Receita de Contribuições	35.111,53	70.347,98
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	29.052,37	23.259,76
Remuneração das Disponibilidades	37.088,66	33.378,07
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.880.418,95	1.088.822,56


QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - 2FC

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - 2FC	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	13.524.822,35	13.545.867,45
Intergovernamentais	9.842.850,26	10.430.013,78
da União	8.995.096,35	9.481.834,71
de Estados e Distrito Federal	847.753,91	948.179,07
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	3.681.972,09	3.115.853,67
Total das Transferências Recebidas	13.524.822,35	13.545.867,45
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	1.393.038,73
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	1.393.038,73
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	1.393.038,73



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO

966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA

894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI

354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

3 of 3

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - 3FC


	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
COMUNICAÇÕES	0,00	5.991,18
TRANSPORTE	0,00	21.798,00
LEGISLATIVA	582.727,28	553.870,80
ADMINISTRAÇÃO	2.979.436,87	2.521.334,87
ASSISTÊNCIA SOCIAL	947.703,09	769.636,50
SAÚDE	3.974.468,97	2.651.154,59
EDUCAÇÃO	6.082.468,35	4.580.792,39
CULTURA	405.348,96	146.226,91
URBANISMO	1.592.619,65	646.010,36
SANEAMENTO	3.255,13	12.185,99
AGRICULTURA	91.446,12	109.522,70
ENERGIA	89.704,63	13.800,00
DESPORTO E LAZER	26.154,93	63.221,95
ENCARGOS ESPECIAIS	171.206,12	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	16.946.540,10	12.095.546,24

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - 4FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00



GILSON NUNES DE SOUSA



MARIA DIAS RIBEIRO



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:39 - CRC: 6137/O-6/PI

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:57 - CRC: 6137/O-6/PI

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:34

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO


Exercício de 2018

1 of 2


VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.779.166,39	961.836,75	PESSOAL E ENCARGOS	8.617.343,93	7.119.550,82
IMPOSTOS	3.774.462,74	873.210,60	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.636.799,21	6.314.123,80
TAXAS	4.703,65	88.626,15	ENCARGOS PATRONAIS	980.544,72	791.427,02
CONTRIBUIÇÕES	35.111,53	70.347,98	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	0,00	14.000,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	35.111,53	70.347,98	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	380.907,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	44.296,06	33.378,07	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	380.907,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.088,66	33.378,07	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	8.337.839,03	5.112.091,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	7.207,40	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.821.323,53	1.736.318,37
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.461.219,64	14.762.941,87	SERVIÇOS	5.516.515,50	3.375.773,10
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.239.522,29	2.168.513,15	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	63.137,43	161.350,62
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	14.221.697,35	12.594.428,72	JUROS E ENCARGOS DE MORA	21.930,03	17.663,88
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	221.405,71	0,00	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	34.000,00	52.422,34
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	221.405,71	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	7.207,40	91.264,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53.388,11	1.219.702,87	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.239.522,29	2.168.513,15
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53.388,11	1.219.702,87	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.239.522,29	2.168.513,15
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	22.594.587,44	17.048.207,54	TRIBUTÁRIAS	170.289,29	129.476,24
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	38.987,64	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	5.148,77
TOTAL	22.633.575,08	17.048.207,54	CONTRIBUIÇÕES	170.289,29	124.327,47
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.205.443,11	5.000,00
			PREMIAÇÕES	9.000,00	5.000,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.196.443,11	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	22.633.575,08	15.076.890,15
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	0,00	1.971.317,39
			TOTAL	22.633.575,08	17.048.207,54



 GILSON NUNES DE SOUSA
 PREFEITO
 966.508.853-04



 MARIA DIAS RIBEIRO
 CONTROLADORA
 894.891.283-68



 GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
 CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
 354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

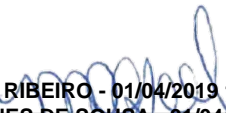
CONSOLIDADO


Exercício de 2018

2 of 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.700.737,88	718.395,05
INVESTIMENTOS	1.700.737,88	718.395,05
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	96.961,49	85.696,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	96.961,49	85.696,13

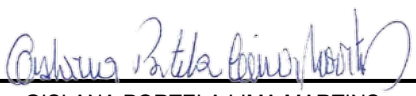

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:34


Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:51


Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:51

PREFEITO
966.508.853-04


MÁRIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68


GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
001 001	306020	01/11/2016	LARYSSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	998001				3.321,32	3.321,32
001 001	349006	14/12/2016	KRM CONSTRUÇÃO LTDA ME	998001				10.818,60	10.818,60
001 001	531034	31/05/2017	ADELJAMY ROCHA SILVA	998001				700,00	700,00
001 001	801024	01/08/2017	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	998001				87,25	87,25
001 001	801024	01/08/2017	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	998002				924,53	510,23
001 001	1220006	20/12/2017	ESTRELA PRESENTES EIRELI - EPP	998001				151,84	151,84
Sub Total Geral								16.003,54	15.589,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
100 000	410001	10/04/2017	LUANDERSON COELHO DE SOUSA- ME	990062				380,00	380,00
100 000	102032	02/01/2018	CONTREINA- CONSULTORIA E TREINAMENTO EM SOFTWARE L	020200	04	2023	3.3.90.39.05	8.000,00	6.600,00
100 000	111013	11/01/2018	FERREIRA & MOURA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	020200	04	2023	3.3.90.39.05	102.000,00	17.000,00
100 000	111014	11/01/2018	PUBLICONTA CONTABILIDADE S/S LTDA-ME	020200	04	2023	3.3.90.39.05	121.800,00	20.300,00
100 000	112018	12/01/2018	WILLIAM RODRIGUES OLIVEIRA-ME	020200	04	2023	3.3.90.39.05	36.000,00	3.000,00
100 000	123023	23/01/2018	ILDETE DE OLIVEIRA COELHO	020200	04	2023	3.3.90.36.14	4.800,00	400,00
100 000	123026	23/01/2018	EULALIA RODRIGUES OLIVEIRA	020200	04	2023	3.3.90.36.14	6.000,00	500,00
100 000	123024	23/01/2018	RAIMUNDO DIAS COELHO	020200	04	2023	3.3.90.36.14	4.200,00	350,00
100 000	123025	23/01/2018	MARIA DE ASSIS RODRIGUES AMORIM	020200	04	2023	3.3.90.36.14	8.400,00	700,00
100 000	301005	01/03/2018	JOSEFA MARIA DA SILVA	020200	04	2023	3.3.90.36.14	3.000,00	750,00
100 000	306001	06/03/2018	JOAO DAVINO DE SOUSA	020200	04	2023	3.3.90.36.14	9.000,00	2.250,00
100 000	314012	14/03/2018	MARDEN CLÉRISTON COELHO AMORIM	020200	04	2023	3.3.90.36.14	6.000,00	1.500,00
100 000	329034	29/03/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	020500	15	2053	3.1.90.11.51	15.909,89	2.776,20
100 000	702009	02/07/2018	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO ITAIM - AMVI	020200	04	2023	3.3.90.39.05	7.632,00	954,00
100 000	706009	06/07/2018	VILMAR DOS SANTOS	020200	04	2023	3.3.90.36.14	18.000,00	10.500,00
100 000	712008	12/07/2018	JOÃO ANTONIO NETO	020200	04	2023	3.3.90.36.14	6.000,00	3.500,00
100 000	726008	26/07/2018	G DO N DAMASCENO-ME	020500	15	2053	4.4.90.52.18	2.859,00	2.859,00
100 000	822015	22/08/2018	F BRASILEIRO DOS PASSOS FILHO EIRELI	020800	13	2085	3.3.90.39.27	5.120,00	5.120,00
100 000	822016	22/08/2018	F BRASILEIRO DOS PASSOS FILHO EIRELI	020800	13	2085	3.3.90.39.27	3.429,00	3.429,00
100 000	822017	22/08/2018	F BRASILEIRO DOS PASSOS FILHO EIRELI	020800	13	2085	3.3.90.39.27	5.730,00	5.730,00
100 000	906014	06/09/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020200	04	2023	3.3.90.30.07	547,60	547,60
100 000	910004	10/09/2018	CLAUDIO AMORIM DE SOUSA	020500	15	2053	3.3.90.36.27	100,00	100,00
100 000	910013	10/09/2018	GERALDO MENDES DE SOUSA	020500	15	2053	3.3.90.36.27	1.750,00	1.750,00
100 000	1006003	06/10/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020200	04	2023	3.3.90.30.16	1.029,00	1.029,00
100 000	1017006	17/10/2018	F BRASILEIRO DOS PASSOS FILHO EIRELI	020200	04	2023	3.3.90.39.27	2.555,00	2.555,00
100 000	1017013	17/10/2018	L A P DE CARVALHO	020100	04	2005	3.3.90.39.13	8.550,00	8.550,00
100 000	1017014	17/10/2018	L A P DE CARVALHO	020500	15	2053	3.3.90.39.13	10.165,00	10.165,00
100 000	1026005	26/10/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020200	04	2023	3.3.90.30.16	2.347,34	2.347,34
100 000	1031025	31/10/2018	L A P DE CARVALHO	020200	04	2023	3.3.90.39.55	29.111,93	29.111,93
100 000	1101009	01/11/2018	MARCELO DA COSTA CLEMENTINO	020500	15	2053	3.3.90.36.19	2.200,00	2.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
100 000	1108012	08/11/2018	FRANCISCO MOREIRA MIRANDA 47389885300	020500	15	2053	3.3.90.39.15	1.250,00	1.250,00
100 000	1113001	13/11/2018	KENNEDY O. DE SOUSA-ME	020200	04	2023	3.3.90.39.15	6.300,00	6.300,00
100 000	1121008	21/11/2018	MAVELU SPORTS	020800	27	2087	3.3.90.30.14	2.027,74	2.027,74
100 000	1130011	30/11/2018	L A P DE CARVALHO	020100	04	2005	3.3.90.39.13	8.550,00	8.550,00
100 000	1130012	30/11/2018	L A P DE CARVALHO	020200	04	2023	3.3.90.39.13	10.165,00	10.165,00
100 000	1204016	04/12/2018	ALCIONE MELO E CIA LTDA	020500	15	2053	3.3.90.30.39	880,00	880,00
100 000	1204017	04/12/2018	ALCIONE MELO E CIA LTDA	020500	15	2053	3.3.90.30.39	375,00	375,00
100 000	1206015	06/12/2018	VITORIO ENOQUE DA COSTA	020500	15	2053	3.3.90.36.22	2.270,00	2.270,00
100 000	1206019	06/12/2018	PLENA NEWS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	020200	04	2023	3.3.90.39.70	6.190,00	6.190,00
100 000	1206018	06/12/2018	FRANCISCO EMILIO A DA SILVA - ME	020200	04	2023	3.3.90.39.05	710,00	710,00
100 000	1210003	10/12/2018	CARTORIO 1 OFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMOVEIS D	020200	04	2023	3.3.90.39.45	32,73	32,73
100 000	1211015	11/12/2018	FRANCISCO EMILIO A DA SILVA - ME	020200	04	2023	3.3.90.39.05	800,00	800,00
100 000	1212014	12/12/2018	F BRASILEIRO DOS PASSOS FILHO EIRELI	020200	04	2023	3.3.90.39.58	220,00	220,00
100 000	1213009	13/12/2018	ALCIONE MELO E CIA LTDA	020500	15	2053	3.3.90.30.25	1.795,00	1.795,00
100 000	1217015	17/12/2018	MARIA DEUZENI DE CARVALHO SILVA	020500	15	2053	3.3.90.30.23	2.170,00	2.170,00
100 000	1217012	17/12/2018	JC LOCACAO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA	020500	26	1042	4.4.90.51.91	103.450,12	60.811,91
100 000	1218005	18/12/2018	ALCIONE MELO E CIA LTDA	020500	15	2053	3.3.90.30.25	2.370,00	2.370,00
100 000	1218006	18/12/2018	VIAÇÃO TRANSPIAUÍ SÃO RAIMUNDENSE LTDA	020200	04	2023	3.3.90.39.55	190,00	190,00
100 000	1218007	18/12/2018	BENEDITO CARVALHO MINEU ROCHA	020200	04	2023	3.3.90.36.06	700,00	700,00
100 000	1220016	20/12/2018	FRANCISCO EMILIO A DA SILVA - ME	020200	04	2023	3.3.90.39.05	710,00	710,00
100 000	1220002	20/12/2018	R B DE SOUZA RAMOS	020200	04	2023	3.3.90.39.05	76.410,63	47.000,00
100 000	1221006	21/12/2018	L A P DE CARVALHO	020200	04	2023	3.3.90.39.13	10.165,00	10.165,00
100 000	1221008	21/12/2018	L A P DE CARVALHO	020100	04	2005	3.3.90.39.13	8.550,00	8.550,00
100 000	1226004	26/12/2018	L A P DE CARVALHO	020500	15	1053	3.3.90.39.13	10.165,00	10.165,00
100 000	1226005	26/12/2018	L A P DE CARVALHO	020100	04	2005	3.3.90.39.13	8.550,00	8.550,00
100 000	1227010	27/12/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020200	04	2023	3.3.90.39.33	2.805,00	2.805,00
100 000	1228034	28/12/2018	JOSE REIS DA COSTA	020500	15	2053	3.3.90.36.22	954,00	954,00
100 000	1228019	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO GABINETE PREFEITO	020100	04	2005	3.1.90.11.01	12.300,00	12.300,00
100 000	1228020	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO GABINETE PREFEITO	020100	04	2005	3.1.90.11.01	9.272,44	9.272,44
100 000	1228022	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	020500	15	2053	3.1.90.11.01	24.156,80	24.156,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
100 000	1228024	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTUR	020800	13	2084	3.1.90.11.01	3.280,00	3.280,00
100 000	1228025	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINIS	020200	04	2023	3.1.90.11.01	19.403,19	19.403,19
100 000	1228026	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPI	020101	04	2039	3.1.90.11.01	6.471,29	6.471,29
100 000	1228021	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020700	08	2071	3.1.90.11.01	12.863,46	12.863,46
100 000	1228023	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEI	020600	20	2030	3.1.90.11.01	4.430,00	4.430,00
100 000	1231012	31/12/2018	MOISES FERREIRA MIRANDA FILHO	020200	04	2023	3.3.90.36.06	700,00	700,00
100 000	1231011	31/12/2018	MARCOS AURÉLIO DE OLIVEIRA	020200	04	2023	3.3.90.36.06	700,00	700,00
100 000	1231013	31/12/2018	RICHARD ARISON BORGES MOURA	020200	04	2023	3.3.90.36.06	700,00	700,00
100 000	1231010	31/12/2018	CRISTIANO PREGINO DE SA	020200	04	2023	3.3.90.36.06	700,00	700,00
100 000	1231014	31/12/2018	ADEVALDO FERREIRA RAMOS	020200	04	2023	3.3.90.36.06	1.500,00	1.500,00
Sub Total Geral								797.848,16	440.137,63

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
200 000	301006	01/03/2018	NIVALDO PAULINO DA COSTA	020302	12	2037	3.3.90.36.14	5.400,00	2.700,00
200 000	329037	29/03/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTUR	020302	12	2037	3.1.90.11.51	12.154,00	8.071,35
200 000	329038	29/03/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTUR	020302	12	2015	3.1.90.11.51	1.500,00	1.500,00
200 000	410026	10/04/2018	JEREMIAS RIBEIRO COELHO	020302	12	2037	3.3.90.36.14	1.800,00	1.050,00
200 000	714002	14/07/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.16	1.205,63	1.205,63
200 000	718021	18/07/2018	MARIA DEUZENI DE CARVALHO SILVA	020302	12	2037	3.3.90.39.49	4.997,00	4.997,00
200 000	718022	18/07/2018	MARIA DEUZENI DE CARVALHO SILVA	020302	12	2037	3.3.90.39.49	17.100,00	7.100,00
200 000	823008	23/08/2018	POSTO MATHEUS COMBUSTIVEL DE QUALIDADE LTDA	020302	12	2037	3.3.90.30.01	5.459,58	5.459,58
200 000	906002	06/09/2018	FATIMA DE SOUSA DIAS	020302	12	2037	3.3.90.30.07	1.815,00	1.815,00
200 000	926005	26/09/2018	MARIA MIRNA ALVES SILVA	020302	12	2037	3.3.90.39.15	960,00	960,00
200 000	927012	27/09/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020302	12	2037	3.3.90.39.33	520,00	520,00
200 000	1017011	17/10/2018	L A P DE CARVALHO	020302	12	2037	3.3.90.39.13	7.125,00	7.125,00
200 000	1029034	29/10/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020302	12	2037	3.3.90.39.33	520,00	520,00
200 000	1106003	06/11/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.04	1.300,00	1.300,00
200 000	1106004	06/11/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.07	3.624,45	3.624,45
200 000	1106005	06/11/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2046	3.3.90.30.07	3.090,89	3.090,89
200 000	1116002	16/11/2018	POSTO MATHEUS COMBUSTIVEL DE QUALIDADE LTDA	020302	12	2037	3.3.90.30.01	21.728,22	21.728,22
200 000	1120011	20/11/2018	FRANCIEUDA COELHO DE SOUSA	020302	12	2040	3.3.90.30.07	3.508,36	158,36
200 000	1127012	27/11/2018	MARIA MIRNA ALVES SILVA	020302	12	2035	3.3.90.39.15	215,00	215,00
200 000	1129007	29/11/2018	ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	020302	12	2037	3.3.90.39.29	20,04	20,04
200 000	1129013	29/11/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020302	12	2037	3.3.90.39.33	520,00	520,00
200 000	1129014	29/11/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.07	1.963,10	1.963,10
200 000	1129015	29/11/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.07	1.621,01	1.621,01
200 000	1130018	30/11/2018	ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	020302	12	2037	3.3.90.39.29	18,37	18,37
200 000	1130071	30/11/2018	WLADIMIR DRUMOND MAGALHÃES	020302	12	2037	3.3.90.36.06	2.500,00	2.500,00
200 000	1206005	06/12/2018	M & J COMERCIO DE PECAS PARA AUTOMOVEIS LTDA.	020302	12	2037	3.3.90.30.39	5.920,00	5.920,00
200 000	1211008	11/12/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020302	12	2037	3.3.90.39.33	520,00	520,00
200 000	1212013	12/12/2018	VALMIR GABRIEL DE AGUIAR 99678926334	020302	12	2037	3.3.90.39.05	3.750,00	3.750,00
200 000	1214036	14/12/2018	SERAPIÃO PEDRO DE SOUSA	020302	12	2037	3.3.90.36.27	4.452,00	4.452,00
200 000	1217009	17/12/2018	ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	020302	12	2037	3.3.90.39.29	219,20	219,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
200 000	1218009	18/12/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.07	3.495,65	3.495,65
200 000	1218010	18/12/2018	ALBERTO RODRIGUES GOMES-ME	020302	12	2037	3.3.90.30.07	3.964,40	3.964,40
200 000	1219008	19/12/2018	L A P DE CARVALHO	020302	12	2037	3.3.90.39.57	31.329,35	31.329,35
200 000	1221005	21/12/2018	ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	020302	12	2037	3.3.90.39.29	3.898,46	3.898,46
200 000	1228048	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTUR	020302	12	2037	3.1.90.11.01	60.095,73	60.095,73
200 000	1228049	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTUR	020302	12	2037	3.1.90.11.01	2.610,00	2.610,00
200 000	1228018	28/12/2018	WLADIMIR DRUMOND MAGALHÃES	020302	12	2037	3.3.90.36.06	2.500,00	2.500,00
200 000	1231004	31/12/2018	TATIANA MARCIANA RIBEIRO	020302	12	2037	3.3.90.36.06	800,00	800,00
200 000	1231003	31/12/2018	JAQUELINE DA SILVA RIBEIRO	020302	12	2046	3.3.90.36.07	300,00	300,00
200 000	1231036	31/12/2018	RAIMUNDO DA PAIXÃO AMORIM	020302	12	2037	3.3.90.36.27	6.000,00	6.000,00
200 000	1231001	31/12/2018	LUZIMARA RODRIGUES E SOUSA COELHO	020302	12	2037	3.3.90.36.06	1.500,00	1.500,00
200 000	1231005	31/12/2018	CÍCERA IMACULADA DOS SANTOS	020302	12	2037	3.3.90.36.27	954,00	954,00
200 000	1231002	31/12/2018	LUCIANA DIAS DA SILVA	020302	12	2037	3.3.90.36.27	954,00	954,00
200 000	1231007	31/12/2018	RAIMUNDA NONATA DA COSTA E SILVA	020302	12	2037	3.3.90.36.06	800,00	800,00
200 000	1231006	31/12/2018	JOSEFA MARIA DA COSTA	020302	12	2037	3.3.90.36.22	954,00	954,00
Sub Total Geral								235.682,44	214.799,79
300 000	911012	11/09/2018	ALANCARDETE FERREIRA BEZERRA	020401	10	2065	3.3.90.39.57	757,70	0,20
300 000	1203013	03/12/2018	ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	020401	10	2065	3.3.90.39.29	8.822,01	8.822,01
300 000	1228009	28/12/2018	INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL	020401	10	2065	3.1.90.13.02	17.745,73	17.745,73
300 000	1228035	28/12/2018	ELISÂNGELA VIEIRA DE MACEDO	020401	10	2065	3.3.90.36.06	850,00	850,00
300 000	1228036	28/12/2018	GEANE GOMES DA SILVA	020401	10	2065	3.3.90.36.06	954,00	954,00
300 000	1231008	31/12/2018	L A P DE CARVALHO	020401	10	2065	3.3.90.39.55	13.001,74	13.001,74
Sub Total Geral								42.131,18	41.373,68
300 001	1029030	29/10/2018	SOUSATEC.NET LTDA-ME	020401	10	2113	3.3.90.39.33	3.024,70	0,70
300 001	1218002	18/12/2018	GOMES VEICULOS ESPECIAIS EIRELI	020401	10	1012	4.4.90.52.27	80.000,00	80.000,00
300 001	1228007	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO FMS	020401	10	2112	3.1.90.11.01	7.266,67	3.574,67
300 001	1228037	28/12/2018	TERESA CRISTINA RAMOS	020401	10	2113	3.3.90.36.06	4.200,00	4.200,00
300 001	1228038	28/12/2018	BÁRBARA LEANE FERREIRA GOMES DIAS	020401	10	2113	3.3.90.36.06	2.250,00	2.250,00
Sub Total Geral								96.741,37	90.025,37

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO XI RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

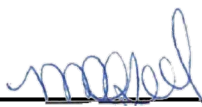
Entidade: Consolidado

Referência : Dezembro de 2018

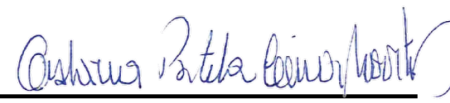
Fonte de Recurso	Nº do Empenho	Data do Empenho	Nome do Credor	Unid. Orç.	Função	Proj./Ativ.	Elem. de Despesa	Valor Empenhado	Valor a Pagar
400 000	327004	27/03/2018	ARCO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME	020701	08	2114	3.3.90.39.05	17.330,22	2.486,75
400 000	1203009	03/12/2018	MARA RAYLANE DE SOUSA REIS	020701	08	2097	3.3.90.36.06	2.657,47	2.657,47
400 000	1212015	12/12/2018	NAIR RODRIGUES TAVARES-ME	020701	08	2079	3.3.90.39.46	2.100,00	2.100,00
400 000	1212016	12/12/2018	NAIR RODRIGUES TAVARES-ME	020701	08	2079	3.3.90.39.46	900,00	900,00
400 000	1214035	14/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2097	3.1.90.11.43	2.100,00	2.100,00
400 000	1228028	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2097	3.1.90.11.01	3.094,00	3.094,00
400 000	1228029	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2097	3.1.90.11.01	3.274,25	3.274,25
400 000	1228030	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2097	3.1.90.11.01	3.388,00	3.388,00
400 000	1228031	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2073	3.1.90.11.01	3.463,02	3.463,02
400 000	1228032	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2073	3.1.90.11.01	1.400,00	1.400,00
400 000	1228033	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTE	020701	08	2073	3.1.90.11.01	2.161,83	2.161,83
400 000	1228027	28/12/2018	FOLHA DE PAGAMENTO CONSELHO TUTELAR	020701	08	2075	3.1.90.11.01	4.770,00	4.770,00
400 000	1231009	31/12/2018	MARA RAYLANE DE SOUSA REIS	020701	08	2097	3.3.90.36.06	2.657,47	2.657,47
Sub Total Geral								49.296,26	34.452,79
Total Geral								1.237.702,95	836.378,50



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA CRC:6137/O-6/PI
354.052.523-87

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:27

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:44

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

SALDO NÃO APLICADO - FUNDEB EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR
Receitas Recebidas do Fundeb Exercício Anterior (Item 11, Coluna "Receitas Realizadas até o Bimestre (b)" do Exercício Anterior) - (A)	3.124.042,71
Total das Despesas do Fundeb para fins de Limite - Exercício Anterior (Item 19 do MDE do Exercício Anterior) - (B)	3.124.042,71
Percentual do Fundeb Não Aplicado no Exercício Anterior (%) (Conferir se está igual ao Item 19.3 do MDE do Exercício Anterior)	0,00
Recursos Recebidos do Fundeb do Exercício Anterior que Não foram utilizados (A - B)	0,00
Máximo Permitido De 5% Não Aplicado no Exercício Anterior (Conforme art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007) - (A x 5%)	156.202,14
APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO FUNDEB	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta do Fundeb (A)	1.634,57
(-) Obrigações Financeiras do Fundeb (B)	0,00
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida do FUNDEB (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A - B)	1.634,57
Restos a Pagar do FUNDEB Inscritos no Exercício (D) = (E + F)	0,00
FUNDEB 60% (E)	0,00
FUNDEB 40% (F)	0,00

Disponibilidade de Caixa Positiva (G) = (C - D) (Após a Incrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	1.634,57
Restos a Pagar do FUNDEB Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira (H) (Ocorre quando D > C)	0,00
FUNDEB 60% (I) (Ocorre quando E ≥ C, então (I) = (E - C))	0,00
FUNDEB 40% (J) (Quando E < C, então (J) = (F - (C - E))) (Quando E ≥ C, então (J) = (F))	0,00

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS A	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Educação (A)	403.037,17
(+) Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências	927.416,91
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Saúde	524.379,74
(-) Obrigações Financeiras custeadas com Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Educação (B)	0,00
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida de Recursos de Impostos e Transferências (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A - B)	403.037,17
Restos a Pagar Inscritos no Exercício vinculados a Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Educação (D)	189.139,22

Disponibilidade de Caixa Positiva (E) = (C - D) (Após a Incrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	213.897,95
Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira vinculados a Recursos de Impostos e Transferências (H) (Ocorre quando D > C)	0,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	515.000,00	3.811.500,00	3.774.462,74	99,03
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	80.000,00	10.000,00	7.885,89	78,86
1.1.1 - IPTU	80.000,00	10.000,00	7.885,89	78,86
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	35.000,00	35.000,00	1.068,96	3,05
1.2.1 - ITBI	35.000,00	35.000,00	1.068,96	3,05
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	400.000,00	3.499.000,00	3.498.184,16	99,98
1.3.1 - ISS	400.000,00	3.499.000,00	3.498.184,16	99,98
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	267.500,00	267.323,73	99,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.657.408,00	8.166.908,00	8.118.770,69	99,41
2.1 - Cota-Parte FPM	6.992.408,00	7.252.908,00	7.252.289,44	99,99
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.486.875,00	6.667.375,00	6.667.261,17	100,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	250.408,00	296.408,00	296.119,00	99,90
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	255.125,00	289.125,00	288.909,27	99,93
2.2 - Cota-Parte ICMS	600.000,00	832.500,00	832.345,78	99,98
2.3 - ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	25.000,00	25.000,00	1.145,28	4,58
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	251,29	8,38
2.5 - Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	4.284,51	17,14
2.6 - Cota-Parte IPVA	12.000,00	28.500,00	28.454,39	99,84
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.172.408,00	11.978.408,00	11.893.233,43	99,29

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	3.880,03	7,76
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	716.211,00	456.311,00	417.874,67	91,58
5.1 - Transferências do Salário-Educação	150.000,00	80.000,00	79.536,65	99,42
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	150.000,00	90.000,00	88.190,00	97,99
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	142.000,00	141.605,09	99,72
5.5 - Outras Transferências do FNDE	246.114,00	104.214,00	104.120,32	99,91
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	36.097,00	36.097,00	4.422,61	12,25
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	350.000,00	100.000,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.176.211,00	666.311,00	421.754,70	63,30

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.430.375,00	1.512.920,88	1.501.006,63	99,21
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.297.375,00	1.333.451,96	1.333.451,96	100,00
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	120.000,00	166.468,92	166.468,92	100,00
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	228,96	4,58
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	600,00	600,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	856,79	17,14
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.702.895,00	3.707.145,00	3.689.849,18	99,53
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	4.100.000,00	2.743.550,00	2.743.540,72	100,00
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	577.895,00	938.595,00	938.431,37	99,98
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.000,00	25.000,00	7.877,09	31,51
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.669.625,00	1.230.629,12	1.242.534,09	100,97

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO	DIFERENÇA A RPNP (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.192.595,00	3.698.668,25	3.308.743,17	89,46	3.308.743,17	89,46	0,00	0,00	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	179.795,00	403.798,00	386.462,48	95,71	386.462,48	95,71	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	4.012.800,00	3.294.870,25	2.922.280,69	88,69	2.922.280,69	88,69	0,00	0,00	0,00
13.3 - (-) Dedução das Despesas de Exercícios Anteriores - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

13.4 - (-) Dedução das Despesas com Contratações Irregulares - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.5 - (-) Dedução de Demais Despesas Não Pertinentes - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	44.700,00	5.200,00	729.400,35	14.026,93	729.400,35	14.026,93	14.026,93	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	7.100,00	2.100,00	17.178,36	818,02	17.178,36	818,02	818,02	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	37.600,00	3.100,00	712.221,99	22.974,90	712.221,99	22.974,90	22.974,90	0,00	0,00	0,00
14.3 - (-) Dedução das Despesas de Exercícios Anteriores - 40% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.4 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes - 40% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.5 - (+) Acréscimo de Despesas Não Pertinentes do Fundeb 60% (Despesas excluídas do Fundeb 60% (itens 13.4 e 13.5) e que podem pertencer a Outras Despesas do Fundeb - Fundeb 40%) - (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.237.295,00	3.703.868,25	4.038.143,52	109,03	4.038.143,52	109,03	109,03	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB VALOR

16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	4.038.143,52

19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	89,67
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	19,77
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	-9,44

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE VALOR

20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO	DIFERENÇA RPND (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	361.195,00	444.852,00	434.380,42	97,65	434.380,42	97,65	0,00	0,00	0,00
22.1 - Creche								0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB								0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos								0,00	0,00
22.1.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	361.195,00	444.852,00	434.380,42		434.380,42		0,00	0,00	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	186.895,00	405.898,00	403.640,84		403.640,84		0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	174.300,00	38.954,00	30.739,58		30.739,58		0,00	0,00	0,00
22.2.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.803.992,00	5.116.758,70	5.418.401,93	105,90	5.418.401,93	105,90	0,00	0,00	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.050.400,00	3.297.970,25	3.634.502,68	110,20	3.634.502,68	110,20	0,00	0,00	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	753.592,00	1.818.788,45	1.783.899,25	98,08	1.783.899,25	98,08	0,00	0,00	0,00
23.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	9.000,00	4.500,00	1.500,00	33,33	1.500,00	33,33	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	4.122,70		4.122,70		0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.174.187,00	5.566.110,70	5.858.405,05	105,25	5.858.405,05	105,25	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR								
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.242.534,09								
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	938.431,37								
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00								
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00								
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00								



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

33.1 - Referentes aos Restos a Pagar do FUNDEB	0,00
33.2 - Referentes aos Restos a Pagar de Recursos de Impostos e Transferências Vinculados ao Ensino	0,00
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	0,00
35 - DESPESAS EXECUTADAS NO FUNDEB QUE EXCEDERAM OS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB ((13.1 e + 13.2 e + 14.1 e + 14.2 e) - 18 - 11 b)	348.294,34
36 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	2.529.259,80
37 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))	3.323.522,55
38 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	27,94

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO	DIFERENÇA A RPNP (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	150.000,00	77.678,19	74.337,56	3.750,00	74.337,56	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.805.998,00	6.615.585,87	6.507.118,99	4.792,96	6.505.610,63	4.671,86	1.508,36	1.508,36	0,00
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	6.955.998,00	6.693.264,06	6.581.456,55	6.674,73	6.579.948,19	6.428,39	1.508,36	1.508,36	0,00
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	12.130.185,00	12.259.374,76	12.439.861,60	33.604,41	12.438.353,24	277.197,75	1.508,36	1.508,36	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)							
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00							
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00							
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00							
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR	SALÁRIO EDUCAÇÃO							
46 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	25,37							
47 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.681.972,09	79.536,65							
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.052.176,15	78.589,04							
48.1 Orçamento do Exercício	4.038.143,52	74.122,56							
48.2 Restos a Pagar	14.032,63	4.466,48							
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.877,09	0,00							
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-362.326,97	972,98							
51 - (+) AJUSTES	0,00	0,00							
51.1 - (+) Retenções	0,00	0,00							
51.2 - (-) Valores a Recuperar	0,00	0,00							
51.3 - (+/-) Outros Valores Extraorçamentários	0,00	0,00							
51.4 - (+/-) Conciliações Bancárias	0,00	0,00							
52 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-362.326,97	972,98							

OBS: Os itens grafados em vermelho significam que foram apurados valores, durante a análise técnica, que divergem dos valores informados através do sistema SAGRES-Contábil.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS A	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (A)	524.379,74
(-) Obrigações Financeiras custeadas com Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (B)	41.373,48
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Empenhos Liquidados e Não Pagos no Exercício (e Inscritos em Restos a Pagar Processados)	41.373,48
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida de Recursos de Impostos e Transferências (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A – B)	483.006,26
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício vinculados a Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (D)	0,20
Disponibilidade de Caixa Positiva (E) = (C – D) (Após a Incrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	483.006,06
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira vinculados a Recursos de Impostos e Transferências (H) (Ocorre quando D > C)	0,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	515.000,00	3.811.500,00	3.774.462,74	99,03
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	80.000,00	10.000,00	7.885,89	78,86
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	35.000,00	35.000,00	1.068,96	3,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	3.499.000,00	3.498.184,16	99,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	267.500,00	267.323,73	99,93
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	7.151.875,00	7.581.375,00	7.533.742,42	99,37
Cota-Parte FPM	6.486.875,00	6.667.375,00	6.667.261,17	100,00
Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	4.284,51	17,14
Cota-Parte IPVA	12.000,00	28.500,00	28.454,39	99,84
Cota-Parte ICMS	600.000,00	832.500,00	832.345,78	99,98
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	251,29	8,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	1.145,28	4,58
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	1.145,28	4,58
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I + II)	7.666.875,00	11.392.875,00	11.308.205,16	99,26

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.286.335,00	2.542.835,00	2.393.093,90	94,11
Provenientes da União	2.072.335,00	2.127.835,00	2.122.560,96	99,75
Provenientes dos Estados	194.000,00	268.500,00	134.135,00	49,96
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	20.000,00	146.500,00	136.397,94	93,10
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.353.335,00	2.609.835,00	2.393.093,90	91,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (n)	CONFERÊNCIA Restos a Pagar não	DIFERENÇA A RPNP (n-o)
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100			
DESPESAS CORRENTES	3.161.777,00	3.925.218,65	3.881.903,90	98,90	3.881.903,70	98,90	0,20	0,20	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

Pessoal e Encargos Sociais	1.273.542,00	1.874.824,41	1.855.030,19	98,94	1.855.030,19	98,94	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.888.235,00	2.050.394,24	2.026.873,71	98,85	2.026.873,51	98,85	0,20	0,20	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	604.266,00	564.384,71	539.890,43	95,66	459.890,43	81,49	80.000,00	80.000,00	0,00
Investimentos	584.774,00	563.892,71	539.890,43	95,74	459.890,43	81,56	80.000,00	80.000,00	0,00
Inversões Financeiras	19.492,00	492,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.766.043,00	4.489.603,36	4.421.794,33	98,49	4.341.794,13	96,71	80.000,20	80.000,20	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (p)	CONFERÊNCIA Restos a Pagar não	DIFERENÇA A RPNP (p-q)
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100			
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.353.335,00	2.663.062,33	2.630.525,42	59,49	2.550.525,42	58,74	80.000,00	80.000,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.731.335,00	2.522.774,33	2.497.368,46	56,48	2.417.368,46	55,68	80.000,00	80.000,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	622.000,00	140.288,00	133.156,96	3,01	133.156,96	3,07	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.353.335,00	2.663.062,33	2.630.525,42	59,49	2.550.525,42	58,74	80.000,00	80.000,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.412.708,00	1.826.541,03	1.791.268,91	40,51	1.791.268,71	41,26	0,00	0,20	0,00
INDICADORES	VALOR								
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	15,84								
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIb) / 100]	95.038,16								
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS OU	PAGOS	A PAGAR	PARCELA				
Inscritos em 2018	0,00			0,00	0,00				
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inscritos em 2013 e Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, 1 e 2	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no	Saldo Final (Não						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00						
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013 e Exercício Anteriores	0,00	0,00	0,00						
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO								
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no	Saldo Final (Não						
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00						
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00						
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00						
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00						
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00						
Diferença de limite não cumprido em 2012 e Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00						
Total (IX)	0,00	0,00	0,00						
DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	CONFERÊNCIA	DIFERENÇA A RPNP		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2018

(Por Subfunção)	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	PROCESSADOS (r)	Restos a Pagar não	CM (r-s)
Atenção Básica	3.568.808,00	4.429.197,12	4.375.757,09	98,96	4.295.756,89	98,94	80.000,20	80.000,20	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	67.000,00	7.400,00	2.400,00	0,05	2.400,00	0,06	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	22.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	88.535,00	51.306,24	43.637,24	0,99	43.637,24	1,01	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	19.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.766.043,00	4.489.603,36	4.421.794,33	100,00	4.341.794,13	100,00	80.000,20	80.000,20	0,00

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

1 of 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.102.116,30	13.683.251,28	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	18.941.825,35	13.675.169,95
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>10.560.717,40</u>	<u>8.762.865,78</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>10.821.665,76</u>	<u>7.933.577,22</u>
<u>VINCULADO</u>	<u>7.541.398,90</u>	<u>6.313.424,23</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	0,00	21.567,67
OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	584.482,66	0,00	<u>VINCULADO</u>	<u>8.120.159,59</u>	<u>5.741.592,73</u>
RECURSOS DESTINACOES A EDUCACAO	4.109.249,18	3.855.840,21	OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	239.992,38	87.422,75
RECURSOS DESTINACOES A SAUDE	2.393.093,90	2.043.291,92	RECURSOS DESTINACOES A EDUCACAO	4.761.195,02	3.102.475,04
RECURSOS DESTINACOES A SEGURIDADE SOCIAL	454.573,16	414.292,10	RECURSOS DESTINACOES A SAUDE	2.630.525,42	1.732.669,65
<u>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>0,00</u>	<u>-1.393.038,73</u>	RECURSOS DESTINACOES A SEGURIDADE SOCIAL	488.446,77	343.280,57
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.239.522,29	2.168.513,15	RECURSOS VINCULADOS à EDUCAÇÃO	0,00	475.744,72
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>4.239.522,29</u>	<u>2.168.513,15</u>	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.239.522,29	2.168.513,15
REPASSE RECEBIDO	4.239.522,29	2.168.513,15	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>4.239.522,29</u>	<u>2.168.513,15</u>
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.676.801,15	2.125.064,27	REPASSE CONCEDIDO	4.239.522,29	2.168.513,15
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>820.409,26</u>	<u>865.091,63</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.180.972,60	1.111.864,98
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	165.799,31	106.388,51	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>630.656,60</u>	<u>18.054,97</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	654.609,95	758.703,12	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	94.678,28	0,00
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.672.449,97</u>	<u>1.248.966,72</u>	RP PROCESSADOS PAGOS	535.978,32	18.054,97
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	665.587,07	526.348,35	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.350.436,77</u>	<u>1.036.501,70</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	202.539,88	108.475,90	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	332.051,98	334.374,44
ISS	15.945,10	9.665,13	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	227.794,66	90.274,16
OUTROS CONSIGNATARIOS	59.173,57	0,00	ISS	14.179,94	9.609,65
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	2.239,73	OUTROS CONSIGNATARIOS	59.173,57	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA	18.357,36	13.511,88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	1.702,94
RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	685.973,26	587.020,54	PENSÃO ALIMENTICIA	18.357,36	13.511,88
RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	24.873,73	1.705,19	RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	682.880,83	585.496,19
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>183.941,92</u>	<u>11.005,92</u>	RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	15.998,43	1.532,44
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	16.716,62	10.099,91	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>199.879,23</u>	<u>57.308,31</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	0,00	600,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	25.815,23	19.332,35
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	167.225,30	306,01	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	5.760,05	31.677,45
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	1.572.041,66	550.761,04	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	168.303,95	6.298,51
<u>CAIXA</u>	<u>447,44</u>	<u>0,00</u>	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	1.228.161,16	1.572.041,66
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	311.529,40	-103.257,48	<u>CAIXA</u>	<u>447,44</u>	<u>447,44</u>
<u>APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>1.260.064,82</u>	<u>654.018,52</u>	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	12.783,43	311.529,40



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

2 of 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	26.590.481,40	18.527.589,74	<u>APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>1.214.930,29</u>	<u>1.260.064,82</u>
			TOTAL	26.590.481,40	18.527.589,74



Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:19

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:35

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:05



MARIA DIAS RIBEIRO

PREFEITO

CONTROLADORA



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS

CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI

354.052.523-87

966.508.853-04

894.891.283-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2018)

Exercício de 2018

1 of 2

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	16.493.257,00	18.014.361,12	17.405.241,30	-609.119,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	850.000,00	3.886.500,00	3.779.166,39	-107.333,61
Impostos	775.000,00	3.811.500,00	3.774.462,74	-37.037,26
Taxas	40.000,00	40.000,00	4.703,65	-35.296,35
Contribuição de Melhoria	35.000,00	35.000,00	0,00	-35.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	35.200,00	35.111,53	-88,47
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	150.000,00	35.200,00	35.111,53	-88,47
RECEITA PATRIMONIAL	206.097,00	176.097,00	37.088,66	-139.008,34
Valores Mobiliários	176.097,00	176.097,00	37.088,66	-139.008,34
Outras Receitas Patrimoniais	30.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.002,00	12.002,00	0,00	-12.002,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	12.002,00	12.002,00	0,00	-12.002,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.243.008,00	13.861.112,12	13.524.822,35	-336.289,77
Transferências da União e de suas Entidades	9.576.993,00	9.330.716,04	8.995.096,35	-335.619,69
Transferências do Estado e de suas Entidades	988.120,00	848.251,08	847.753,91	-497,17
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.677.895,00	3.682.145,00	3.681.972,09	-172,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.150,00	43.450,00	29.052,37	-14.397,63
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	20.000,00	31.300,00	21.023,75	-10.276,25
Demais Receitas Correntes	12.150,00	12.150,00	8.028,62	-4.121,38
RECEITAS DE CAPITAL	3.142.174,00	1.621.069,88	696.875,00	-924.194,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.584,00	53.584,00	0,00	-53.584,00
Operações de Crédito Internas	28.584,00	28.584,00	0,00	-28.584,00
Operações de Crédito Externas	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	53.584,00	3.584,00	0,00	-3.584,00
Alienação de Bens Imóveis	53.584,00	3.584,00	0,00	-3.584,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.035.006,00	1.563.901,88	696.875,00	-867.026,88
Transferências da União e suas Entidades	2.126.000,00	654.895,88	596.875,00	-58.020,88
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	909.006,00	909.006,00	100.000,00	-809.006,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	19.635.431,00	19.635.431,00	18.102.116,30	-1.533.314,70
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	19.635.431,00	19.635.431,00	18.102.116,30	-1.533.314,70
DÉFICIT (IV)			839.709,05	
TOTAL (V) = (III+IV)	19.635.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2018)

Exercício de 2018

2 of 2

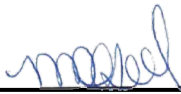
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	15.504.105,00	17.617.185,78	17.064.125,98	16.978.326,67	16.387.387,63	553.059,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.711.828,00	8.698.343,12	8.533.851,60	8.533.851,60	8.321.649,64	164.491,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.436,00	336,00	0,00	0,00	0,00	336,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.775.841,00	8.918.506,66	8.530.274,38	8.444.475,07	8.065.737,99	388.232,28
DESPESAS DE CAPITAL	3.306.664,00	2.018.245,22	1.877.699,37	1.797.699,37	1.734.028,46	140.545,85
INVESTIMENTOS	3.142.174,00	1.919.699,73	1.780.737,88	1.700.737,88	1.637.066,97	138.961,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.584,00	1.584,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	110.906,00	96.961,49	96.961,49	96.961,49	96.961,49	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	824.662,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.635.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	19.635.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	19.635.431,00	19.635.431,00	18.941.825,35	18.776.026,04	18.121.416,09	693.605,65

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
	DESPESAS CORRENTES	106.388,51				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.388,51	85.799,31	94.678,28	94.678,28	11.200,00	86.309,54
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
INVESTIMENTOS	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	106.388,51	165.799,31	94.678,28	94.678,28	11.200,00	166.309,54

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
	DESPESAS CORRENTES	690.520,31			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	484.498,66	212.201,96	284.232,39	200.266,27	212.201,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	206.021,65	378.737,08	180.241,80	21.139,44	383.377,49
DESPESAS DE CAPITAL	82.322,73	63.670,91	71.504,13	0,00	74.489,51
INVESTIMENTOS	82.322,73	63.670,91	71.504,13	0,00	74.489,51
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	772.843,04	654.609,95	535.978,32	221.405,71	670.068,96


GILSON NUNES DE SOUSA MARIA DIAS RIBEIRO GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
 Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:18
 Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:34
 Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:02

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

1 of 3

CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.345.610,68	2.845.566,24	PASSIVO CIRCULANTE	1.546.016,55	1.326.777,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.228.161,16	1.572.041,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	212.201,96	484.498,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.228.161,16	1.572.041,66	PESSOAL A PAGAR	194.456,23	484.498,66
CAIXA	F 447,44	447,44	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	F 194.456,23	484.498,66
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F 12.783,43	311.529,40	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	17.745,73	0,00
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F 1.214.930,29	1.260.064,82	INSS A PAGAR	F 17.745,73	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	117.449,52	1.273.524,58	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	457.867,00	288.344,38
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	95,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	457.867,00	288.344,38
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 95,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F 457.867,00	288.344,38
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	-24.335,74	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	875.947,59	553.934,39
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	P 0,00	-24.335,74	VALORES RESTITUÍVEIS	875.947,59	553.934,39
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	117.354,52	1.297.860,32	CONSIGNACOES	F 875.410,80	553.397,60
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F 33.289,33	32.210,68	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F 536,79	536,79
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F 32.657,45	23.558,84	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	34.000,00	13.469,16
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	F 51.407,74	45.647,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	34.000,00	13.469,16
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P 0,00	97.218,36	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	34.000,00	13.469,16
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P 0,00	1.099.224,75	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P 34.000,00	13.469,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.709.524,35	10.008.786,47	TOTAL PASSIVO	1.580.016,55	1.340.246,59
IMOBILIZADO	11.709.524,35	10.008.786,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BENS MOVEIS	4.297.642,31	4.017.629,20	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VEÍCULOS	P 558.517,15	558.221,59	PATRIMÔNIO LIQUIDO	11.475.118,48	11.514.106,12
BENS DE INFORMÁTICA	P 435.190,42	435.190,42	RESULTADOS ACUMULADOS	11.475.118,48	11.514.106,12
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 132.150,74	125.521,24	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	11.475.118,48	11.514.106,12
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 64.165,45	6.766,80	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 0,00	1.991.230,67
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 781.910,00	566.220,60	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	P 11.514.106,12	9.527.851,45
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 2.325.708,55	2.325.708,55	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	P 0,00	-4.976,00
BENS IMÓVEIS	7.411.882,04	5.991.157,27	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	X -38.987,64	0,00
INSTALAÇÕES	P 4.000,00	4.000,00	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.475.118,48	11.514.106,12
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 1.939.887,61	519.162,84	TOTAL	13.055.135,03	12.854.352,71
BENS DE USO ESPECIAL	P 1.524.884,65	1.524.884,65			
BENS DE USO COMUM DO POVO	P 619.445,92	619.445,92			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 3.323.663,86	3.323.663,86			
TOTAL	13.055.135,03	12.854.352,71			

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercício de 2018

2 of 3

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	1.345.515,68	1.673.458,87	PASSIVO FINANCEIRO (1.546.016,55)+ Restos não Processado(166.309,54)	1.712.326,09	1.433.165,94
ATIVO PERMANENTE	11.709.619,35	11.180.893,84	PASSIVO PERMANENTE	34.000,00	13.469,16
			SALDO PATRIMONIAL	11.308.808,94	11.407.717,61



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018


3 of 3

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

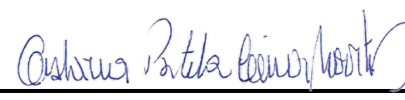
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	0,00	0,00			
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS COI	0,00	0,00			
TOTAL	0,00	0,00			



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2018

Dezembro(31/12/2018)

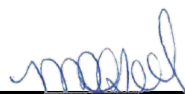
1 of 1

CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.345.515,68	1.673.458,87	PASSIVO CIRCULANTE	1.546.016,55	1.326.777,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.228.161,16	1.572.041,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIAI	212.201,96	484.498,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.228.161,16	1.572.041,66	PESSOAL A PAGAR	194.456,23	484.498,66
CAIXA	447,44	447,44	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	194.456,23	484.498,66
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	12.783,43	311.529,40	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	17.745,73	0,00
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.214.930,29	1.260.064,82	INSS A PAGAR	17.745,73	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	117.354,52	101.417,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	457.867,00	288.344,38
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	117.354,52	101.417,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	457.867,00	288.344,38
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	33.289,33	32.210,68	FORNECEDORES NACIONAIS	457.867,00	288.344,38
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	32.657,45	23.558,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	875.947,59	553.934,39
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	51.407,74	45.647,69	VALORES RESTITUÍVEIS	875.947,59	553.934,39
TOTAL	1.345.515,68	1.673.458,87	CONSIGNACOES	875.410,80	553.397,60
			OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	536,79	536,79
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	166.309,54	106.388,51
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	166.309,54	106.388,51
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	510,23	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	510,23	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	165.799,31	106.388,51
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	165.799,31	106.388,51
			TOTAL	1.712.326,09	1.433.165,94



GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04



MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-08



GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE


Exercício de 2018

Dezembro(31/12/2018)


1 of 1

CONSOLIDADO


ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	95,00	1.172.107,37	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	34.000,00	13.469,16
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	95,00	1.172.107,37	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	34.000,00	13.469,16
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	95,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	34.000,00	13.469,16
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	95,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	34.000,00	13.469,16
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	-24.335,74			
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	0,00	-24.335,74			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	1.196.443,11	TOTAL	34.000,00	13.469,16
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	0,00	97.218,36			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	0,00	1.099.224,75			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.709.524,35	10.008.786,47			
IMOBILIZADO	11.709.524,35	10.008.786,47			
BENS MOVEIS	4.297.642,31	4.017.629,20			
BENS DE INFORMÁTICA	435.190,42	435.190,42			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	132.150,74	125.521,24			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	64.165,45	6.766,80			
VEÍCULOS	558.517,15	558.221,59			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	781.910,00	566.220,60			
DEMAIS BENS MÓVEIS	2.325.708,55	2.325.708,55			
BENS IMÓVEIS	7.411.882,04	5.991.157,27			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	1.939.887,61	519.162,84			
INSTALAÇÕES	4.000,00	4.000,00			
BENS DE USO ESPECIAL	1.524.884,65	1.524.884,65			
BENS DE USO COMUM DO POVO	619.445,92	619.445,92			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	3.323.663,86	3.323.663,86			
TOTAL	11.709.619,35	11.180.893,84			



 GILSON NUNES DE SOUSA
 PREFEITO
 966.508.853-04



 MARIA DIAS RIBEIRO
 CONTROLADORA
 894.891.283-08



 GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
 CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
 354.052.523-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018

Dezembro(31/12/2018)

1 of 1

CONSOLIDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
001	RECURSOS ORDINÁRIOS	-700.770,72	-141.037,24
110	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - CONTROLE UNIFICADO	-519.133,11	-275.280,93
115	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	51,47	0,00
116	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PDDE (PROGRAMA DINHEI	56,53	0,00
117	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PNAE (PROGRAMA NACION	-129,57	0,00
118	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PNATE(PROGRAMA NACION	217,58	0,00
119	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	83.387,67	0,00
190	OUTROS RECURSOS DESTINADOS à EDUCAÇÃO	-3.095,17	250.859,43
210	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	319.936,87	487.346,93
290	OUTROS RECURSOS DESTINADOS à SAÚDE	90,17	0,00
311	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FN	56.410,14	82.039,31
940	OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	396.166,93	-10.465,20
950	OUTRAS VINCULAÇÕES DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,80	0,00
TOTAL		-366.810,41	393.462,30

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:20

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

966.508.853-04

894.891.283-68

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

Assinado Digitalmente via Sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:36

354.052.523-87



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORCADADA COM A ARRECADADA

Page 1

TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS		
			PARA MAIS	PARA MENOS	
1000.00.0.0.00	RECEITAS CORRENTES	17.923.632,00	18.906.247,93	982.615,93	
1100.00.0.0.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	850.000,00	3.779.166,39	2.929.166,39	
1110.00.0.0.00	IMPOSTOS	775.000,00	3.774.462,74	2.999.462,74	
1113.00.0.0.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	260.000,00	267.323,73	7.323,73	
1113.01.0.0.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF	260.000,00	0,00		260.000,00
1113.01.1.0.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF	260.000,00	0,00		260.000,00
1113.01.1.1.00	IRPF - PRINCIPAL	260.000,00	0,00		260.000,00
1113.03.0.0.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE		267.323,73	267.323,73	
1113.03.4.0.00	IMP SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS		267.323,73	267.323,73	
1113.03.4.1.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL		267.323,73	267.323,73	
1118.00.0.0.00	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	515.000,00	3.507.139,01	2.992.139,01	
1118.01.0.0.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	115.000,00	8.954,85		106.045,15
1118.01.1.0.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	80.000,00	7.885,89		72.114,11
1118.01.1.1.00	IPTU - PRINCIPAL	80.000,00	7.885,89		72.114,11
1118.01.4.0.00	IMP S TRANSM."INTER VIVOS" DE BENS IMÓV. E DIREIT REAIS IMOV	35.000,00	1.068,96		33.931,04
1118.01.4.1.00	ITBI - PRINCIPAL	35.000,00	1.068,96		33.931,04
1118.02.0.0.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCUL. DE MERC. E SERVIÇOS	400.000,00	3.498.184,16	3.098.184,16	
1118.02.3.0.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	400.000,00	3.498.184,16	3.098.184,16	
1118.02.3.1.00	ISS - PRINCIPAL	400.000,00	3.498.184,16	3.098.184,16	
1120.00.0.0.00	TAXAS	40.000,00	4.703,65		35.296,35
1121.00.0.0.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	25.000,00	4.434,18		20.565,82
1121.01.0.0.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	25.000,00	4.434,18		20.565,82
1121.01.1.0.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	25.000,00	4.434,18		20.565,82
1121.01.1.1.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	25.000,00	4.434,18		20.565,82
1122.00.0.0.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.000,00	269,47		14.730,53
1122.01.0.0.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.000,00	269,47		14.730,53
1122.01.1.0.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.000,00	269,47		14.730,53
1122.01.1.1.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	15.000,00	269,47		14.730,53
1130.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	35.000,00			35.000,00
1138.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ESPECÍFICA E/M	35.000,00			35.000,00
1138.99.0.0.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.000,00			35.000,00
1138.99.1.0.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.000,00			35.000,00
1138.99.1.1.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL	35.000,00			35.000,00
1200.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	35.111,53		114.888,47
1240.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000,00	35.111,53		114.888,47
1240.00.1.0.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000,00	35.111,53		114.888,47
1240.00.1.1.00	CONTRIB P/ CUSTEIO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRINCIPAL	150.000,00	35.111,53		114.888,47
1300.00.0.0.00	RECEITA PATRIMONIAL	206.097,00	37.088,66		169.008,34
1320.00.0.0.00	VALORES MOBILIÁRIOS	176.097,00	37.088,66		139.008,34
1321.00.0.0.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	176.097,00	37.088,66		139.008,34
1321.00.1.0.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	176.097,00	37.088,66		139.008,34
1321.00.1.1.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	176.097,00	37.088,66		139.008,34
1390.00.0.0.00	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	30.000,00			30.000,00
1390.00.1.0.00	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	30.000,00			30.000,00
1390.00.1.1.00	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	30.000,00			30.000,00
1600.00.0.0.00	RECEITA DE SERVIÇOS	12.002,00			12.002,00
1610.00.0.0.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	12.002,00			12.002,00
1610.02.0.0.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS	12.002,00			12.002,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 2

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1610.02.1.0.00	SELETIVOS INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	12.002,00		12.002,00
1610.02.1.1.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	12.002,00		12.002,00
1700.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.673.383,00	15.025.828,98	1.647.554,02
1710.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.884.368,00	10.329.634,06	554.733,94
1718.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA E/M	10.884.368,00	10.329.634,06	554.733,94
1718.01.0.0.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	7.017.408,00	7.256.573,95	239.165,95
1718.01.2.0.00	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIP DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	6.486.875,00	6.667.261,17	180.386,17
1718.01.2.1.00	COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - PRINCIPAL	6.486.875,00	6.667.261,17	180.386,17
1718.01.3.0.00	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA	250.408,00	296.119,00	45.711,00
1718.01.3.1.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	250.408,00	296.119,00	45.711,00
1718.01.4.0.00	COTA-PARTE DO FUNDO PARTICIP DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA JULHO	255.125,00	288.909,27	33.784,27
1718.01.4.1.00	COTA-PARTE DO FPM- 1% COTA DE JULHO - PRINCIPAL	255.125,00	288.909,27	33.784,27
1718.01.5.0.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	25.000,00	4.284,51	20.715,49
1718.01.5.1.00	COTA-PARTE DO ITR - PRINCIPAL	25.000,00	4.284,51	20.715,49
1718.02.0.0.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE R	95.000,00	110.899,42	15.899,42
1718.02.6.0.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	95.000,00	110.899,42	15.899,42
1718.02.6.1.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	95.000,00	110.899,42	15.899,42
1718.03.0.0.00	TRANSF RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-FUNDO A FUNDO	1.711.335,00	1.967.560,96	256.225,96
1718.03.1.0.00	TRANSF RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-FUNDO A FUNDO	1.711.335,00	1.967.560,96	256.225,96
1718.03.1.1.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS- SUS- REP. FUNDO A FUNDO-PRINCIPAL	1.711.335,00	1.967.560,96	256.225,96
1718.04.0.0.00	TRANSF DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSIST SOC- FNAS	641.938,00	452.681,63	189.256,37
1718.04.1.0.00	TRANSF DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSIST SOC- FNAS	641.938,00	452.681,63	189.256,37
1718.04.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS - PRINCIPAL	641.938,00	452.681,63	189.256,37
1718.05.0.0.00	TRANSF DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV EDUC FNDE	680.114,00	413.452,06	266.661,94
1718.05.1.0.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	150.000,00	79.536,65	70.463,35
1718.05.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	150.000,00	79.536,65	70.463,35
1718.05.2.0.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO ESC	4.000,00		4.000,00
1718.05.2.1.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES PDDE - PRINCIPAL	4.000,00		4.000,00
1718.05.3.0.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF AO PROGRAMA NACION ALIM ESCOLAR	150.000,00	88.190,00	61.810,00
1718.05.3.1.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES PNAE - PRINCIPAL	150.000,00	88.190,00	61.810,00
1718.05.4.0.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF PROGRAMA NACION TRANSP ESCOLAR	130.000,00	141.605,09	11.605,09
1718.05.4.1.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES PNATE - PRINCIPAL	130.000,00	141.605,09	11.605,09
1718.05.9.0.00	OUTRAS TRANSF DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV ED FNDE	246.114,00	104.120,32	141.993,68
1718.05.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - PRINCIPAL	246.114,00	104.120,32	141.993,68
1718.06.0.0.00	TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	25.000,00	1.145,28	23.854,72
1718.06.1.0.00	TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	25.000,00	1.145,28	23.854,72
1718.06.1.1.00	TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	25.000,00	1.145,28	23.854,72
1718.08.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS		126.402,00	126.402,00
1718.08.1.0.00	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS		126.402,00	126.402,00
	TRANSF ADVINDAS DE EMENDAS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 3

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1718.08.1.1.00	PARLAMENTARES INDIVIDUAIS-PRINCIP		126.402,00	
1718.10.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	420.670,00		420.670,00
1718.10.9.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	420.670,00		420.670,00
1718.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO - PRINCIPAL	420.670,00		420.670,00
1718.99.0.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	292.903,00	918,76	291.984,24
1718.99.1.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	292.903,00	918,76	291.984,24
1718.99.1.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL	292.903,00	918,76	291.984,24
1720.00.0.0.00	TRANSF DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	1.111.120,00	1.014.222,83	96.897,17
1728.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICA E/M	1.111.120,00	1.014.222,83	96.897,17
1728.01.0.0.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	749.120,00	880.087,83	130.967,83
1728.01.1.0.00	COTA-PARTE DO ICMS	600.000,00	832.345,78	232.345,78
1728.01.1.1.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	600.000,00	832.345,78	232.345,78
1728.01.2.0.00	COTA-PARTE DO IPVA	12.000,00	28.454,39	16.454,39
1728.01.2.1.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	12.000,00	28.454,39	16.454,39
1728.01.3.0.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	3.000,00	251,29	2.748,71
1728.01.3.1.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	3.000,00	251,29	2.748,71
1728.01.4.0.00	COTA-PARTE DA CONTRIB DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	50.000,00	19.036,37	30.963,63
1728.01.4.1.00	COTA-PARTE DA CIDE - PRINCIPAL	50.000,00	19.036,37	30.963,63
1728.01.5.0.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS	84.120,00		84.120,00
1728.01.5.1.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS - PRINCIPAL	84.120,00		84.120,00
1728.03.0.0.00	TRANSF REC DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE FUNDO A FUNDO	60.000,00	134.135,00	74.135,00
1728.03.1.0.00	TRANSF REC DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE FUNDO A FUNDO	60.000,00	134.135,00	74.135,00
1728.03.1.1.00	TRANSF.REC.ESTADO P/ PROG.SAÚDE-REP. FUNDO A FUNDO-PRINCIPAL	60.000,00	134.135,00	74.135,00
1728.10.0.0.00	TRANSF DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E ENT	302.000,00		302.000,00
1728.10.9.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	302.000,00		302.000,00
1728.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL	302.000,00		302.000,00
1728.99.0.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS			
1728.99.1.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS			
1728.99.1.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL			
1750.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.677.895,00	3.681.972,09	995.922,91
1758.00.0.0.00	TRANSF DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - ESTADOS, DF E MUN	4.677.895,00	3.681.972,09	995.922,91
1758.01.0.0.00	TRANSF DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL ED BAS	4.677.895,00	3.681.972,09	995.922,91
1758.01.1.0.00	TRANSF DE REC DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DES ED BAS VALOR PROF	4.100.000,00	2.743.540,72	1.356.459,28
1758.01.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - PRINCIPAL	4.100.000,00	2.743.540,72	1.356.459,28
1758.01.2.0.00	TRANSF RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB	577.895,00	938.431,37	360.536,37
1758.01.2.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE REC. -COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - PRINCIPAL	577.895,00	938.431,37	360.536,37
1900.00.0.0.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.150,00	29.052,37	3.097,63
1920.00.0.0.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	20.000,00	21.023,75	1.023,75
1921.00.0.0.00	INDENIZAÇÕES	10.000,00		10.000,00
1921.99.0.0.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.000,00		10.000,00
1921.99.1.0.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.000,00		10.000,00
1921.99.1.1.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	10.000,00		10.000,00
1922.00.0.0.00	RESTITUIÇÕES	10.000,00	21.023,75	11.023,75
1922.99.0.0.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	10.000,00	21.023,75	11.023,75
1922.99.1.0.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	10.000,00	21.023,75	11.023,75
1922.99.1.1.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	10.000,00	21.023,75	11.023,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 4

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1990.00.0.0.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	12.150,00	8.028,62	4.121,38
1990.99.0.0.00	OUTRAS RECEITAS	12.150,00	8.028,62	4.121,38
1990.99.2.0.00	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS	12.150,00	8.028,62	4.121,38
1990.99.2.1.00	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	12.150,00	8.028,62	4.121,38
2000.00.0.0.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.142.174,00	696.875,00	2.445.299,00
2100.00.0.0.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.584,00		53.584,00
2110.00.0.0.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	28.584,00		28.584,00
2119.00.0.0.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	28.584,00		28.584,00
2119.00.1.0.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	28.584,00		28.584,00
2119.00.1.1.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	28.584,00		28.584,00
2120.00.0.0.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	25.000,00		25.000,00
2129.00.0.0.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	25.000,00		25.000,00
2129.00.1.0.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	25.000,00		25.000,00
2129.00.1.1.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	25.000,00		25.000,00
2200.00.0.0.00	ALIENAÇÃO DE BENS	53.584,00		53.584,00
2220.00.0.0.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	53.584,00		53.584,00
2220.00.1.0.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	53.584,00		53.584,00
2220.00.1.1.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	53.584,00		53.584,00
2400.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.035.006,00	696.875,00	2.338.131,00
2410.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.126.000,00	596.875,00	1.529.125,00
2418.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESTADOS, DF E MUN	2.126.000,00	596.875,00	1.529.125,00
2418.03.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	210.000,00	155.000,00	55.000,00
2418.03.1.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	210.000,00	155.000,00	55.000,00
2418.03.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - PRINCIPAL	210.000,00	155.000,00	55.000,00
2418.05.0.0.00	TRANSFER RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	250.000,00		250.000,00
2418.05.1.0.00	TRANSF DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	250.000,00		250.000,00
2418.05.1.1.00	TRANSF.DE RECURSOS DESTINADOS A PROG. DE EDUCAÇÃO- PRINCIPAL	250.000,00		250.000,00
2418.10.0.0.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.116.000,00	441.875,00	674.125,00
2418.10.1.0.00	TRANSFDE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAUDE SUS	151.000,00		151.000,00
2418.10.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SUS - PRINCIPAL	151.000,00		151.000,00
2418.10.5.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO A PROG SANEAM BASICO	450.000,00		450.000,00
2418.10.5.1.00	TRANSF. CONV.DA UNIÃO DEST. A PROG. SAN. BÁSICO -PRINCIPAL	450.000,00		450.000,00
2418.10.6.0.00	TRANSF CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGR MEIO AMBIENTE	90.000,00		90.000,00
2418.10.6.1.00	TRANSF. CONV.DA UNIÃO DEST. A PROG. MEIO AMBIENTE -PRINCIPAL	90.000,00		90.000,00
2418.10.7.0.00	TRANSF CONVÊNIO DA UNIÃO DEST PROGRAMAS INFRAEST EM TRANSP	155.000,00		155.000,00
2418.10.7.1.00	TRANSF. CONV. UNIÃO DEST.PROG. INFRA. EM TRANSP. -PRINCIPAL	155.000,00		155.000,00
2418.10.9.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	270.000,00	441.875,00	171.875,00
2418.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO - PRINCIPAL	270.000,00	441.875,00	171.875,00
2418.99.0.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	550.000,00		550.000,00
2418.99.1.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	550.000,00		550.000,00
2418.99.1.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL	550.000,00		550.000,00
2420.00.0.0.00	TRANSF ESTADOS E DO DISTR FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	909.006,00	100.000,00	809.006,00
2428.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E DE SUAS ENT	909.006,00	100.000,00	809.006,00
	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA			



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balauço Exercício: 2018

ANEXO 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 5

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2428.03.0.0.00	ÚNICO DE SAÚDE - SUS	134.000,00		134.000,00
2428.03.1.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	134.000,00		134.000,00
2428.03.1.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - PRINCIPAL	134.000,00		134.000,00
2428.05.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DEST A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	100.000,00		100.000,00
2428.05.1.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DEST A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	100.000,00		100.000,00
2428.05.1.1.00	TRANSF. RECURSOS DESTINADOS A PROG. DE EDUCAÇÃO- PRINCIPAL	100.000,00		100.000,00
2428.10.0.0.00	TRANSF CONV DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDAD	608.006,00	100.000,00	508.006,00
2428.10.2.0.00	TRANSF CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROG DE EDUCAÇÃO	60.000,00		60.000,00
2428.10.2.1.00	TRANSF. CONVÊNIO DOS ESTADOS P/ PROG. DA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	60.000,00		60.000,00
2428.10.5.0.00	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO DOS ESTADOS DEST PROGR SANEAMENTO BÁSICO	225.000,00		225.000,00
2428.10.5.1.00	TRANSF. CONV. DOS ESTADOS P/ PROG. DE SAN. BÁSICO -PRINCIPAL	225.000,00		225.000,00
2428.10.6.0.00	TRANSF CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS MEIO AMBIENTE	100.000,00		100.000,00
2428.10.6.1.00	TRANSF. CONV. DOS ESTADOS P/ PROG.DE MEIO AMBIENTE-PRINCIPAL	100.000,00		100.000,00
2428.10.7.0.00	TRANSF CONVÊNIO DOS ESTADOS DEST A PROG INFRAEST EM TRANSP	73.900,00		73.900,00
2428.10.7.1.00	TRANSF CONV. DOS ESTADOS P/ PROG.DE INF. TRANSPORTE-PRINCIPAL	73.900,00		73.900,00
2428.10.9.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	149.106,00	100.000,00	49.106,00
2428.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL	149.106,00	100.000,00	49.106,00
2428.99.0.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	67.000,00		67.000,00
2428.99.1.0.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	67.000,00		67.000,00
2428.99.1.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	67.000,00		67.000,00
91000.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITAS CORRENTES	-1.430.375,00	-1.501.006,63	70.631,63
91700.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-1.430.375,00	-1.501.006,63	70.631,63
91710.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-1.307.375,00	-1.334.537,71	27.162,71
91718.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA E/M	-1.307.375,00	-1.334.537,71	27.162,71
91718.01.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-1.302.375,00	-1.334.308,75	31.933,75
91718.01.2.0.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIP DOS MUNICÍPIOS	-1.297.375,00	-1.333.451,96	36.076,96
91718.01.2.1.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - PRINCIPAL	-1.297.375,00	-1.333.451,96	36.076,96
91718.01.5.0.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-5.000,00	-856,79	4.143,21
91718.01.5.1.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO ITR - PRINCIPAL	-5.000,00	-856,79	4.143,21
91718.06.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.	-5.000,00	-228,96	4.771,04
91718.06.1.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.	-5.000,00	-228,96	4.771,04
91718.06.1.1.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSF FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.	-5.000,00	-228,96	4.771,04
91720.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSF DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E D	-123.000,00	-166.468,92	43.468,92
91728.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICA E/M	-123.000,00	-166.468,92	43.468,92
91728.01.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	-123.000,00	-166.468,92	43.468,92
91728.01.1.0.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO ICMS	-120.000,00	-166.468,92	46.468,92
91728.01.1.1.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-120.000,00	-166.468,92	46.468,92
91728.01.2.0.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO IPVA	-2.400,00		2.400,00
91728.01.2.1.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	-2.400,00		2.400,00
91728.01.3.0.00	(R) DEDUÇÕES DA COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	-600,00		600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

Page 6

TITULOS	ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
91728.01.3.1.00 (R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPI - MUNICIPIOS - PRINCIPAL	-600,00		600,00	
TOTAL GERAL	19.635.431,00	18.102.116,30		1.533.314,70

GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04

MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 1

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
0101 CÂMARA MUNICIPAL						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	2.900,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	2.900,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	353.500,00	0,00	0,00	353.500,00	348.420,00	5.080,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	82.200,00	0,00	0,00	82.200,00	77.117,54	5.082,46
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	10.200,00	0,00	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS					
	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	3.100,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	3.100,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					
	3.100,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	3.100,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES					
	15.300,00	0,00	0,00	15.300,00	0,00	15.300,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	15.300,00	0,00	0,00	15.300,00	11.700,00	3.600,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	17.109,72	33.890,28
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E					
	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	4.900,00
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA					
	39.100,00	0,00	0,00	39.100,00	35.275,82	3.824,18



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 2

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	127.400,00	0,00	0,00	127.400,00	11.634,00	115.766,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	87.900,00	0,00	0,00	87.900,00	80.994,10	6.905,90
3.3.90.92.00	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	476,10	4.523,90
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	27.200,00	0,00	0,00	27.200,00	15.350,50	11.849,50
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	25.500,00	0,00	0,00	25.500,00	5.116,50	20.383,50
T O T A L D O O R G A O	856.100,00	0,00	0,00	856.100,00	603.194,28	252.905,72

0201 GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	346.465,72	0,00	0,00	346.465,72	346.465,72	0,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	2.700,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPEAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	900,00	0,00	0,00	900,00	0,00	900,00
3.1.90.92.00	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 3

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	48.500,00	0,00	0,00	48.500,00	42.840,00	5.660,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	28.700,00	0,00	0,00	28.700,00	24.585,98	4.114,02
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA					
	7.300,00	0,00	0,00	7.300,00	0,00	7.300,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	15.900,00	0,00	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	67.733,44	0,00	0,00	67.733,44	59.476,57	8.256,87
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	16.200,00	0,00	0,00	16.200,00	13.539,40	2.660,60
T O T A L D O O R G A O	536.999,16	0,00	0,00	536.999,16	486.907,67	50.091,49

0202 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	256.266,19	0,00	0,00	256.266,19	256.266,19	0,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	182.879,83	0,00	0,00	182.879,83	182.879,83	0,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS					
	900,00	0,00	0,00	900,00	0,00	900,00
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 11

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 4

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					
	891,00	0,00	0,00	891,00	0,00	891,00
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.22.00	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO					
	336,00	0,00	0,00	336,00	0,00	336,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	24.050,00	0,00	0,00	24.050,00	22.745,00	1.305,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	200.106,43	0,00	0,00	200.106,43	198.706,43	1.400,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	273.635,91	0,00	0,00	273.635,91	271.435,91	2.200,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	1.650.139,35	0,00	0,00	1.650.139,35	1.637.763,26	12.376,09
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS					
	170.289,29	0,00	0,00	170.289,29	170.289,29	0,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	920,00	80,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	1.084,00	0,00	0,00	1.084,00	0,00	1.084,00
4.5.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 5

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO					
	96.961,49	0,00	0,00	96.961,49	96.961,49	0,00
TOTAL DO ORGAO	2.863.939,49	0,00	0,00	2.863.939,49	2.837.967,40	25.972,09
0203 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	10.500,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	3.919.548,99	0,00	0,00	3.919.548,99	3.914.227,90	5.321,09
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	396.474,82	0,00	0,00	396.474,82	389.886,85	6.587,97
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	6.100,00	0,00	0,00	6.100,00	0,00	6.100,00
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	2.000,00	220.000,00	0,00	222.000,00	200.266,27	21.733,73
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					
	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	14.700,00	0,00	0,00	14.700,00	12.255,00	2.445,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	626.655,94	0,00	0,00	626.655,94	617.124,93	9.531,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 6

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E					
	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	221.753,26	0,00	0,00	221.753,26	211.609,56	10.143,70
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	858.440,24	0,00	0,00	858.440,24	847.334,64	11.105,60
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	800,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	321.250,61	0,00	0,00	321.250,61	318.591,61	2.659,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	92.348,20	0,00	0,00	92.348,20	70.159,79	22.188,41
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	800,00
4.5.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	492,00	0,00	0,00	492,00	0,00	492,00
T O T A L D O O R G A O	6.473.264,06	220.000,00	0,00	6.693.264,06	6.581.456,55	111.807,51
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	6.877,28	0,00	0,00	6.877,28	0,00	6.877,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 7

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	1.649.032,44	0,00	0,00	1.649.032,44	1.648.032,44	1.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	210.214,69	0,00	0,00	210.214,69	206.997,75	3.216,94
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	6.300,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					
	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES					
	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	74.985,00	0,00	0,00	74.985,00	70.825,00	4.160,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	935.771,42	0,00	0,00	935.771,42	932.355,59	3.415,83
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					
	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	257.541,70	0,00	0,00	257.541,70	253.964,70	3.577,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 8

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	774.996,12	0,00	0,00	774.996,12	769.428,42	5.567,70
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	3.400,00	0,00	0,00	3.400,00	300,00	3.100,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	403.656,85	0,00	0,00	403.656,85	397.262,57	6.394,28
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	160.235,86	0,00	0,00	160.235,86	142.627,86	17.608,00
4.5.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	492,00	0,00	0,00	492,00	0,00	492,00
T O T A L D O O R G A O	4.489.603,36	0,00	0,00	4.489.603,36	4.421.794,33	67.809,03
0205 SEC. MUN. OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PUBLICOS						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	371.502,37	0,00	0,00	371.502,37	371.502,37	0,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	6.100,00	0,00	0,00	6.100,00	4.720,00	1.380,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	867.412,31	0,00	0,00	867.412,31	853.744,69	13.667,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 9

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	147.300,00	0,00	0,00	147.300,00	144.844,28	2.455,72
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	338.755,93	0,00	0,00	338.755,93	328.921,93	9.834,00
3.3.90.92.00	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	650.437,93	0,00	0,00	650.437,93	632.655,70	17.782,23
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	114.116,72	0,00	0,00	114.116,72	101.486,97	12.629,75
4.5.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00
T O T A L D O O R G A O	2.500.925,26	0,00	0,00	2.500.925,26	2.437.875,94	63.049,32

0206 SEC. DE AGRICULTURA, REC. HIDRICOS E MEIO AMBIENTE

3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	91.000,00	0,00	0,00	91.000,00	72.095,59	18.904,41
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPEAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.00	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 10

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00	2.070,00	330,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	1.700,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	6.900,00	0,00	0,00	6.900,00	5.672,00	1.228,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	13.700,00	0,00	0,00	13.700,00	9.906,50	3.793,50
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS					
	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
T O T A L D O ORGAO	118.300,00	0,00	0,00	118.300,00	89.744,09	28.555,91
0207 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL, CIDADANIA E TRABALHO						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	437.997,25	0,00	0,00	437.997,25	433.997,25	4.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 11

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	46.098,54	0,00	0,00	46.098,54	40.170,42	5.928,12
3.1.90.92.00	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	25.200,00	0,00	0,00	25.200,00	17.980,00	7.220,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	106.231,05	0,00	0,00	106.231,05	100.905,22	5.325,83
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	1.700,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPEAS COM LOCOMOÇÃO					
	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	99.703,17	0,00	0,00	99.703,17	94.665,73	5.037,44
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	268.890,80	0,00	0,00	268.890,80	262.321,86	6.568,94
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS					
	2.900,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	2.900,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 12

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	33.605,17	0,00	0,00	33.605,17	25.582,59	8.022,58
TOTAL DO ORGAO	1.029.625,98	0,00	0,00	1.029.625,98	975.623,07	54.002,91
0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA						
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO					
	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	49.994,00	0,00	0,00	49.994,00	45.525,48	4.468,52
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	1.595,00	0,00	0,00	1.595,00	1.595,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	74.092,50	0,00	0,00	74.092,50	63.329,35	10.763,15
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E					
	10.100,00	0,00	0,00	10.100,00	9.000,00	1.100,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	800,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	69.565,30	0,00	0,00	69.565,30	67.785,30	1.780,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balanco Exercício: 2018

ANEXO 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 13

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	262.862,50	0,00	0,00	262.862,50	261.662,50	1.200,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	62.264,39	0,00	0,00	62.264,39	56.864,39	5.400,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	6.400,00	0,00	0,00	6.400,00	1.500,00	4.900,00
TOTAL DO ORGAO	546.673,69	0,00	0,00	546.673,69	507.262,02	39.411,67
9099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ORGAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL ORCAMENTARIO	19.415.431,00	220.000,00	0,00	19.635.431,00	18.941.825,35	693.605,65

GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04

MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADORA
894.891.283-68

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA - CRC: 6137/O-6/PI
354.052.523-87



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

41522301/0001-62

Balço Exercício: 2018

ANEXO 11

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Page 14

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REMANEJAMENTO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
-------------------	----------------------------	------------------------	---------------	-------	-----------	------------

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:28

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:15

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:13:28



Gip

Página: 1

COMPLEMENTAR

EXERCÍCIO: 2018

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO P/O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
CREDITOS DA ENTIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA CRC Nº 6137/O-6

GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO

MARIA DIAS RIBEIRO
CONTROLADOR

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - MARIA DIAS RIBEIRO - 01/04/2019 16:02:34

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 01/04/2019 16:06:51

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 01/04/2019 16:10:21